



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS**

### **ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE ABRIL DE 2025**

**ATA Nº. 9 / 2025**

#### **ÍNDICE**

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – VIABILIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS ÀS NECESSIDADES ATUAIS DOS ESTUDANTES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL
  - 3.2.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
  - 3.2.2. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD)
  - 3.2.3. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
  - 3.2.4. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD)
  - 3.2.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.2.6. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
  - 3.2.7. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
  - 3.2.8. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
  - 3.2.9. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
  - 3.2.10. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
  - 3.2.11. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
  - 3.2.12. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

- 3.2.13. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.2.14. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.2.15. SR<sup>a</sup>. ANABELA BRITO (IL)
- 3.2.16. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.2.17. VOTAÇÃO
- 3.2.17.1. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3. VOTO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E RAPARIGAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.3.2. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.3.3. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.3.4. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.3.5. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.3.6. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.3.7. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.3.9. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.3.10. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.3.11. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.3.12. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.13. VOTAÇÃO
- 3.4. RECOMENDAÇÃO – REVISÃO PARTICIPADA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CUIDADORES DE COLÓNIAS DAS COLÓNIAS DE GATOS DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.4.1. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.4.2. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.4.3. VOTAÇÃO
- 3.4.3.1. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. RECOMENDAÇÃO – VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DE CUIDADORA DE COLÓNIAS FELINAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.5.1. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.5.2. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.5.3. SR. VEREADOR NUNO NETO
- 3.5.4. VOTAÇÃO
- 3.6. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.7. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÍLVIA SANTOS (PS)
- 3.8. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.9. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.10. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.11. SR<sup>a</sup>. VEREADORA JOANA BAPTISTA
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO DO PARECER RELATIVO AO ABAIXO-ASSINADO - “INTERVENÇÃO URGENTE NO CANEIRO DE ALGÉS” - APRECIADO
- 4.2. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OEIRAS RELATIVO AO ANO DE 2024 - APRECIADO
- 4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 269/2025 – DMAG/DGRH/DGP – RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO E GESTÃO DE

## EVENTOS

### 4.3.1. VOTAÇÃO

### 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 270/2025 – DMAG/DGRH/DGP – RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE INOVAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS

#### 4.4.1. VOTAÇÃO

### 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### 5.1. SR. RUI AMARAL, MUNÍCIPE DE OEIRAS

#### 5.2. SR. JOSÉ HENRIQUE BANDEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

#### 5.3. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M.

#### 5.4. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

#### 5.5. SR.ª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

#### 6. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M.

### 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

| ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS     |    |   |   |
|------------------------------------|----|---|---|
| VOTAÇÃO: <u>unanimidade</u>        |    |   |   |
| a 20-05-2025                       |    |   |   |
| GRUPOS<br>POLÍTICOS<br>MUNICIPAIS  | S  | N | A |
| IN-OP                              | 16 |   |   |
| PS                                 | 2  |   |   |
| PSD                                | 2  |   |   |
| EO                                 | 3  |   |   |
| CDU                                | 1  |   |   |
| IL                                 | 1  |   |   |
| CH                                 | 1  |   |   |
| PAN                                | 1  |   |   |
| INOVAR ALGES                       | 1  |   |   |
| INOVAR BARCELONA                   | -  |   |   |
| INOVAR CARCABEIRA                  | -  |   |   |
| INOVAR OEIRAS                      | 1  |   |   |
| INOVAR PORTO                       | 1  |   |   |
| S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO |    |   |   |

-----ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE ABRIL DE 2025

-----ATA Nº. 9 / 2025-----

----- Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira,

Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista e Maria da Glória Fernandes Sarmiento, do Partido Social Democrata.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS -----**

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação do Parecer relativo ao Abaixo-assinado - “Intervenção urgente no Caneiro de Algés”;-----
2. Apreciação do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras relativo ao ano de 2024;-----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 269/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comissão de serviço no cargo de Chefe da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 270/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe da Unidade de Inovação e Projetos Especiais. -----

### 3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----

----- “Já temos microfone, agradecia-lhes então que fizessem silêncio para podermos começar os nossos trabalhos. Eu vou pedir ao nosso secretário que faça a chamada, mas antes queria-lhes dar conhecimento de que o Senhor Prior de Nova Oeiras, Padre Nuno Westwood me enviou uns tantos livros, e há também uma exposição fotográfica que se refere a um grupo de cristãos ocultos que viveu em tempos no Japão e que foi alvo de perseguições. E este livro narra a sua história. Eu queria dizer-vos, senhores deputados, que, portanto, isto é uma oferta da Igreja Paroquial de Nova Oeiras, quando os senhores vierem assinar a vossa folha de presença, ou em qualquer outra altura, queiram por favor levantar um dos livros se assim o entenderem. Eu não distribuí, porque acho preferível quem tiver interesse realmente possa levantar o livro. A exposição é uma exposição de fotografia, é bonita e o livro, realmente, é interessante. Narra uma fase da história do Japão. E isto é oferecido pelo Japão. Então, dando esta informação, eu pedia para ser feita a chamada. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Ora bem, temos várias propostas de recomendação. Vou ler uma proposta de recomendação “Viabilidade de adaptação das bibliotecas municipais às necessidades atuais dos estudantes”, apresentada pela Iniciativa Liberal.”-----

**3.2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – VIABILIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS ÀS NECESSIDADES ATUAIS DOS ESTUDANTES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL -----**

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----Um. Enquadramento: -----

-----Comemorou-se no passado dia vinte de março o Dia Nacional do Estudante, a data pretende apelar à participação e mobilização dos estudantes em prol de um novo modelo de educação e, neste sentido, a Iniciativa Liberal considera que também os equipamentos ao dispor dos estudantes devem adaptar-se para responder às novas necessidades e formas de estudar. -----

-----A evolução do papel das bibliotecas: -----

-----As bibliotecas têm vindo a adaptar-se às transformações tecnológicas e sociais. Se antes eram sobretudo espaços de consulta de livros e publicações, hoje assumem um papel essencial como locais de estudo, investigação e colaboração. -----

-----Um estudo da Universidade de Tecnologia de Eindhoven, nos Países Baixos, concluiu que a maioria dos estudantes recorre às bibliotecas em busca de um ambiente propício ao estudo e à realização de trabalhos, frequentemente em grupo.-----

-----Além disso, a procura por salas de estudo coletivas aumenta significativamente durante os períodos de exames, demonstrando uma clara necessidade de espaços que conciliem o estudo individual com o colaborativo.-----

-----Apesar desta realidade, a rede de bibliotecas de Oeiras ainda não oferece condições plenamente ajustadas a estas exigências, tanto ao nível dos horários como das infraestruturas.----

-----Horários: -----

-----As Bibliotecas Municipais de Oeiras funcionam de segunda a sexta-feira, das nove horas às vinte horas, e aos sábados, das dez horas às dezoito horas, encerrando ao domingo e feriados. Durante os períodos de exames (de meados de janeiro a início de fevereiro e entre maio e junho), o programa Queimar as Pestanas permite que as Bibliotecas Municipais de Oeiras e Carnaxide alarguem o funcionamento até à meia-noite, mas apenas de terça a quinta-feira. O



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Espaço Jovem de Carnaxide também estende o horário, mas apenas à sexta-feira (quinze horas-vinte e quatro horas) e ao sábado (catorze horas-vinte e uma horas). -----

----- Desde janeiro de dois mil e vinte e cinco, a Biblioteca de Algés mantém-se aberta das nove horas às sete horas da manhã seguinte, de segunda a sexta-feira, como parte de um projeto piloto. -----

----- Contudo, sabendo que os estudantes dispõem de mais tempo para estudar ao fim de semana, a atual estrutura de horários não responde a essa necessidade. Além disso, incentivar o estudo durante a madrugada de forma sistemática pode não ser a solução mais adequada.-----

----- Espaço: -----

----- Nas áreas urbanas, onde as habitações tendem a ser cada vez mais pequenas, muitos estudantes não dispõem de locais adequados para reuniões e trabalhos de grupo. -----

----- A criação de espaços reservados dentro das bibliotecas, com isolamento acústico e boas condições de conectividade (booths), permitiria que grupos de estudantes pudessem trabalhar sem perturbar os demais utilizadores. -----

----- Atualmente, pelo que conseguimos apurar, nenhuma biblioteca municipal em Oeiras dispõe de condições adequadas para este tipo de utilização. -----

----- Dois. Objetivo: -----

----- Garantir que as bibliotecas municipais de Oeiras possam apoiar efetivamente as necessidades dos estudantes, melhorando suas condições de estudo individual e em grupo.-----

----- Três. Vantagens: -----

----- Melhor aproveitamento do tempo de estudo: alargamento dos horários, incluindo aos domingos e feriados, permite maior flexibilidade, especialmente durante a época de exames. -----

----- Ambiente propício para concentração: cabines insonorizadas oferecem locais ideais para estudos individuais e em grupo sem perturbar outros utilizadores.-----

----- Promoção do trabalho em equipa: espaços dedicados ao trabalho em grupo incentivam

a colaboração e desenvolvem competências de comunicação e cooperação. -----

-----Aumento da motivação e produtividade: infraestruturas adequadas motivam os estudantes, aumentando a sua autonomia e contribuindo para melhores resultados académicos.---

-----Redução do stress e aumento da confiança: ambientes organizados reduzem o stress e melhoram a preparação e confiança dos estudantes durante períodos de pressão. -----

-----Promoção da saúde mental: ambientes adequados favorecem uma aprendizagem descontraída, reduzindo a pressão e a ansiedade. -----

-----Desenvolvimento de competências digitais: a conectividade e os recursos digitais ajudam os estudantes a aprimorar competências tecnológicas, promovendo uma aprendizagem mais eficiente. -----

-----Quatro. Proposta: -----

-----Face ao exposto, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária oito/dois mil e vinte e cinco de oito de abril de dois mil e vinte e cinco, delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que analise a viabilidade de adaptar a atual rede de bibliotecas ou converter espaços já existentes, como por exemplo Espaço Jovem de Carnaxide considerando as seguintes linhas orientadoras:-----

-----Um. Alargamento dos horários de funcionamento.-----

-----Dois. Criação de cabines insonorizadas próprias para estudo em grupo.-----

-----Três. Garantia de uma internet rápida e estável. -----

-----Com estas medidas, a rede de bibliotecas de Oeiras passaria a estar mais alinhada com as novas formas de aprendizagem e trabalho, tornando-se um verdadeiro recurso para a comunidade estudantil.-----

-----A criação de ambientes mais adaptados e funcionais nas bibliotecas não só apoia o desempenho académico dos estudantes, como também melhora sua motivação, tornando o processo de aprendizagem mais eficiente, produtivo e gratificante.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

**3.2.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, Senhor Vereador, colaboradores desta Assembleia, munícipes. --

----- O Grupo Inovar Oeiras reconhece que as preocupações veiculadas por esta proposta de recomendação da Iniciativa Liberal estão de acordo com as mais recentes tendências de utilização das bibliotecas públicas. Em Portugal, estas questões têm mesmo sido objeto de estudo aprofundado, como é o caso da tese de mestrado “O lugar das bibliotecas nas políticas públicas em Portugal mil novecentos e setenta e seis/dois mil e vinte”, de Samuel Filipe dos Santos Jorge, apresentada em dois mil e vinte e dois na Universidade de Lisboa e do projeto de tese de doutoramento de João Sebastião Cardoso Azaruja, “A cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares - práticas e perspetivas de futuro”, a apresentar muito proximamente à Universidade de Coimbra. Isto para citar apenas dois exemplos.-----

----- Portanto, relativamente ao preâmbulo desta proposta nada temos a dizer. Já no que diz respeito aos três pontos da sua proposta, importa referir o seguinte: -----

----- Ponto um. Alargamento dos horários de funcionamento. As experiências já desenvolvidas neste campo, nomeadamente as que a proposta refere como o programa Queimar as Pestanas, o projeto aplicado no Espaço Jovem de Carnaxide, e a experiência piloto da Biblioteca de Algés, segundo todas as auscultações efetuadas junto dos utilizadores, têm dado resposta às suas necessidades. Aliás, no caso da Biblioteca de Algés, que apenas encerra duas horas por dia para limpeza (das sete às nove da manhã), pondera-se mesmo a redução do seu horário, em face da reduzida ou nula procura durante as horas mortas da madrugada, passando, em contrapartida, a Biblioteca de Oeiras a abrir até às duas da manhã. Assim, entendemos que deveria a Iniciativa Liberal, antes de apresentar esta proposta, tentar averiguar quais são efetivamente as reais

necessidades dos utilizadores.-----

-----Segundo ponto. Criação de cabines insonorizadas próprias para estudo em grupo. Embora reconhecendo a pertinência desta proposta para as novas bibliotecas a construir - e é perfeitamente conhecido, já bastante divulgado, o objetivo deste Executivo, para que todas as freguesias venham a ter uma biblioteca municipal - dizia eu que importa referir que a sua aplicação nos atuais edifícios implica obras de fundo praticamente impraticáveis. No caso da Biblioteca de Oeiras tal será possível, sim, quando a Assembleia Municipal vier a abandonar estas instalações, for transferida para o prometido novo edifício e libertar todo o espaço que neste momento ocupa, para a Biblioteca.-----

-----Ponto três. Garantia de uma internet rápida e estável. Ora, senhores deputados, não há conhecimento de qualquer queixa quanto à rapidez e à estabilidade da internet nas nossas bibliotecas. -----

-----Face a esta análise, o voto do IN-OV só pode ser evidentemente contra. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), faça favor.” -----

**3.2.2. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimentá-la a si e também ao Executivo na pessoa do Senhor Vice-Presidente, aos Deputados, ao público e aos funcionários. -----

-----Relativamente a esta proposta que a Iniciativa Liberal hoje traz, eu senti que estou no canal História, porque em dois mil e quinze o PSD trouxe a esta Casa uma proposta para o alargamento do horário nas bibliotecas. Quero... Eu não interrompi ninguém, peço também o respeito. O PSD, e quero deixar bastante claro, sempre defendeu e sempre vai defender os jovens, os estudantes e, acima de tudo, também as melhores condições para que os mesmos possam estudar, e também por sua vez evoluir na sua vida profissional e académica. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas esta proposta, para além de já ter aqui um passado nesta mesma Casa, tem contradições em parágrafos, ou seja, temos no segundo parágrafo, onde fala de que as bibliotecas de Oeiras não oferecem condições relativamente aos horários em que estão abertas, depois refere os mesmos horários, portanto, que são horários alargados. Depois, temos também na segunda página e passo a citar “além disso, incentivar o estudo durante a madrugada de forma sistemática pode não ser a solução mais adequada”. Ou seja, eu quando vejo esta proposta e quando de manhã recebi a proposta, fiquei um pouco confuso. Não percebi muito bem que tipo de proposta é que nós estamos aqui efetivamente a analisar. Relativamente aos pontos que a Iniciativa Liberal colocou, relativamente ao primeiro, como eu já disse, já está em execução desde dois mil e quinze, o segundo ponto poderia ser aqui um ponto que poderia, e deixamos também à consideração do proponente, que é para além da criação de cabines insonorizadas, também continuar a haver este esforço nas melhorias nos próprios espaços. -----

----- Mas, de uma forma resumida, esta proposta é uma proposta que só demonstra que os eleitos da Iniciativa Liberal não foram ver efetivamente os espaços, porque se tivessem ido ver, certamente que não traziam esta proposta da forma como a trazem hoje aqui. E, portanto, dizer também que as necessidades atuais, como diz o próprio título, de atuais..., já desde dois mil e quinze. ----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

**3.2.3. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----**

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e na sua pessoa todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

----- Gostaria de dizer o seguinte: saudamos a Biblioteca de Oeiras que vai passar a estar

aberta até às duas da manhã, e relativamente ao Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) dizer-lhe que não estamos contra a diminuição do horário da Biblioteca de Algés. Aliás, como fazemos referência na proposta, não consideramos que até às sete da manhã seja didático estar a propor aos estudantes que estudem pela madrugada fora. -----

-----Quanto ao Senhor Deputado do PSD, dizer-lhe que canal História só se for para ele, porque há que estar no lugar certo, na época certa, no tempo certo. Se calhar este é o tempo certo, quando os senhores apresentaram a proposta, não era o tempo certo. E não fique confuso, se quiser alguns esclarecimentos adicionais, temos todo o gosto de lhos dar. E também não sei se o Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) sabe o que é redesenhar os espaços, porque os espaços existem, mas eles podem ser redesenhados, e isso é uma coisa que se faz quando se quer. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), faça favor.” -----

**3.2.4. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) referiu o seguinte:** -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Só dizer à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que o PSD está bastante atual, já em dois mil e quinze estava atual. Portanto, o que acontece aqui é que trazem uma proposta que já foi aqui votada, já foi aqui discutida, mas como estamos a poucos meses das eleições autárquicas, a Iniciativa Liberal, entretanto, quis aqui recuperar uma proposta já aprovada nesta Casa. -----

-----Obrigado.” -----

**3.2.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)... Senhora Deputada Anabela Brito (IL) peço-lhe desculpa, mas não sou capaz de deixar de lhe dizer, eu acho que a Senhora devia de ver bem a situação das bibliotecas há anos atrás. É que aquilo que a Senhora está aqui a propor, eu ouço o Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) falar, mas antes disso também já existia. Resulta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que eu convidava-a para ver quais os horários e o desenho das bibliotecas há uns anos atrás, mas há largos anos atrás. É só uma sugestão.” -----

**3.2.6. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Sim. Obrigada. Senhora Presidente, deixe-me só esclarecer que eu sou de Oeiras, estudei nas bibliotecas de Oeiras, conheço as bibliotecas. Mas, de qualquer forma, dizer-lhe também que o facto das bibliotecas e do seu horário ter melhorado, não significa que não possa melhorar ainda mais, e que não esteja mais de acordo com a época atual. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mas é que muito daquilo que aqui é proposto já existe. Faça favor,” -----

**3.2.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Aproveito para a cumprimentar a si, e na sua pessoa todos os presentes. -----

----- Eu queria dizer..., já não vou dizer parte do que tinha para dizer, porque o Deputado Balcão Vicente (IN-OV) já referiu o programa Queimar as Pestanas. Eu gostaria de dizer também que há, de facto, esse estudo piloto em Algés e eu acho que o que falha aqui nesta proposta é a falta de um ponto quatro, que são as acessibilidades a estas bibliotecas, nomeadamente em relação aos transportes públicos porque, como sabemos, algumas zonas não são durante a noite fornecidas, ou corretamente fornecidas por transportes que possam levar as pessoas a frequentar com maior adesão estas bibliotecas. Portanto, fica a nota, não é um ponto a acrescentar à proposta, mas fica a nota. -----

----- De qualquer forma, também referir, Senhora Presidente, que o Grupo Político Evoluir Oeiras neste mandato já fez dois requerimentos sobre informação das bibliotecas municipais de Oeiras, que eu saiba foi o único grupo político a fazê-lo. Entregaremos mais um requerimento com novas questões relativas ao debate que aqui vamos tendo. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faça favor.” -----

**3.2.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, caros Deputados, quem nos assiste em direto e online. -----

-----Eu bem sei que estamos em plena campanha eleitoral nesta Assembleia Municipal, e a Iniciativa Liberal gostaria de ter mais uns votos em Oeiras, mas assim não vai lá. Antes de propor propostas de recomendação que de conteúdo nada acrescentam (antes pelo contrário), consulte primeiros os serviços competentes. Temos exemplos: quando se fala do alargamento dos horários de funcionamento, em Algés já funcionam e em Oeiras estão em análise para aprovação superior. Não sugere nada de novo, Senhora Deputada Anabela Brito da Iniciativa Liberal. A criação de cabines insonorizadas próprias? Não há condições neste momento para isso, isso para acontecer, tínhamos de ter bibliotecas novas. Sugerir também estarem abertas ao domingo e feriados? Tem noção de quanto é que custa? O que isso importa? E quantos funcionários teriam de existir? E falando de internet, mas internet já existe nas bibliotecas há anos. Mais uma vez lhe digo: consulte os serviços competentes antes de fazer estas propostas. Só lhe ficava bem. -----

-----Tenho dito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor.” -----

**3.2.9. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, perante a sua pessoa cumprimento o Executivo Camarário e também todos os presentes. -----

-----Eu quero aqui dizer, sou frequentador assíduo da Biblioteca de Algés e de Carnaxide, e se há entidade que trabalha bem, são as bibliotecas municipais. Os horários são, todavia,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pertinentes. A única questão que realmente importa realçar e que me foi aqui dita, é que muitas vezes vão sem-abrigo, que logicamente não podemos mandar embora das bibliotecas, pernoitar à noite nas bibliotecas, e o cheiro matinal, depois quando abrem às nove da manhã é intenso. Portanto, isto é um problema que impera nas bibliotecas por causa da abertura até às sete da manhã. É uma questão transversal certamente, e é uma questão que realmente tem que se ver. Contudo, em termos de horários, em termos de simpatia, em termos até de livros - e eu vou muitas vezes consultar livros de direito atualizados - portanto, eu só tenho a felicitar as bibliotecas do Concelho, porque realmente são eficazes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Santos (CDU), faça favor.”-----

**3.2.10. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos à Mesa, a todos os presentes e a quem assiste à distância. -----

----- De facto, é uma proposta com interesse e que coloca no centro das atenções estes importantes equipamentos coletivos. A nossa posição será, enfim, de apoio, mas também aproveitamos a oportunidade para questionar o Executivo se a inauguração do Centro Cultural de Barcarena já tem definido o modelo de funcionamento da biblioteca que está incluída nesse equipamento, portanto, o seu horário de funcionamento e qual é a entidade que vai efetivamente gerir este equipamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.”-----

**3.2.11. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** observou o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Pedi a palavra simplesmente com um objetivo: repudiar energicamente as palavras do Senhor Deputado do Chega, quando afirmou que o cheiro, creio que disse “imundo” ou qualquer coisa parecida, na Biblioteca de Algés quando reabre. O Senhor Deputado provavelmente não vai, não frequenta a Biblioteca entre as duas e as sete da manhã. Desconhece certamente que entre as sete e as nove da manhã a biblioteca é limpa. Se é limpa, não tem certamente um cheiro imundo. Isso é um insulto aos trabalhadores que fazem a limpeza dessa biblioteca, e uma afirmação destas tem que ser repudiada veementemente.-----

-----Disse, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor.” -----

**3.2.12. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, o que vem de baixo não me atinge. E não sou eu que digo, são os próprios funcionários que lá estão, e realmente eu trabalho por vezes à noite na Biblioteca de Algés, e sei o que estou a dizer. Portanto, como eu frequento e sei, e também falo com os funcionários, também me conhecem e podem, todavia, testemunhar, que eu diariamente e por vezes à noite frequento a Biblioteca de Algés, e que o cheiro é grande, mesmo com a limpeza que se faça, esporadicamente. É uma realidade que existe: os sem-abrigo vão pernoitar à noite nas bibliotecas. Separo o trigo do joio, uma coisa são as pessoas que estão lá a dormir, outra coisa é a qualidade da biblioteca. As bibliotecas, reitero, são eficazes. Trabalham bem, os livros são atualizados, têm história, os estudantes gostam de trabalhar e mesmo as pessoas colaboram como eu. Agora, há uma realidade que está, todavia, a constatar-se, que é as pessoas sem-abrigo dormirem à noite nas bibliotecas, aproveitarem essas casas de banho para se lavarem, e é uma situação que realmente importa aqui referenciar, porque os próprios funcionários não podem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mandar logicamente o cidadão para a rua. Por lei também têm direito a lá estar e há que arranjar aqui soluções. Foi só isso. Agora, aquilo que vem ali do Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) como sempre, só me dá vontade de rir. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, meus senhores... Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.”-----

**3.2.13. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, Doutor Miller, Doutor Custódio, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e a quem nos ouve. -----

----- Eu queria apenas dar o seguinte apontamento. Quão bem vai a nossa Democracia com esta discussão, e vêm-me à memória tempos difíceis. Aliás, é curioso que logo a seguir ao Vinte e Cinco de Abril a Câmara de Oeiras, que na altura tinha também a Amadora, a primeira coisa que criou foi bibliotecas para a juventude. E queria deixar só duas notas. Ainda me recordo, no século passado, final do século passado, quando na área de serviço da ACinco havia cartazes a dizer “É proibido estudar”. “É proibido estudar”, isto foi uma coisa que me marcou imenso. Como é que uma sociedade proíbe alguém de estudar? Porque, de facto, não havia espaços, não havia espaços. Aliás, em Algés (e eu cresci em Algés) havia um café onde se tiraram muitas entradas na universidade, onde se estudava muito. Havia dois cafés, era a Tamar e um outro onde se estudava muito. -----

----- E, portanto, a nossa sociedade evoluiu tanto, que era isto que eu queria aqui deixar, houve aqui uma reunião que tive que ter aqui nos serviços, uma reunião política, na sexta-feira salvo erro, e fiquei impressionado pela positiva com a quantidade de pessoas que estava na biblioteca e aqui em cima. Senhores deputados, eu estou a falar, sem exagero, de cem a cento e cinquenta pessoas, parecia um congresso. Eu perguntei, mas estas pessoas estão aqui porquê? É

um clube de leitura. E, de facto é importante, é importante a leitura, são importantes os livros, são importantes as bibliotecas, e queria deixar um louvor para esta biblioteca, para as redes de bibliotecas, porque quem consegue mobilizar um clube de leitura com o tamanho que eu verifiquei na sexta-feira..., é que era não era só o número de pessoas, era o seu entusiasmo, a sua preparação. E queria deixar esta nota positiva ao trabalho dos serviços e do Executivo.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, faça favor.”-----

**3.2.14. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----**

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, boa tarde a todos.-----

-----Primeira nota sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado do Partido Chega. Dizer que tem aí um erro, não é plural, havia um, ou há um cidadão sem-abrigo, que por vezes, naturalmente, aparece na Biblioteca de Algés. Naturalmente, porque é pessoa, é um ser humano, tem direito a frequentar os espaços que os outros têm direito a frequentar. Está acompanhado, está sinalizado pelos serviços do Município e a situação é somente essa, nenhuma outra. Portanto, se tem cheiro, todos os seres humanos têm cheiros, é inerente aos mamíferos, e a espécie humana também tem cheiro, portanto, é como os outros. -----

-----Quanto à questão trazida pelo Senhor Deputado da CDU sobre a gestão do espaço do Centro Cultural de Barcarena, ainda não está definido, está a cultura a estudar a solução e a encontrar a melhor forma de gerir o mesmo. -----

-----Para terminar, dizer, senhores deputados, naturalmente que esta questão é da maior importância, naturalmente tem sido acompanhada e melhorada ao longo dos anos. É só frequentar os Espaços da Juventude e perceber o quanto evoluíram nos últimos anos, como evoluíram as ligações de internet, quão rápidas são. E, depois, dizer o óbvio, naturalmente que o alargamento do horário tem que ser regulado ou ponderado em função dos custos do mesmo, e do que implica



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da carga de pessoal que lá está, da carga de segurança. -----

----- Toda esta proposta, permitam-me que lhes diga, é “chover no molhado”, porque o Município faz isto há décadas. Procura sempre atualizar em função das necessidades.-----

----- Por fim, foi dita aqui uma coisa interessante, que os estudantes estavam proibidos de estudar. Eu fui um dos que foi proibido de estudar na estação de serviço por uma razão simples, porque os estudantes, mais naquela altura do que hoje por natureza eram pobrezinhos, pedíamos um café e ficávamos a noite inteira. Portanto, depois não havia espaço para os clientes regulares da estação de serviço.-----

----- É só, Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----

**3.2.15. A Senhora Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:** -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Só para dizer que realmente o Executivo faz tudo e está sempre..., mas o que é certo é que aos domingos as bibliotecas estão fechadas, portanto, nós estudamos de segunda a sexta, ao domingo não estudamos. E ao sábado à tarde também fechadas estão.-----

----- Portanto, é isso. Vamos também ter um horário para estudar. Enfim, confesso-lhe que é com tristeza que vejo que esta Assembleia continua a não pensar em modernizar-se, continua a não evoluir para o século XXI. Mas, enfim, é o Município que temos, é o Executivo que temos. -

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Meus senhores, vou passar à votação. Quer usar da palavra? Quem é que pediu? Faça favor.”-----

**3.2.16. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte:** -----

----- “Senhora Presidente, era só para retificar aqui o Senhor Vice-Presidente que certamente nunca foi à noite à biblioteca: não é um, são quatro. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Posso passar à votação? Não há mais intervenções? Portanto, vamos votar a proposta de recomendação “Viabilidade de adaptação das bibliotecas municipais às necessidades atuais dos estudantes” apresentada pela IL.” -----

### **3.2.17. VOTAÇÃO** -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com onze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com três abstenções do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Maria da Glória Fernandes Sarmento). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 46/2025** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – VIABILIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS ÀS NECESSIDADES ATUAIS DOS ESTUDANTES, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IL**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com onze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com três abstenções do Partido Social Democrata. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Onze votos a favor, três votos de abstenção e vinte e quatro votos contra.”-----

----- O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é só uma declaração de voto por parte do PSD.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Faça favor.”-----

**3.2.17.1. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto:**

-----“Dizer que o PSD absteve-se nesta proposta, porque acreditamos também, como há pouco tive oportunidade de dizer, que é importante criar, desenvolver e melhorar também os espaços dos estudantes e também de quem frequenta as bibliotecas, e por isso é que nos abstivemos. -----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Vou passar a ler o voto de repúdio apresentado pelo Grupo Político Evoluir Oeiras.”

### **3.3. VOTO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E RAPARIGAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----**

-----A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Repúdio mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Na tarde de sábado, realizou-se uma manifestação em frente ao Parlamento com o mote “Violação não se filma, condena-se”, exigindo justiça no caso tornado público da violação de uma rapariga menor numa cave em Loures. A Polícia Judiciária (PJ) deteve três jovens com amplo alcance nas redes sociais, suspeitos de cinquenta e um crimes, mas o Tribunal decidiu libertá-los, impondo apenas apresentações periódicas e a proibição de contacto com a vítima. Segundo o comunicado da PJ, esta investigação teve origem numa participação do Hospital Beatriz Ângelo depois de a vítima ter sido violada em grupo, os atos terem sido registados em vídeo e divulgados nas redes sociais com mais de trinta e duas mil visualizações sem que tenha sido denunciado às autoridades. Este silêncio coletivo não é neutro: é a expressão de uma cultura que banaliza a violência sexual, desumaniza as vítimas e continua a proteger os agressores.-----

-----No comunicado "Violência sexual e impunidade: O crime de Loures", subscrito por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais de cento e quarenta coletivos e seis mil e quinhentos cidadãos, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM) realça falhas estruturais na proteção das vítimas, na aplicação de medidas de coação, a menorização dos crimes praticados pois os arguidos continuam a ter acesso aos seus perfis digitais o que torna possível a capitalização mediática, a culpabilização da vítima e afigura-se ainda num atentado contra a dignidade da jovem, contribuindo assim para a veiculação de uma mensagem de impunidade face à gravidade de situações como esta. -----

----- Note-se também que a PPDM, para além das referências à conduta dos perpetradores de crimes de violência contra mulheres e raparigas e inoperância do sistema judicial, denuncia o papel das próprias plataformas digitais que possibilitam a difusão massiva da violência com enormes repercussões na integridade física, emocional, moral, psicológica e sexual da vítima. ----

----- No mesmo país onde menores são violadas e expostas nas redes sem consequências imediatas, estudantes universitários homens da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (AEFEUP) recorrem a práticas de upskirting — captando imagens íntimas das suas colegas por “baixo das saias” sem consentimento - em que a única repercussão visível são demissões internas. A ausência de medidas disciplinares ou legais robustas reforça a ideia de que o corpo das mulheres continua a ser visto como disponível para consumo e humilhação. -----

----- O combate à violência contra as mulheres tem sido uma conquista longa e dura. Recordemos que apenas em mil novecentos e oitenta e dois a violência doméstica foi criminalizada em Portugal, e só há vinte e cinco anos se tornou crime público. Apesar dos avanços, o sistema judicial continua a demonstrar fragilidades perante os desafios atuais e as formas contemporâneas de violência. Ser mulher não pode ser sentença. -----

----- Considerando todo este contexto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sessão extraordinária número oito de oito de abril de dois mil e vinte e cinco que delibere um voto de repúdio face à violência sexual contra mulheres e

raparigas e em particular pelo caso recente de violação ocorrido em Loures. -----

-----O presente voto de repúdio deve ser publicado no site da Assembleia Municipal, enviado à Comissão Permanente Primeira Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na Assembleia da República, à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, à Associação Não Partilhes, à Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

**3.3.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Trata-se efetivamente de um tema que, de alguma forma, nos envergonha a todos, pelo que eu pedia ao Grupo Evoluir que considerasse a hipótese de entender este voto de repúdio como sendo proposto por toda a Assembleia, e não apenas pelo Grupo Evoluir.” -----

**3.3.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Se todos os grupos políticos estiverem de acordo, claro que estamos de acordo. Não temos nada a obstar. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).” -----

**3.3.3. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento todos. -----

-----E, de facto, dizer que o PSD também se associa a este voto de repúdio, e queria também acrescentar que, ultimamente, temos assistido ao crescimento da violência sexual contra as mulheres. Quanto a este crime, não há palavras para o descrever. Trata-se da violação de uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

menor, uma violação que é difundida através das redes sociais e que tem milhares de visualizações. Não entendemos por vezes a justiça, não compreendemos como é que um crime desta natureza sai praticamente impune (pelo menos por agora) e questionamos, de facto, como é que chegámos tão ao fundo do poço. Dizer também que só há uma maneira de evitar este tipo de crimes: é preparar as nossas meninas, logo desde cedo, a imporem limites; a preparar as nossas meninas e a ensinar-lhes que há determinadas práticas que não devem aceitar; há determinadas formas que devem utilizar para se defender e há determinadas formas que podem, por vezes, julgar que são formas de amor, mas não são formas de amor, são formas de violência. E, portanto, é desde a infância, desde muito cedo, que nós temos que preparar as mulheres para um dia mais tarde se defenderem e saberem dizer que não. E, portanto, não há um sistema, não podemos confiar num sistema, é a própria mulher que tem que se preparar, desde muito cedo, para se defender. -----

----- Portanto, o PSD apoia naturalmente este voto repúdio e esperamos que este tipo de notícias não volte a acontecer, que não voltemos a chegar tão longe.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), peço desculpa, ultrapassei...” -----

**3.3.4. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PAN gostaria de se associar a este repúdio. -----

----- O que aconteceu em Loures é mais do que um crime, é um grito. É um grito violento que ecoa num país adormecido. Uma adolescente foi violada em grupo, filmaram, difundiram, monetizaram a dor e, o mais grave, o sistema assistiu impotente. A violência sexual contra mulheres e raparigas não é uma exceção, é uma epidemia e a forma como o Estado, o nosso Estado, responde a esta epidemia diz muito sobre quem somos, sobre o que escolhemos proteger e sobre quem deixamos vulnerável. A libertação dos agressores, mesmo perante a monstruosidade do que

fizeram não é apenas um erro judicial, é uma mensagem. Uma mensagem de que a dor das mulheres ainda pode ser relativizada; que os corpos das raparigas ainda são tratados como mercadoria descartável; de que a violência, quando embrulhada em likes e seguidores, pode ser convertida em lucro e tolerada. O PAN não vem aqui apenas repudiar, vem para exigir, exigir que o combate à violência sexual seja uma prioridade nacional. Exigir que os tribunais assumam o seu papel na proteção das vítimas e na responsabilização efetiva dos agressores. Exigir que as plataformas digitais sejam corresponsabilizadas pela difusão de conteúdos criminosos. E, mais do que tudo, exigimos uma revolução cultural, porque enquanto continuamos a tolerar piadas machistas, a culpabilizar vítimas, a normalizar o abuso e a transformar a violência em conteúdo viral estaremos todos a perpetuar o ciclo. Não é possível falar de direitos humanos e continuar a permitir que meninas sejam violadas em direto para o mundo. Não é possível falar de justiça enquanto o trauma é ignorado e os agressores são promovidos a influencers. Este voto que hoje discutimos é um passo, mas não basta. O país tem que parar de fingir que isto não nos diz respeito, porque diz. Enquanto a justiça falhar, seremos nós, representantes do povo, a gritar “basta”.” ----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), sim, se faz favor.” -----

**3.3.5. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, e na sua pessoa todos os presentes, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. -----

-----Nem sei muito bem por onde é que hei de começar. Talvez pela intervenção da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). A preparação não tem de ser às meninas, tem de ser às meninas e aos meninos. Tem de ser às mulheres e aos homens, e a sociedade tem um papel importante nesta luta, que aparentemente não tem em sido de todos. E às vezes até é repudiada, às vezes é troçada. Mas aí está, aí está onde é que leva o silêncio. Aí está onde é que leva o despeito. Aí está para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

onde é que leva a ideia de que somos nós, as mulheres, que educamos as meninas, que temos que as defender dos homens..., os homens também não são todos eles agressores. Educar os homens, educar as mulheres, preparar as escolas, preparar as instituições. Depois dizer que este silêncio coletivo não é neutro (estou a ler), é a expressão de uma cultura que banaliza a violência sexual, desumaniza as vítimas e continua a proteger os agressores. Na verdade, eu acho que não só banaliza a violência sexual. Na verdade, nem banaliza só, nem normaliza este tipo de comportamentos. Eu acho que também há uma cultura de medo. Muita gente não denuncia, porque tem medo. A acrescentar a isto, atenção, a acrescentar a isto. Muita gente não denuncia, porque tem medo e muita gente não denuncia porque há uma ideia de que não vale a pena, porque nada se fará. Há uma ideia de impunidade e, na verdade, há uma certa impunidade quando se libertam estes agressores. -----

----- Depois, em relação aqui a esta... As mulheres continuam a ser vistas como disponíveis para consumo e humilhação. É verdade. É verdade. Se isto acontece numa universidade, onde supostamente há alguma diferenciação, e continua a ser uma graça e um riso fotografar as mulheres por baixo das suas roupas, na verdade, o que é que isto, qual é a imagem que isto passa? Passa, de facto, a imagem de que o corpo das mulheres é para consumo. E a verdade é que também existe a ideia de que as mulheres “se põem a jeito”, ou porque se vestem de uma determinada maneira, ou porque utilizam uma determinada linguagem, ou porque provocam, ou porque têm liberdade sexual. E isto é uma ideia generalizada de que “se põem a jeito”. -----

----- De facto, este voto de repúdio contra a violência sexual contra as mulheres e contra as raparigas, na minha perspetiva, até deveria ser mais, ir mais fundo ainda. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.” -----

**3.3.6. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:---**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, Senhor Vice-Presidente, a Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Queria começar por dizer que o voto de repúdio que a Coligação Evoluir Oeiras hoje aqui traz, que tem por base a infeliz notícia da violação e da propagação dessa violação pelas redes sociais é bem-vindo, faz todo o sentido ser analisado, votado e apreciado nesta Casa. Naturalmente o Partido Socialista associa-se, ou gostava de estar associado também a este voto, porque para nós, o que aqui está em causa é mais uma vez a falta de respeito pelos direitos humanos das mulheres e das raparigas; a falta de formação dos magistrados no direito daquilo que diz respeito aos direitos humanos, a falta de constituição de equipas profissionais altamente especializadas que apoiem efetivamente no combate à violência sexual; o facto da investigação e da responsabilização de todas as pessoas que partilham e difundam, ou visualizam estas imagens sem as denunciarem tem que ter, tem que ter uma alteração séria na nossa legislação; o facto de as plataformas digitais não serem responsabilizadas pelo facto destas notícias, destes vídeos se tornarem virais, e a natural e constante responsabilização, sempre, dos autores dos crimes de violência contra mulheres e raparigas.-- -----

-----Queria, por último, dizer à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) que o seu discurso está errado, e está errado porque o seu discurso é segregador. A Senhora Deputada fala em que nós temos que ensinar as nossas raparigas e as nossas mulheres, e aquilo que nós temos que fazer é ensinar toda a sociedade. São os homens, as mulheres, os rapazes e as raparigas e é por isso, Senhora Deputada, que eu gostava de a ter visto a dizer que era contra o final da cadeira, da disciplina de cidadania, como foi favorável o seu partido, e que também era contra terem sido retirados os guias desta disciplina que, como todos sabemos, uma das coisas que pretende é efetivamente propagar e difundir valores como os valores da defesa dos direitos humanos.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor.”-----

**3.3.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----**

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer que a Iniciativa Liberal também se associa a este voto de repúdio, e para dar uma tônica bastante acentuada na valorização do indivíduo. A valorização do indivíduo, neste caso, tem que ser muito pela educação, não só das mulheres para não aceitarem e dizerem não, como também dos homens para respeitarem cada ser humano. Esta é uma tônica bastante importante da valorização da educação. A educação pode realmente fazer a diferença e esta educação tem que começar desde o início, para que todos se respeitem. Não podemos também deixar de referir o grande, grandíssimo sentimento de vergonha alheia e mesmo de revolta, por todos aqueles que visualizaram as imagens e nada fizeram. Que sociedade é esta, para onde é que estamos a caminhar? E se fosse a filha de uma dessas pessoas, como é que ela reagiria?-----

----- Obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.”-----

**3.3.8. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----**

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- É sempre uma alegria e reconfortante haver temas em que estamos quase todos de acordo e a favor. É óbvio que esta situação é totalmente repudiante e obscena, no entanto, eu queria dizer o seguinte: a primeira questão aqui fundamental é política, que é passar o crime de violação, juridicamente, para a categoria de crime público. Infelizmente, tanto o Partido Socialista como o Partido Social Democrata têm sido as forças que têm impedido no Parlamento essa passagem por

razões jurídicas, eu não sou jurista, e aqui foi referido pela minha colega Paula Neto (IN-OV) a questão do medo e da denúncia. E isso é ultrapassado a partir do momento em que for um crime público. E, portanto, seria..., este é que é o *busilis* político da questão concreta. -----

-----Por outro lado, dizer que eu aqui sou capaz de concordar com o Chega, o que é raro e único, mas é verdade. Porventura, “por Ventura” ..., temos que aumentar a moldura penal destes crimes. E queria fazer aqui uma ressalva, se bem que a Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu bem, e era muito conhecido o caso de um juiz lá do norte, o juiz Neto, não é, esse ficou bem conhecido e, naturalmente, eu não sei qual foi o juiz que decidiu isto, mas vou partir do princípio da boa-fé. As pessoas são soltas após um crime se uma das três seguintes questões não estiver em causa: o alarme social (que me parece que está), a continuação da atividade criminosa (não tenho a certeza que estava assegurada) e ocultação de provas durante o processo de inquérito. No entanto, também senhores deputados, nós não podemos condenar as pessoas, estamos num Estado de Direito até prova em contrário. E, neste ponto, tenho que dar o benefício da dúvida ao magistrado que decidiu isto. Porque devo vos dizer que também me ofende e causa estranheza quando leio no jornal que a PSP deteve um indivíduo catorze vezes a roubar carteiras e ele continua solto. E ele continua solto... Mas isto é uma reflexão jurídica que tem que ser feita. É uma reflexão jurídica.-----

-----Em relação à questão que tinha aqui de não ser só mulheres, a Paula Neto (IN-OV) já referiu. Infelizmente, esta questão, e a Anabela Brito (IL) disse muito bem, o que está aqui em causa é a dignidade das pessoas. Não vale a pena dizer “humana”, porque é uma redundância, a dignidade das pessoas. E, por isso, eu também sou um personalista. E, por isso, eu também sou católico, para além de ser social-democrata, ou do socialismo democrático, e acreditar no liberalismo económico e no liberalismo de costumes. Agora aqui a fronteira é a dignidade da pessoa, ponto, seja mulher, seja homem, ou seja, um dos cinquenta e tal tipos de género que hoje são reconhecidos. As pessoas têm que ser respeitadas. E voltamos, como disse a Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputada, à paideia grega de como formar bons cidadãos, estamos todos de acordo nisso.-----

----- E terminava também reforçando e sublinhando o que aqui já foi dito. Que é uma reflexão que tem que ser feita pelo caminho que a sociedade está a tomar. Porque aqui é tão hedionda a colocação nas redes sociais, como este voyeurismo mórbido de alguém... Mas quem é que quer ir assistir a uma violação real? Quer dizer, isto, isto é mórbido, não é? Mas isto..., que tipo de gratificação essas pessoas têm, não é? Mas isto é uma reflexão que nós temos que fazer enquanto sociedade, enquanto comunidade. -----

----- E queria só deixar uma nota final, não levem a mal, mas é o meu pensamento. Esta ideia de diabolizar as redes sociais é completamente falsa. Eu devo vos dizer quando o Gutenberg criou a máquina de impressão, os moralistas a primeira coisa que criam era: “meu Deus, e agora os livros maus vão ser muito publicados”. Ou quando apareceram os correios “Meu Deus, isto vai ser tão mau, porque agora os namoros...” Não, quer dizer, a internet em si, não é um fim é um meio, que pode ser usado bem ou mal. No entanto, a Deputada Sílvia do PAN deixou aqui mais uma questão política, que é a regulamentação desse oásis das redes sociais, que tem sido difícil politicamente, mas tem que ser feita. E ela tocou num ponto que me parece, que é o da responsabilização, que é um ponto fundamental. Da responsabilização económica - e não tenhamos dúvidas, o capitalismo e os mercados é um som que eles ouvem, é, de facto, quando lhes vão ao bolso, quando custa dinheiro, não é? - e temos que regulamentar e temos que saber, enquanto sociedade, que não vale tudo, que as redes sociais não podem ser usadas para estes fins, ou se o são, têm que ser severamente penalizadas, tanto as operadoras, como as pessoas que as usam indevidamente. Não só na violência, como no incitamento ao ódio, porque aqui já não estamos a falar de fake news, as fake news levam a uma zona cinzenta, se sabemos se é verdade ou não. Aqui, estamos a falar da apologia de um crime que é colocado nas redes sociais e note-se, para espanto, tem audiência.-----

----- Era só isto que queria dizer, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

**3.3.9. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Senhora Presidente, em nome do Partido Chega nós também nos associamos a este voto. Realmente este crime é um crime grave, e tem que ter consequências severas. Contudo, não deixo de citar aqui, na vigência da sua leitura, uma indicação: faltam medidas robustas por parte do Bloco de Esquerda e do Livre, aqueles que, todavia, não quiseram a castração de pedófilos apanhados em flagrante delito. Portanto, acho estranho uma pessoa estar aqui a defender tanto, tanto, tanto, uma questão de uma condenação mais efetiva, mais rigorosa e, depois, todavia, chumbar na Assembleia da República medidas efetivamente robustas. Quero aqui também referenciar que nós não podemos imputar a responsabilidade ao JIC, ao juiz de instrução criminal, ou mesmo aos magistrados porque, todavia, é a partir da Assembleia da República e do Governo que emanam as leis. Os juízes ficam assim reféns dos procedimentos legislativos que são, todavia, emanados e, todavia, teria que ter havido aquilo que foi chumbado, que era a revisão ao Código do Processo Penal e, efetivamente, uma revisão profunda da Constituição, situações que também chumbaram. Portanto, isto só para salientar, crimes públicos têm que ter consequências severas.-

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende intervir? Senhor Deputado João Santos (CDU), faça favor.” -----

**3.3.10. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) interveio e disse o seguinte:-----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----De facto, este voto de repúdio vem em boa hora, é oportuno e sempre relevante não só



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pelo acontecimento trágico que o motivou, mas também pela continuidade que vemos desta contínua discriminação, menorização e desrespeito a vários níveis pelas mulheres e não só.-----

----- De facto, estamos perante uma situação de um crime que tem que ser tratado de forma consequente, mas, sobretudo, estamos a falar também do papel das políticas e do Estado, nos seus vários níveis. Por um lado, na prevenção destas situações e da proteção de todos os cidadãos e, naturalmente, dos mais vulneráveis. Por outro lado, também numa perspetiva que, do nosso ponto de vista é central, que é o papel emancipador que, enquanto sociedade, também temos de combater e trabalhar. Ou seja, não se trata de perspetivas só do lado individualista, nem apenas do lado do Estado, haverá que trabalhar esta articulação, as políticas podem desempenhar um papel fundamental na criação de condições para evitar situações de vulnerabilidade, por exemplo, a nível económico. Muitas destas situações resultam de situações muito frágeis do ponto de vista da estrutura familiar, do ponto de vista da dependência das mulheres face aos homens. Sabemos que as desigualdades a esse nível são, e continuam a ser persistentes, são históricas e continuam a ser fundamentais. E esta situação não se tem alterado significativamente, este é que é o grande drama. Muitas vezes assistimos a debates em que se considera que os direitos das mulheres é um debate ultrapassado, são situações que estão resolvidas, temos a igualdade consagrada na lei, já não precisamos fazer muito mais. São agendas de fratura. Pelo contrário, são agendas que estão permanentemente e sempre em cima da mesa e não podemos deixá-las de parte, nem de estar no foco da nossa atenção.-----

----- Daqui a um pouco estaremos a discutir o relatório da CPCJ em que vemos que os números mais expressivos, são aqueles que se ligam com a violência doméstica. Ora bem, desde muito cedo vemos que estas situações começam a germinar no seio familiar e, portanto, temos de trabalhar e continuar a trabalhar e ainda bem que temos estas oportunidades para trazer para cima da mesa estas situações. Portanto, do nosso ponto de vista, estamos também disponíveis para nos associarmos a este voto de repúdio.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.” -----

**3.3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Só para dizer que este tema também diz muito ao Grupo Político Evoluir Oeiras, a violência contra as mulheres, e foi por isso que apresentámos este voto de repúdio. Infelizmente, tivemos mais este caso, esperemos que não seja só mais um, que seja o fim de todos estes casos.

-----E há pouco falou-se aqui de reflexão, falou-se do que podemos fazer a nível do Estado, falou-se de reflexão. Eu gostava de hoje deixar também uma reflexão a esta Assembleia: que pensássemos todos que ações concretas (além de um voto de repúdio), para mudar comportamentos, podemos nós nesta Assembleia pensar e propor à Câmara Municipal? O Grupo Político Evoluir Oeiras ponderou fazer uma proposta de recomendação e não o fez porque hoje gostaríamos que este voto fosse aprovado por unanimidade. Estamos certos que, provavelmente, se isto fosse uma proposta de recomendação, não teríamos o mesmo tipo de votação. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente. Muito nos honra que os outros grupos políticos subscrevam o voto por nós apresentado. Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Vice-Presidente, faça favor.” -----

**3.3.12. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----**

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Duas ou três notas. A primeira, para associar o Executivo Municipal a esta proposta, ou a este voto de repúdio. Depois, se me permitem, centrar as questões no que é mais importante:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as vítimas. É exatamente pelo respeito das vítimas que nós devemos ter humildade perante os factos, portanto, eu esperava que, perante uma questão desta natureza, para além da associação ao voto de repúdio, os discursos também fossem muito mais de conciliação do que críticas. As responsabilidades não são de uma ou outra força política. O que acontece, sempre aconteceu e nós, calhar, devíamos estar “lamentavelmente felizes” por sabermos quando acontece. Porque é sabido de toda a gente que a violência sexual começa na esfera íntima, na esfera mais privada. Normalmente quem comete este tipo de violência são pessoas próximas. Normalmente é isso que acontece. Neste caso de Loures não foi o que aconteceu, mas quem comete são as pessoas mais próximas. Primeiro lugar: a proteção das vítimas. Depois, dizer também que não estou capaz de criticar nenhuma decisão de nenhum juiz, porque não conheço os casos concretos. Os juízes conhecem o caso concreto, nós não podemos acreditar que sabemos o que não sabemos. Dizer depois, e por fim, que o que é importante é que a sociedade como um todo..., e esta questão, ao contrário do que foi dito, não é política. É política no que respeita ao poder político tomar decisões coerentes com influência na sociedade, mas este tipo de questões não pode dividir-nos, isto é uma questão que não pode dividir o espectro político. É uma questão de dignidade da pessoa, é uma questão de direitos fundamentais, é uma questão de sermos todos iguais e termos direito a respeito e à nossa dignidade.-----

----- E era nisto que o Executivo Municipal se queria associar, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Vamos passar à votação.” -----

### 3.3.13. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Repúdio, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira,

António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----A Senhora Deputada Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 47/2025** -----



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS**

**----- VOTO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E RAPARIGAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO E SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV, PS, PSD, CDU, IL, CH E PAN-----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de repúdio face à violência sexual contra mulheres e raparigas e em particular pelo caso recente de violação ocorrido em Loures, publicá-lo no site da Assembleia Municipal, enviá-lo à Comissão Permanente Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na Assembleia da República, à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, à Associação Não Partilhes, à Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Temos agora mais duas recomendações do PAN. Vou passar a ler uma.”-----

**3.4. RECOMENDAÇÃO – REVISÃO PARTICIPADA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CUIDADORES DE COLÓNIAS DAS COLÓNIAS DE GATOS DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN-----**

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“O concelho de Oeiras é hoje um exemplo de como a articulação entre cuidadores, serviços municipais e políticas públicas pode resultar em melhorias concretas na proteção e bem-estar animal. O trabalho com as colónias de gatos errantes iniciou-se numa situação difícil, marcada por grande dispersão de animais, alimentação desregulada e ausência de qualquer controlo sanitário ou populacional.-----

-----Com o esforço persistente das cuidadoras voluntárias, foi possível consolidar um modelo de gestão baseado na agregação de animais em colónias estáveis, o que permitiu, posteriormente, a aplicação sistemática do programa CED (Captura, Esterilização e Devolução). Esta estratégia conduziu à redução significativa do número de animais errantes, melhorou as condições de saúde dos mesmos e reduziu os conflitos com a comunidade.-----

-----Atualmente, as colónias estão georreferenciadas, controladas, compostas por animais esterilizados, e existe informação fiável sobre o seu número e estado de saúde. Esta nova realidade permite agora avançar para uma fase seguinte: a revisão do regulamento municipal que rege a atividade das cuidadoras e o funcionamento das colónias. -----

-----Neste contexto, e tendo como referência o compromisso assumido no Plano de Atividades Municipal apresentado em dezembro, o PAN tem vindo a desenvolver um diálogo regular e construtivo com o Senhor Vereador com o pelouro do Bem-Estar Animal, no sentido de garantir que esta próxima etapa possa ser concretizada com base no entendimento, no respeito pelo trabalho já feito e na valorização do papel de todos os intervenientes. -----

-----A proposta agora apresentada reflete esse entendimento e tem como objetivo garantir que o processo de revisão do regulamento seja participado, transparente e orientado para o reforço do bem-estar animal no concelho. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na Oitava Sessão Extraordinária, delibera



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um. Inicie um processo de revisão do Regulamento Municipal das Colónias de Gatos, com o objetivo de o tornar mais justo, funcional e adaptado à realidade atual. -----

----- Dois. Assegure que esse processo seja participado, envolvendo: -----

----- Cuidadoras e cuidadores registados; -----

----- Associações de proteção animal locais e nacionais; -----

----- Técnicos municipais e especialistas em bem-estar animal; -----

----- Outros interessados. -----

----- Três. Promova sessões públicas ou reuniões temáticas, abertas à participação das cuidadoras e demais interessados, para recolha de contributos e sugestões. -----

----- Quatro. Estabeleça um prazo concreto para a apresentação da proposta de revisão do regulamento à Assembleia Municipal, garantindo o acompanhamento e escrutínio do processo por este órgão deliberativo.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Alguém pretende usar da palavra sobre este assunto? Senhora Deputada, faça favor.”

**3.4.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte: -----**

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- O Regulamento que aqui está em causa deve de facto ser reestruturado. A questão já foi aqui amplamente levantada por uma munícipe, que tem vindo cá várias vezes à Assembleia, e também nós, no Grupo Político Evoluir Oeiras juridicamente temos estado a analisar a questão. E há falhas a avaliar, nomeadamente falhas relacionadas com a Constituição da República Portuguesa, o Código do Procedimento Administrativo, a Lei do Voluntariado, a Portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete e a Lei número vinte e sete/dois mil e dezasseis. -----

----- Se este regulamento (este que está em vigor agora) tem clausulas ilegais, a verdade é que simplesmente ele é nulo. E devia ser impugnado. Isso é um ponto. -----

-----Nós votaremos, no Grupo Político Evoluir Oeiras, a favor desta proposta apenas pelo princípio que ela demonstra, que poderá ser o primeiro passo para que este regulamento venha a ser revogado e feito um novo de acordo com a lei, que possa claramente refletir as responsabilidades do Município e dos direitos e deveres dos voluntários, de acordo com a Lei vinte e sete/dois mil e dezasseis e com a Portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete. Os cuidadores voluntários têm de estar sob os princípios da Lei do Voluntariado, e não lhes podem ser oneradas despesas que são da responsabilidade do Município. -----

-----E assim, votaremos a favor. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Vou então passar à votação desta proposta de recomendação.” -----

**3.4.2. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:-**

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa. Podemos ouvir o Executivo primeiro, por favor, a este respeito?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Podemos. O Senhor Vice-Presidente está ocupado... Senhor Vice-Presidente, quer usar da palavra? Não? Então vamos passar à votação da proposta de recomendação.” -----

**3.4.3. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 48/2025** -----

----- **RECOMENDAÇÃO – REVISÃO PARTICIPADA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CUIDADORES DE COLÓNIAS DAS COLÓNIAS DE GATOS DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor sendo dezassete

do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

-----Um. Inicie um processo de revisão do Regulamento Municipal das Colónias de Gatos, com o objetivo de o tornar mais justo, funcional e adaptado à realidade atual; -----

-----Dois. Assegure que esse processo seja participado, envolvendo: -----

----- - Cuidadoras e cuidadores registados; -----

----- - Associações de proteção animal locais e nacionais; -----

----- - Técnicos municipais e especialistas em bem-estar animal; -----

----- - Outros interessados. -----

-----Três. Promova sessões públicas ou reuniões temáticas, abertas à participação das cuidadoras e demais interessados, para recolha de contributos e sugestões; -----

-----Quatro. Estabeleça um prazo concreto para a apresentação da proposta de revisão do regulamento à Assembleia Municipal, garantindo o acompanhamento e escrutínio do processo por este órgão deliberativo. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“E passo à seguinte, que é também uma proposta de recomendação do PAN. Uma declaração de voto? Quer fazer ou quer enviar? Faça favor.” -----

**3.4.3.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Quero fazer. Obrigada Senhora Presidente. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta e saúda que a mesma tenha sido aprovada por unanimidade. De facto, este regulamento tem que ser revisto, tem que ser participada essa revisão, têm que ser envolvidos os cidadãos, todas as partes interessadas. Isso é o público em geral, não são só os cuidadores, não são só as associações, são todas as pessoas envolvidas. E gostaria de aproveitar este momento também para lamentar que o último regulamento que aqui foi falado, a propósito precisamente da intervenção de uma munícipe sobre este regulamento do voluntariado dos animais das colónias, é precisamente o regulamento que eu referi cá na altura do programa Mexe-te nas Férias, que foi levado à Reunião de Câmara sem que tenha sido submetido a consulta pública, sendo que envolve os cidadãos e, portanto, tem intervenção pública. As pessoas deviam ter sido ouvidas e não foram, porque não foi promovida consulta pública deste regulamento, e não foi promovida a audiência das partes e de sessões abertas ao público para serem informados. Esperemos que com este regulamento que hoje aqui votámos por unanimidade a sua revisão, a proposta da sua revisão, seja, de facto, o mesmo que aconteça. Esperemos que tenha todas essas fases de consulta pública. -----

----- Muito obrigada.” -----

### **3.5. RECOMENDAÇÃO – VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DE CUIDADORA DE COLÓNIAS FELINAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. leu a recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O cuidado diário das colónias de gatos errantes é assegurado, na sua maioria, por cuidadoras voluntárias que, com dedicação, alimentam, vigiam e acompanham o estado de saúde dos animais, muitas vezes suportando despesas do seu próprio bolso.-----

----- Estas cuidadoras têm um papel central na aplicação do programa CED (Captura,

Esterilização e Devolução) e na estabilização das colónias, contribuindo diretamente para a melhoria do bem-estar animal e da saúde pública no concelho. -----

-----O Cartão Municipal de Cuidadora, atribuído pela Câmara Municipal, representa um reconhecimento formal deste trabalho. Contudo, é essencial que este cartão deixe de ser apenas simbólico e passe a ser também um instrumento útil, prático e valorizado, com benefícios concretos no desempenho das funções diárias das cuidadoras. -----

-----A presente recomendação visa, por isso, reforçar esse reconhecimento e propor medidas de apoio efetivo, nomeadamente o direito a estacionamento gratuito quando em serviço de cuidado às colónias, ente outros apoios logísticos e institucionais.-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na oitava sessão extraordinária delibera recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que:-----

-----Um. Reforce a valorização e utilidade prática do Cartão Municipal de Cuidadora de Colónias Felinas, enquanto instrumento de identificação e reconhecimento oficial; -----

-----Dois. Atribua ao cartão um conjunto de benefícios concretos, nomeadamente: -----

-----Estacionamento gratuito em zonas tarifadas, sempre que devidamente identificado o motivo e a necessidade de cuidar de uma colónia;-----

-----Acesso a formações promovidas ou apoiadas pelo Município sobre cuidados básicos, saúde animal e gestão ética de colónias; -----

-----Apoio facilitado no acesso a ração, materiais e cuidados veterinários, através dos programas municipais em vigor ou futuros; -----

-----Linha de contacto prioritária com os serviços de bem-estar animal do Município.-----

-----Três. Assegure a divulgação e reconhecimento oficial do cartão junto das forças de segurança, serviços municipais, juntas de freguesia e outras entidades relevantes, para garantir que as cuidadoras não enfrentam obstáculos no exercício do seu trabalho voluntário;-----

-----Quatro. Promova uma atualização periódica da base de dados de cuidadoras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reconhecidas, garantindo que a atribuição do cartão esteja sempre alinhada com critérios transparentes e com a realidade do terreno.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Deixo à vossa consideração. Alguém pretende usar da palavra? Não havendo intervenções, posso passar à votação? Ou há? Quer usar da palavra? Faça favor, Senhora Deputada.” -----

**3.5.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, apresentamos hoje esta recomendação com um objetivo claro: valorizar e tornar funcional o cartão municipal de cuidadora de colónia felina, reconhecendo o papel fundamental destas voluntárias na gestão ética dos gatos errantes e na aplicação do programa CED (Captura-Esterilização-Devolução). Estas cuidadoras tantas vezes invisíveis asseguram diariamente alimentação, vigilância, acompanhamento e cuidados veterinários, muitas vezes com meios próprios, tempo pessoal e um enorme sentido de compromisso. O cartão, que já existe, é um sinal positivo, mas não pode ficar apenas no plano simbólico. Tem de ser um instrumento útil que facilite e legitime o trabalho destas pessoas no terreno. A proposta que hoje trazemos é da autoria do PAN e resulta de um acompanhamento próximo desta realidade e do diálogo com quem a vive todos os dias.-----

----- No entanto, quero registar com espírito construtivo que a ideia de permitir estacionamento gratuito às cuidadoras enquanto cuidam das colónias foi uma sugestão feita por um elemento do gabinete do Senhor Vereador, e que considerámos pertinente e exequível, tendo por isso sido integrada. -----

----- Esta proposta é um apelo ao reconhecimento prático de quem contribui para a saúde pública, para a tranquilidade urbana e para o bem-estar animal. Acreditamos que Oeiras tem todas as condições para ser uma referência neste domínio, e isso passa por dar condições a quem já faz muito por todos.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Quer usar da palavra, Senhor Vice-Presidente? Faça favor.”-----

**3.5.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----**

-----“Queria pedir a sua licença para passar a palavra ao Senhor Vereador Nuno Neto, que tem o pelouro da política animal do Executivo Municipal, portanto, é a pessoa mais avalizada para falar sobre a matéria no Município. Permite-me Senhora Presidente? Senhor Vereador...”-----

**3.5.3. O Senhor Vereador Nuno Neto prestou os seguintes esclarecimentos: -----**

-----“Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente. Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Eu queria apenas aqui deixar uma nota bem clara que estas duas propostas são aquilo que resulta de um trabalho ponderado, coerente, pensado. Aliás, como se diz na primeira proposta, a revisão do regulamento (que é muito mais até do que a revisão do regulamento), a revisão das políticas nesta matéria já vinha afirmada no Plano de Atividades da Câmara Municipal que foi aprovado aqui em dezembro. E, desde então, tem sido desenvolvido um trabalho tal como o das cuidadoras, muitas vezes invisível, mas de perfeita articulação entre a Vereação, a Unidade de Bem-Estar Animal, os técnicos municipais, algumas associações presentes no Concelho e muitos outros interessados. Na verdade, a política animal é apartidária, é a bem de um valor que é comum a todos. E, portanto, com muita serenidade, conseguimos sempre produzir elementos, produzir documentos, garantir políticas, orientar para os resultados. E o resultado será sempre o bem-estar animal no fim de tudo. E, portanto, não adianta correr atrás de quem grita mais, adianta é apresentar trabalho. --- -----

-----E, portanto, eu queria aqui cumprimentar a Senhora Deputada Sílvia do PAN pela formalização destas duas propostas. Dizer também que várias foram as ideias que foram surgindo ao longo destes tempos e a questão do estacionamento, é verdade, surgiu como surgiram muitas outras. Uma pela cabeça da Senhora Deputada, outras por outras pessoas. Estamos a coligir todas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as ideias, porque devem ter forma na revisão dos documentos e, algumas delas, na revisão do Regulamento. E, portanto, não vejo nada que não possa ser aprovado aqui. Concorro perfeitamente com todas as ideias. E estamos a trabalhar para que consigamos chegar a bom porto num trabalho que deve ser participado, que deve contar com o contributo de toda a gente que esteja a bem dos animais. A bem dos animais. E com isto quero dizer que devemos perceber bem aquilo que é o interesse de defesa dos animais, daqueles que não têm ninguém que os defenda. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Vice-Presidente, posso pôr à votação? Não há mais intervenções? Senhores Deputados? Vou passar à votação.”-----

### 3.5.4. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com trinta e cinco votos a favor sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos e Jorge Manuel Damas Martins Rato), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David

Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----As Senhoras Deputadas Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 49/2025** -----

-----**RECOMENDAÇÃO – VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DE CUIDADORA DE COLÓNIAS FELINAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um. Reforce a valorização e utilidade prática do Cartão Municipal de Cuidadora de Colónias Felinas, enquanto instrumento de identificação e reconhecimento oficial; -----

----- Dois. Atribua ao cartão um conjunto de benefícios concretos, nomeadamente:-----

----- - Estacionamento gratuito em zonas tarifadas, sempre que devidamente identificado o motivo e a necessidade de cuidar de uma colónia; -----

----- - Acesso a formações promovidas ou apoiadas pelo Município sobre cuidados básicos, saúde animal e gestão ética de colónias;-----

----- - Apoio facilitado no acesso a ração, materiais e cuidados veterinários, através dos programas municipais em vigor ou futuros;-----

----- - Linha de contacto prioritária com os serviços de bem-estar animal do Município; --

----- Três. Assegure a divulgação e reconhecimento oficial do cartão junto das forças de segurança, serviços municipais, juntas de freguesia e outras entidades relevantes, para garantir que as cuidadoras não enfrentam obstáculos no exercício do seu trabalho voluntário; -----

----- Quatro. Promova uma atualização periódica da base de dados de cuidadoras reconhecidas, garantindo que a atribuição do cartão esteja sempre alinhada com critérios transparentes e com a realidade do terreno. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Está, portanto, aprovado por unanimidade dos presentes. Atenção que há pessoas que não estão na sala. -----

----- Muito obrigada. Portanto, chegámos ao fim destas propostas. Não sei se neste Período

Antes da Ordem do Dia algum dos senhores pretende intervir? Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) e Sílvia Santos (PS). Faça favor.” -----

**3.6. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde a todos. -----

-----Queria aproveitar esta oportunidade para questionar a Câmara se tem intenção de intentar uma ação contra o armador que fez o derrame no rio e que traz consequências para o Concelho de Oeiras em termos de custos, portanto, a limpeza das praias da costa. Os interesses instalados na zona ribeirinha que ficam coartados, impossibilitados durante algum tempo de poderem trabalhar, conferem ao município atingido o direito de intentar contra o armador que fez este derrame. Perguntava também se é intenção da Câmara promover um contacto formal com a autoridade portuária para avaliar o regulamento de abastecimento de serviço de bancas a navios, no Porto de Lisboa. É uma matéria que deve ser muito preocupante para nós, porque somos um concelho ribeirinho, dependemos muito da posição geográfica da ligação ao rio. Compete à autoridade portuária a regulamentação desta atividade de navios que muitas vezes são tripulados única e exclusivamente por espanhóis, portanto, são navios “canarinhos” que fazem muitas vezes este serviço de braço dado com algumas dificuldades de segurança. Neste caso deste derrame, houve a atenção do Município, deu para ver na comunicação social a limpeza que já fizeram. Esses custos vão ser, com certeza, de uma forma imediata, custeados pelo Município, mas poderemos intentar o ressarcimento a quem fez a poluição. E pergunto se essa é vossa intenção ou não. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), faça favor.” -----

**3.7. A Senhora Deputada Sílvia Santos (PS) interveio e disse o seguinte:** -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, todos os que assistem a esta sessão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Precisamos de Um Novo Impulso para Portugal e para Oeiras! -----

----- A dezoito de maio, os portugueses são chamados novamente às urnas. Estas eleições legislativas não estavam no calendário — não foram desejadas nem provocadas pelo Partido Socialista. Mas surgem num momento em que o país precisa de retomar o rumo, de garantir estabilidade e de reforçar a confiança nas instituições democráticas. -----

----- É nesse contexto que o Partido Socialista se apresenta aos portugueses com um programa claro, com uma liderança forte e com uma visão ambiciosa para Portugal. O PS não foge aos desafios — enfrenta-os com responsabilidade e com propostas concretas que colocam as pessoas no centro das suas políticas públicas. -----

----- O PS sabe os desafios que o país enfrenta, nomeadamente nos salários, na habitação, no Serviço Nacional de Saúde, na Educação, na Economia e na Política Internacional, e propõe soluções consistentes. -----

----- "Um Novo Impulso para Portugal" é o programa que o país precisa. Resulta de um intenso trabalho de debate, aberto à sociedade. O documento reflete a ambição do PS em mobilizar a sociedade para construir um futuro melhor para todos os portugueses. -----

----- O programa eleitoral do PS — Um Novo Impulso para Portugal — não é apenas uma lista de promessas: é um plano realista e transformador, pensado para melhorar a vida de todos. --

----- Mais do que estatísticas, o PS preocupa-se com as pessoas. A confiança no PS assenta no seu compromisso com uma sociedade mais justa, onde o progresso económico anda de mãos dadas com a coesão social. O PS quer um país onde ninguém fique para trás — nem os jovens que procuram oportunidades, nem os mais idosos que precisam de cuidados, nem as famílias que lutam por melhores condições de vida. -----

----- Depois da instabilidade política recente, é essencial ter um governo forte, estável e preparado. O PS é a única força política capaz de garantir essa estabilidade com visão, competência e abertura ao diálogo democrático. -----

-----Do interior ao litoral, dos grandes aos pequenos centros urbanos, o PS conhece as realidades locais e atua com base nelas. Sabemos ouvir, dialogar e implementar políticas ajustadas às necessidades reais das comunidades. -----

-----Por tudo isto, os portugueses podem e devem confiar no PS. Porque sabemos onde queremos ir, como lá chegar e, acima de tudo com justiça, ambição e confiança no futuro. Mas o que está em causa nestas eleições vai muito além das medidas. Está em causa que modelo de país queremos construir para as futuras gerações. -----

-----Queremos um Portugal de progresso e estabilidade, ou um país de ziguezagues, paralisado por crises políticas? -----

-----Queremos um Estado que protege, investe e promove a igualdade de oportunidades, ou um Estado que se demite das suas funções sociais? -----

-----O Partido Socialista é o único partido com um projeto sólido, com provas dadas, que sabe governar e que coloca as pessoas em primeiro lugar. E acima de tudo, temos um compromisso com a democracia, com o progresso e com a justiça social. -----

-----Em Oeiras, conhecemos bem a importância de termos um Governo central que respeita e investe no poder local, que compreende os desafios urbanos, sociais e ambientais do nosso concelho. Sabemos que só com políticas públicas fortes e bem articuladas é possível melhorar a vida dos nossos concidadãos — na habitação, na mobilidade, na educação, na igualdade de oportunidades, na cultura e no apoio aos mais frágeis. -----

-----Vamos reforçar a democracia, dar estabilidade a Portugal e garantir que o país e os portugueses têm futuro. -----

-----Por Oeiras. Por Portugal. Vota PS.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Bem, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).” -----

**3.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. Novamente.-----

----- A dinamização das coletividades e do associativismo desportivo e a modernização de infraestruturas desportivas. -----

----- O investimento no bem-estar das pessoas e a abertura dos espaços desportivos escolares em horário não letivo contribuiu, e muito, para a revitalização do espírito desportivo e para o grande desenvolvimento a nível do desporto em Oeiras. -----

----- Temos em Oeiras oitenta e três clubes e associações desportivas registadas, setecentos e cinquenta treinadores desportivos, oitocentos e dois dirigentes desportivos, duzentas e dezoito atividades desportivas disponibilizadas, vinte e três mil praticantes. Vários milhões de euros de apoio financeiro concedidos ao desporto. O maior investimento de sempre, mais de dois mil e quinhentos milhões de euros (deverá querer dizer dois milhões e quinhentos mil euros) e muito provavelmente, o maior investimento da AML (Área Metropolitana de Lisboa).-----

----- A realização da Gala do Desporto de Oeiras tem como objetivo reconhecer e premiar o mérito desportivo dos agentes desportivos concelhios que, pelos resultados alcançados, mais se notabilizaram na época transata, bem como reconhecer percursos ou serviços desportivos ímpares, prestados em prol da comunidade. Esta gala dois mil e vinte e cinco é uma celebração do talento e da superação, mas também daquilo que nos une: a paixão pelo desporto e o orgulho em fazer parte desta extraordinária comunidade que é Oeiras. Foram homenageados atletas, treinadores e equipas das coletividades do Concelho que se destacaram a nível nacional e internacional, assim como atribuídos prémios de reconhecimento desportivo a personalidades com excecional currículo desportivo ou elevado contributo para o desenvolvimento e promoção do desporto.-----

----- Foram duzentos e cinquenta e cinco atletas que conquistaram mais de duzentos e setenta e sete títulos, em vinte e quatro clubes em Oeiras. Como é fácil de verificar, temos, pois, no Concelho de Oeiras, muitos atletas, campeões nacionais e internacionais, da Europa e do mundo.-----

-----Mas tudo isto é o resultado da sustentabilidade das políticas desportivas, cujos resultados se estão a verificar a cada ano que passa. A gala do desporto é, pois, o momento alto que procura dar visibilidade aos excelentes resultados do movimento associativo do Concelho. --

-----Mas o desporto também é mais do que competição, é também dedicação e empenho diário de uma comunidade. E esta gala não seria possível sem o trabalho incansável da Divisão do Desporto, uma equipa apaixonada que, com profissionalismo, competência e dedicação torna real o nosso compromisso de promover o desporto para todos. Parabéns também para todos vós.-----

-----Meus senhores e minhas senhoras, o desporto em Oeiras existe, pratica-se e o resultado está à vista, com oitenta e três clubes do nosso Concelho e todos apoiados pela Câmara. Tudo isto está bem à vista de todos desportivamente: é o resultado da sustentabilidade das políticas desportivas deste Concelho. Face ao exposto, queria daqui endereçar os meus parabéns a este Executivo Camarário, pelo excelente trabalho que tem realizado a nível desportivo em Oeiras.---

-----Isto é Inovar Oeiras, meus senhores. Tenho dito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.” -----

**3.9. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Tendo passado mais de dois meses, queria saber o estado da proposta de financiamento da Mercearia Social da Junta de Algés, dado que nunca mais a proposta voltou a esta Assembleia. Estarão certamente recordados de termos questionado as práticas relacionadas com o uso de um cartão do Pingo Doce. Onde anda a averiguação desta questão? A resposta ao nosso requerimento e a proposta? Sobretudo como está a Mercearia Social e, mais grave, as pessoas que desses alimentos necessitam?-----

-----Também gostava de perguntar ao Executivo se já notificou a empresa que comprou o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

terreno da antiga Lusalite para proceder à sua limpeza e descontaminação. E lembro que é de dezembro o estudo que concluiu o risco elevado de exposição.-----

----- Depois, relativamente a um assunto do Bairro Autoconstrução que já aqui foi abordado por outra força política, há umas semanas. Os proprietários e moradores da Zona Norte do Bairro Autoconstrução, em Porto Salvo, alguns que cederam parte dos seus terrenos ao Município aquando do loteamento, viram começar em frente às suas casas uma obra de grande dimensão. Trata-se da construção de um equipamento social que estava previsto na cedência e surge também um prédio de habitação com três andares. Constatámos que a escritura de doação da Misericórdia à Câmara de Oeiras, fala apenas de um equipamento social que a Câmara tem de construir e atribuir depois a exploração à Misericórdia. Ora, tendo apresentado a situação na reunião de Câmara e tendo o Presidente respondido que os moradores do Bairro Autoconstrução nunca tinham cedido um metro quadrado ao Município, e que habitação era equipamento social, o Grupo Político Evoluir Oeiras foi consultar o alvará de loteamento, que confirma o que os moradores dizem, não está a ser cumprido o alvará de loteamento. Há, pelo menos, mil e quinhentos metros daquele terreno que não estão a ser usados para equipamento social. Na lei o conceito de equipamento de utilização coletiva não inclui habitação (mesmo sendo habitação social), pelo que gostaria de perguntar ao Executivo em que lei se baseia esta afirmação. Porque é que a Câmara não está a cumprir o alvará?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não havendo mais inscrições neste Período Antes da Ordem do Dia, eu peço ao Senhor Vice-Presidente o favor de responder.”

**3.10. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Não há assim tantas questões.-----

-----Quanto ao associativismo, trazido aqui pela Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) e a Gala do Desporto, agradecer as suas palavras. A Gala do Desporto é um momento da maior importância para todos aqueles atletas, para as suas famílias e para os seus treinadores. É gente que, durante muito e muito tempo, trabalha para conseguir aqueles resultados extraordinários que tem vindo a conseguir para o Município de Oeiras. Toda a gente assiste aos sucessos, mas normalmente não se leva em linha de conta o trabalho que aquele sucesso deixa demonstrar, mas dizer que foi uma excelente iniciativa trazida (perdoem-me pelo autoelogio) pelos Executivos nos últimos anos. Porque Oeiras há muito tempo tem vindo a ter políticas públicas na área do desporto com resultados muito positivos, sem que houvesse um momento de consagração no território do Concelho para aqueles atletas. Portanto, muito mais importante do que para nós, é ter os atletas, as famílias e os treinadores, sobretudo, a terem o seu reconhecimento e sentirem o reconhecimento da sua comunidade. Portanto, muito bem andou quem teve esta ideia, na verdade o vereador do pelouro, e muito bem andam os atletas e toda a comunidade desportiva do Concelho de Oeiras que tem obtido aqueles resultados. -----

-----Quanto à questão da Mercearia Social da União de Freguesias de Algés, a questão já foi colocada à Câmara por escrito, portanto, a Câmara responderá por escrito conforme será da disponibilidade dos serviços para responder, em função do volume do trabalho. Também foi decidido fazer uma auditoria à questão por parte do Presidente da União de Freguesias de Algés, portanto, quando forem conhecidos esses resultados, serão do conhecimento de Vossas Excelências.-----

-----Quanto à questão do Casal da Choca, já foi respondida esta matéria. Vossa Excelência pergunta-nos em que lei nós nos baseamos. Eu podia devolver a resposta na sua qualidade de ilustre jurista, qual é que é o seu conhecimento da lei para dizer que nós estamos a violar a lei, ou que nós estamos de algum modo contra a lei? Isto já foi respondido por parte do Município, Vossa Excelência continua a insistir em questões que já foram respondidas. É o princípio da loucura,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sabe? Fazer recorrentemente a mesma questão, procurando obter uma resposta distinta. Não vai obter uma resposta distinta.-----

----- Eu sei que conforme o Senhor Presidente costuma dizer sobre esta matéria, custa muito a algumas forças políticas o esforço que tem sido feito pelo Executivo Municipal de Oeiras em construir habitação e em suprir as necessidades de habitação, particularmente dos mais desfavorecidos. É que uma coisa é dizer que nós defendemos a habitação no discurso, outra coisa é efetivamente ir ao encontro da necessidade das populações. Senhora Deputada, permita-me dizer-lhe isto, nós sabemos que dói, sabemos que os resultados das políticas públicas, particularmente em matéria de habitação, que é uma chaga da sociedade portuguesa atualmente, vos dói. Mas, como dizia um primeiro-ministro português, “habituem-se”. Porque não é por Vossas Excelências não quererem que as necessidades reais de habitação dos oeirenses sejam endereçadas por parte da Câmara Municipal, que nós deixaremos as pessoas sem abrigo, sem casa. Este Presidente da Câmara há quarenta anos que tem tido a preocupação de dar a primeira necessidade de qualquer família, de lhes ser atribuída. Não é porque Vossas Excelências entendem, na vossa ilustre qualidade jurídica, que nós não estamos a cumprir a lei, que nós entendemos como Vossas Excelências. Não é assim, não é assim. O que nós estamos a fazer naquele terreno é equipamento e é habitação pública. Se Vossas Excelências não gostam, digam isso às pessoas.---

----- Senhora Presidente, para terminar, e quanto à questão de agir contra o armador responsável, vou passar a palavra à Vereadora Joana Baptista que tem conhecimento sobre a matéria, é a Vereadora com o Pelouro do Ambiente. Com a sua licença, muito obrigado.”-----

**3.11. A Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento todos os Deputados presentes. --

----- Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) face à ocorrência de domingo à noite. Nós, na segunda-feira, o Município de Oeiras, na segunda-feira de manhã, teve conhecimento através da Capitania do Porto de Lisboa de uma ocorrência no rio Tejo.

Portanto, no domingo à noite, no âmbito de uma operação de reabastecimento de dois barcos houve um problema de sobrecarga e houve derrame de combustível para o rio Tejo. Normalmente estas operações de reabastecimento acontecem a jusante da Ponte Vinte e Cinco de Abril são situações absolutamente normais, a anormalidade foi a sobrecarga que houve e este derrame. Durante o período da noite foi possível fazer a contenção (o armador da embarcação), mas na segunda-feira de manhã, com a necessária visibilidade e com a alteração das marés, percebeu-se que o combustível ultrapassou o perímetro contido e atingiu a costa ribeirinha, designadamente a Praia da Torre e o Porto de Recreio de Oeiras. Por uma questão preventiva e cautelar (até porque não é só visual, mas também se sente o cheiro do combustível), desde o dia de ontem que todas as nossas praias oficiais, Caxias, Paço de Arcos, Santo Amaro, Torre e, naturalmente, o Porto de Recreio de Oeiras, cautelarmente nós recomendamos a não utilização. O que é certo é que estamos nas férias da Páscoa, o tempo está bom e tem sido difícil colocar barreiras para que as pessoas, naturalmente, percebam que as praias não devem ser utilizadas. Temos divulgado, temos promovido toda a informação proveniente da Capitania do Porto de Lisboa, proveniente da Autoridade de Saúde e, portanto, toda essa informação está nas nossas praias a recomendar a não utilização do areal, a não recomendar as idas à água. -----

-----É importante também vos dizer que a Câmara Municipal de Oeiras, desde a primeira hora, disponibilizou toda a colaboração ativa, ou seja, somos parceiros no problema, somos parceiros na solução, e temos tido as nossas equipas nas praias na limpeza dos areais, mas falta a limpeza da água, e essa é uma responsabilidade indubitável do armador da embarcação. Eu recorro a resolução de Conselho de Ministros de noventa e três, que é um diploma legal que tem uma dimensão muito operacional e que explica de forma muito pragmática o nível de responsabilidade operacional e em termos de atuação. E, portanto, eu aguardo que a Capitania do Porto de Lisboa, para além de decorrer o processo de contraordenação e o processo-crime que, naturalmente, deve decorrer, e que está em processo de investigação, mas que se assumam a necessária



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

operacionalidade. Portanto, das duas, uma, ou o armador da embarcação assume a limpeza operacional das nossas águas, ou então a Capitania do Porto de Lisboa substitui-se coercivamente ao armador da embarcação, com a necessária imputação dos custos. -----

----- Eu espero que estas entidades, as autoridades competentes atuem conforme atua a Câmara Municipal de Oeiras, com uma pronta resposta operacional que não se compactua com o tempo que está neste momento a decorrer. Na realidade, desde o derrame já passaram sensivelmente quarenta e oito horas, e o combustível está-se a alastrar pelas águas e a contaminar as nossas praias. Por muito processo de contraordenação, ou processo que decorra, não sana os danos ambientais decorrentes desta ocorrência. E, portanto, a Câmara Municipal de Oeiras está a aguardar que as autoridades competentes, a Capitania do Porto de Lisboa, assumam a sua responsabilidade. Das duas, uma, ou há uma atuação imediata do armador, ou há a substituição coerciva por parte da Capitania. Se a Capitania não tiver capacidade operacional, muito bem, a Câmara Municipal de Oeiras poderá, naturalmente, assumir, mas a liderança deste dossier é da Capitania, de acordo com o plano “Mar Limpo”. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Vereadora. Estamos esclarecidos nesta situação? Não sei se há mais alguma questão neste Período Antes da Ordem do Dia? Não havendo, também já não há tempo, vou passar para o Período da Ordem do Dia, para o primeiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

### **4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**4.1. Apreciação do Parecer relativo ao Abaixo-assinado - “Intervenção urgente no Caneiro de Algés”** (os documentos relativos a este abaixo-assinado ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Eu recebi um mail do senhor, portanto, do primeiro peticionário, dizendo que não teria possibilidade de estar presente, dada a incompatibilidade de horários. Foram distribuídos o parecer, as atas das reuniões, portanto, os senhores deputados têm em vosso poder toda a documentação que foi gerada a partir da reunião com o primeiro subscritor da petição e, depois, da reunião com a Senhora Vereadora Joana Baptista e a sua equipa de trabalho, que nos deu a explicação que todos pretenderam, e respondeu a todas as questões colocadas. Não sei se alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Apreciamos hoje o relatório da petição intitulada: Intervenção Urgente no Caneiro de Algés e Preocupação com a Estabilidade Estrutural dos Edifícios e Arruamentos.-----

-----Fui a relatora do relatório desta petição, cujos colegas deputados podem consultar no salão nobre, mas também os munícipes, acedendo ao site da assembleia e pesquisando na secção de atividade a ordem de trabalhos no edital dezasseis ainda durante o dia de hoje, uma vez que amanhã já não estará online. -----

-----Resumidamente, no relatório identifica-se o objeto da petição, a preocupação dos moradores, nomeadamente risco de danos estruturais nos edifícios junto ao caneiro, a possível instabilidade das fundações dos edifícios, o risco de colapso localizado do terreno e a necessidade de obras urgentes na infraestrutura do Caneiro de Algés. Solicitaram assim os peticionários a várias entidades que: -----

-----Um. Execução urgente das obras de reabilitação e reforço estrutural do Caneiro; -----

-----Dois. Reabilitação (deverá querer dizer “realização”) de estudos técnicos detalhados sobre o impacto do estado atual do Caneiro na estabilidade do terreno e nas estruturas dos prédios; -----

-----Três. A implementação de medidas preventivas e de monitorização contínua, incluindo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inspeções regulares;-----

----- Quatro. Elaboração de um plano de reabilitação e manutenção periódica.-----

----- A petição foi analisada e cumpre todas as regras da lei e do regimento e foram descritas todas as diligências formais tidas por esta Assembleia. Neste relatório não foram tidas considerações políticas, apenas técnicas. Estas, políticas, cabe-nos a nós agora fazê-las. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras insistia no pedido do relatório ao LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) desde a data do colapso no Largo Augusto Madureira e lamenta que a Câmara Municipal, que de início tenha indicado que não havia necessidade, apenas em maio de dois mil e vinte e quatro tenha pedido o estudo, recebido em julho e que apenas em dezembro é divulgado ao público pela Vereadora eleita pela Coligação Evoluir Oeiras. Não fora isso e se calhar ainda hoje não conheceríamos nós nem a população a magnitude desta situação. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras vem acompanhando e abordando aqui nesta Assembleia e entende que as obras são, de facto, urgentes. O estudo do LNEC identifica que cerca de cinquenta e sete por cento da extensão do caneiro, entre o Largo Comandante Augusto Madureira e o Mercado de Algés está em risco elevado e muito elevado de colapso (cerca de quinhentos e trinta metros). A Petição é assim legítima, o caneiro cuja manutenção é da responsabilidade da Câmara não é mantido há setenta anos, conforme afirmações do próprio executivo. Sabemos agora do início das obras de cento e oitenta metros de reparação, precisamente entre o Largo Comandante Augusto Madureira e o Largo José Viana, num troço sob o estacionamento e sob três edifícios de utilização coletiva (números trinta e cinco, trinta e sete e trinta e nove). E lembramos o executivo da urgência de intervenção no restante troço em risco e da necessidade de acompanhar estas obras com estudos pedidos pelos moradores, de estabilidade dos terrenos e da estrutura dos edifícios. Além como é obvio do envolvimento de um grupo de cidadãos da zona. A Câmara tem obrigação de proteger as populações que estão em Oeiras, não estão nem na Amadora, nem em Lisboa. -----

-----Pedimos que nos poupem das habituais justificações do financiamento: o município mais “endinheirado” do país não consegue garantir o dinheiro necessário para uma obra para segurança da sua população?-----

-----Fazendo uma simples regra proporcional, se esta obra corresponde a um terço dos seiscentos metros em risco, o custo total estimado para a obra completa seria de cerca de quatro ponto cinco milhões de euros. Não vamos agora recordar quanto é que já custou o novo edifício da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Termino com várias questões que gostaria de obter resposta: -----

-----Primeira. Tendo a Câmara também recebido a petição, até antes da Assembleia Municipal, porque não respondeu ou recebeu os moradores?-----

-----Segundo. Porque é que a Câmara sendo responsável nunca efetuou manutenção preventiva do Caneiro?-----

-----Terceiro. Porque é que perante o relatório de setembro não o divulgou e agiu e em vez disso foi preciso a intervenção do Grupo Político Evoluir Oeiras que obviamente precipitou os acontecimentos seguintes?-----

-----Quarto. Por que razão a empreitada agora lançada não foi feita de uma forma única, abrangendo todo o troço assinalado como estando em risco elevado?-----

-----Quinto. Qual é o plano a maior prazo, quais são as fases da obra que estão previstas? Quais as datas de execução? Que planos existem com o Ministério do Ambiente e outros Municípios?-----

-----Vai ou não o Município atender aos pedidos dos moradores nesta petição, e que já referi?-----

-----Vai ou não o Município considerar a possibilidade de realização de uma sessão de esclarecimentos para todos os moradores, dado que o problema da Ribeira diz respeito a toda a zona da baixa de Algés? Importa recordar que nunca foi realizada uma sessão de esclarecimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com a população.-----

----- Caso ocorra algum dano durante a execução das obras, será a Câmara Municipal de Oeiras a assumir a responsabilidade junto dos proprietários?”-----

----- Muito obrigada. -----

----- Senhora Vereadora, sei que são muitas questões, deixarei a minha folha consigo. Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faça favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O caso do Caneiro de Algés é grave. Não é apenas porque temos um relatório do LNEC que alerta para anomalias estruturais sérias, riscos de colapso e sinais de instabilidade no terreno, é grave porque há pessoas a viver por cima disto. Os edifícios da Avenida dos Bombeiros Voluntários estão diretamente em risco com vazios subterrâneos superiores a um metro, corrosão avançada e rutura de elementos estruturais do caneiro. A vida de famílias, trabalhadores e transeuntes está potencialmente em perigo. O risco aqui não é abstrato, é físico, é real.-----

----- O PAN reconhece o esforço da Câmara Municipal em anunciar o início da obra, mas não podemos deixar de lamentar que só agora se avance com a intervenção depois de uma petição com mais de quinhentas assinaturas, um relatório técnico alarmante e de uma mobilização cívica legítima. Para nós, isto demonstra que ainda há falta de planeamento preventivo e de transparência na gestão do risco infraestrutural e é por isso que apoiamos as exigências dos peticionários. Uma intervenção urgente integral com base nas recomendações do LNEC, a realização de estudos técnicos independentes e contínuos sobre a estabilidade dos edifícios, a implementação de um plano de manutenção periódica e, sobretudo, o direito dos moradores a serem informados,

escutados e respeitados. Também não podemos ignorar o alerta que isto deixa sobre a necessidade de uma gestão integrada da Ribeira de Algés que atravessa Lisboa, Amadora e Oeiras. O PAN defende soluções de base ecológica intermunicipais para evitar que a água continue a ser gerida como um problema, em vez de como um recurso. Este caso não termina com o início da obra, a Assembleia Municipal tem de acompanhar, fiscalizar e garantir que a intervenção é feita com seriedade e com prioridade absoluta à segurança das pessoas. A prevenção nunca é um luxo, é uma obrigação. - -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Apreciamos o abaixo-assinado referente à intervenção urgente no Caneiro de Algés. Agradecemos ao Senhor Mário Manteigas que representou os subscritores da petição. -----

-----A Iniciativa Liberal considera esta e qualquer outra petição como um ato de cidadania e liberdade e, para nós liberais, faz ainda mais sentido estar representados em órgãos locais, quando temos a participação daqueles que vivem o território. Agradecemos de igual modo à Senhora Vereadora Joana Baptista que apesar do momento delicado em termos pessoais, esteve presente para responder às questões dos deputados, bem como da restante equipa dos SIMAS, e aos senhores deputados que fazem parte da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Património, e particularmente aos relatores que fizeram um trabalho extraordinário entre reuniões, atas e relatórios. É um trabalho de bastidores não perceptível, mas essencial. A Iniciativa Liberal está solidária e partilha das dúvidas e receios das populações afetadas pela Ribeira de Algés. Referir que algumas das questões levantadas foram esclarecidas pela Senhora Vereadora,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nomeadamente quando começa a obra e que trabalhos irão ser efetuados. Mas outras ficaram por responder. -----

----- A Iniciativa Liberal continua a não compreender como uma situação tão grave como a que vem referida no relatório do LNEC demorou tanto tempo para que fosse tomada ação. O mais importante deveria ser sempre, mas sempre, a segurança e o bem-estar das populações. A comunicação e a informação à população falharam. Continuamos sem ter conhecimento se à data da construção dos edifícios foi considerada a proximidade da ribeira e se foram feitas inspeções às estruturas dos edifícios da zona atingida, ato que consideramos da maior importância. Foi avaliado o impacto das novas construções na zona e o aumento da área impermeabilizada? Em situações de alarme social, como é este o caso, importa ouvir, informar e estar ao lado das populações e tal não foi feito, estando agendada uma sessão de esclarecimento apenas para o dia nove de abril, já após o início das obras. Não podemos deixar de referir que a petição foi enviada para a Câmara Municipal de Oeiras e pedida uma audiência ao Senhor Presidente. O gabinete informou que a petição tinha sido enviada para o gabinete da Senhora Vereadora Joana Baptista e, até hoje, não houve resposta, o que consideramos gravíssimo. Os vereadores representam os interesses dos munícipes. O sentido do Poder Local reside na sua proximidade com as comunidades, servir essa comunidade na resolução das suas preocupações e necessidades específicas e envolver os cidadãos nos processos de decisão. -----

----- Por isso, Senhora Vereadora, tal como em comissão apelou aos membros da Assembleia para ajudarem a concretizar o desafio que é a assinatura do protocolo por parte dos outros municípios, tão necessário para a prossecução das obras, também vem a Iniciativa Liberal apelar que nunca deixe de ouvir os cidadãos, porque se há agenda para inaugurações, tem de haver tempo para receber aqueles que representa, e que são a razão do seu trabalho e do nosso trabalho.

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Gostaria de começar por sublinhar que hoje discutimos aqui uma petição relativa a uma questão de extrema relevância para todos: a intervenção urgente no Caneiro de Algés. Esta é uma matéria que afeta não só a segurança da população, mas também a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental da região de Algés. A petição que nos chega reflete o pedido dos cidadãos por uma ação célere, coordenada e eficaz, com base num problema bem conhecido e cujas consequências são preocupantes. -----

-----Quinhentos e trinta e quatro cidadãos uniram-se para alertar sobre o estado do Caneiro de Algés, que atravessa uma zona densamente habitada e coloca em risco tanto os edifícios como os cidadãos que ali residem. Não estamos perante um alerta infundado; este é um alerta técnico, sustentado por um estudo do LNEC, que exige uma resposta urgente e coordenada. As infraescavações, a instabilidade das fundações, as fendas visíveis e a corrosão das armaduras são sinais de uma infraestrutura em eventual colapso anunciado. Não podemos permitir que a degradação continue até que seja tarde demais. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras terá iniciado ontem, dia sete de abril, a obra de reparação para os cento e oitenta metros mais críticos, junto aos prédios trinta e cinco, trinta e sete, e trinta e nove, o que consideramos um primeiro passo importante. No entanto, é apenas isso: um primeiro passo. O trajeto entre o Largo Comandante Augusto Madureira até o Mercado de Algés, necessita de uma intervenção urgente. A situação afeta todo o tecido urbano da baixa de Algés e não pode ser ignorada. O papel da Assembleia Municipal de Oeiras é importante e claro: devemos ser ativos na pressão às entidades competentes e aos Municípios vizinhos, como Lisboa, Amadora e Sintra, para garantir a duplicação da Ribeira de Algés e avançar com a urgência que a situação impõe. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A nossa responsabilidade, enquanto eleitos, é garantir que a intervenção não se limite apenas à zona mais crítica, mas que se alargue a toda a extensão da Ribeira. Para isso, é fundamental garantir a colaboração entre as várias entidades e Municípios, estabelecendo uma atuação coordenada e eficaz. Além disso, é essencial que a comunicação com os cidadãos seja clara, contínua e transparente. A população deve ser informada, envolvida e sentir que tem uma voz ativa neste processo. -----

----- É importante reconhecer que, embora a Câmara Municipal tenha demonstrado preocupação e esteja a encetar esforços no sentido de dar andamento à situação, a população, os peticionários continuam a ter dúvidas e preocupações legítimas. A falta de audição dos peticionários, a demora nas vistorias recomendadas pelo LNEC, a falta de estudos sobre a estabilidade das fundações dos edifícios próximos e a preocupação com a impermeabilização do terreno são questões que ainda precisam de resposta. A Câmara Municipal afirmou que realizará as vistorias e os estudos necessários, mas é crucial que a resposta seja rápida e abrangente. E aqui uma palavra para relatar o que foi dito pela Senhora Vereadora Joana Baptista a respeito das quatro vistorias anuais recomendadas pelo LNEC que afinal recuou e admite a necessidade de apenas uma vistoria, tal como consta do relatado na ata da segunda reunião levada a cabo pela Comissão no âmbito deste tema. -----

----- As preocupações da população são ainda mais vincadas quando se trata de questões como o risco de colapsos, a ausência de uma resposta imediata às questões levantadas pelos peticionários e, ao impacto que terão as obras. As intervenções na Ribeira de Algés estão previstas para estarem concluídas até dois mil e vinte e seis, mas isso não será suficiente para resolver os problemas de imediato. Portanto, é urgente que a Câmara Municipal, com o apoio desta Assembleia, naturalmente, assegure que todos os protocolos sejam assinados o quanto antes e que as intervenções sejam feitas de forma coordenada com os Municípios vizinhos e todas as entidades envolvidas. Sabemos do esforço que a Senhora Vereadora Joana Baptista e toda a sua equipa têm

levado a cabo desde dezembro para acautelar a concretização das recomendações do LNEC e sabemos também a pressão que tem sido feita sobre os Municípios vizinhos de forma a concretizar o projeto junto da APA. Mais, continuaremos, num esforço conjunto, a insistir até que o mesmo seja uma realidade. -----

-----Por fim, o PSD quer agradecer a todos os envolvidos neste processo — desde o Primeiro Peticionário em representação dos restantes quinhentos e trinta e três, à Senhora Vereadora Joana Baptista, passando por todos os técnicos, Deputados e Serviços. A democracia faz-se assim: ouvindo, debatendo e, acima de tudo, agindo. -----

-----Minhas Senhoras e meus Senhores, a nossa responsabilidade é clara: devemos agir antes que a situação se agrave. A população de Algés não pode esperar mais. Estamos aqui para garantir que os problemas do Caneiro de Algés sejam finalmente resolvidos, para que mais uma vez, como já dissemos, a segurança, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental sejam preservadas para todos. Devemos continuar a trabalhar em conjunto para que este problema se resolva. A população exige ação, e é nossa obrigação garantir que a sua voz seja ouvida. -----

-----Muito obrigada!” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Eu tenho uma dúvida: este assunto, que nós agora vamos iniciar a sua solução, foi diagnosticado antes ou depois da passagem desnivelada que começou agora a ser construída também, ali junto ao Aquário do Dafundo, para a orla ribeirinha? -----

-----São assuntos que nós transportamos, enquanto autarcas, há décadas. Este assunto tem já, seguramente – quer a passagem desnivelada, quer a Ribeira de Algés – sido uma preocupação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(mais a Ribeira) central nos nossos programas, desde sempre. E continuamos um pouco inquietos nesta perspetiva, que é a obra da Ribeira de Algés, tal como já aqui foi dito, tem que ser resolvida no seu todo. As zonas de escorrências de Pedrouços, da Vasco da Gama, do Alto do Duque, inundam o Concelho de Oeiras – ali na Afonso Palla, a zona da estação de comboio, por aí fora. -

----- Portanto, a reparação do Caneiro é, de facto, o início de um processo que não deve nunca parar. Deve ser feita a obra, que se prevê estar terminada em vinte vinte e oito, segundo a informação que a Senhora Vereadora nos deu na última reunião que tivemos, que agradecemos. -

----- Eu faço parte dessa Comissão, e foi unânime para nós, foi consensual, a forma elevada e competente como a petição foi apresentada à Assembleia. Os peticionários, pela pessoa do engenheiro de formação hidráulica que fez o exercício dessa apresentação, está disponível para nos ajudar – e, quando digo ajudar é à nossa autarquia, à Assembleia Municipal e à Câmara – em aspetos de acompanhamento da própria obra. -----

----- Eu fiquei com a informação, na altura de... E, portanto, nós valorizamos muito a forma cordata, responsável, educada e serena com que nos transmitiu as preocupações das pessoas. Nem sempre – raramente, diria eu – nós temos interlocutores com este nível. E este não podemos desperdiçar e devemos acarinhá-lo e aproximá-lo. -----

----- A valorização da petição é, para nós, importante. Como também é muito importante a dedicação dos trabalhadores da autarquia que, durante a última época natalícia, deram o seu melhor esforço para que esta situação não parasse. -----

----- Politicamente, assumimos a responsabilidade de dizer que não é só a Câmara de Oeiras que tem que arcar com a obra, que é uma obra transversal a três municípios e, enquanto não estiver resolvido o problema em Lisboa, o Caneiro pode estar arranjado, mas não resolve tudo. -----

----- E, portanto, queríamos dizer que a Câmara tem que continuar a pressionar o Governo Central para que assuma a responsabilidade de resolver, juntamente com a Câmara de Lisboa, a parte fundamental de inserção da ribeira no rio. A construção dos próprios molhes, tal como

fizeram no Dafundo, é essencial para que a boca da ribeira, os fluídos, não sejam assoreados nesse espaço. E, portanto, da nossa parte, ficamos satisfeitos porque conseguimos ver, ao fim de décadas, que a obra vai, se calhar, começar. Eu tinha a informação da Senhora Vereadora de que começaria ontem, e eu fui lá. E ao contrário da minha querida amiga Sónia (PSD), que já viu a obra começada (ela se calhar não foi lá, eu fui), e não vi lá nada, ontem. E ontem não era um de abril, era sete de abril. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

----- Não sei se... Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

-----“Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e Executivo, senhoras e senhores deputados.- -----

-----A petição que aqui analisamos diz respeito a um dos assuntos mais críticos do nosso Concelho: as cíclicas ocorrências de inundações em Oeiras.-----

-----As inundações aliadas aos fenómenos de alterações climáticas trazem ao poder público e ao poder político a preocupação que há uns anos era só dos cientistas. -----

-----Cabe-nos dar resposta às legítimas dúvidas que os moradores dos prédios localizados entre os números vinte e cinco e quarenta e um, do Largo Comandante Augusto Madureira, nos vêm trazer. -----

-----Os peticionários querem respostas. -----

-----Querem respostas sobre a existência de danos estruturais, uma vez que o Caneiro de Algés passa pelo subsolo ou muito próximo das suas fundações. -----

-----Querem respostas sobre a integridade dos imóveis e estabilidade das fundações dos edifícios, onde habitam.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Querem respostas sobre haver ou não risco de colapso, agravando os danos das infraestruturas. -----

----- Querem respostas sobre a existência de perigo iminente para os moradores e trabalhadores que ali estão e que ali passam. -----

----- O Relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), resultante de observação à vista, evidencia a gravidade e carência da manutenção da infraestrutura e da reabilitação reativa, não tendo sido efetuada qualquer análise da capacidade resistente da estrutura ou da condição do terreno adjacente. -----

----- As recomendações deste relatório são claras: reabilitação imediata para repor o desempenho e evitar o colapso. -----

----- Defendemos, assim, três ações prioritárias: -----

----- A duplicação do troço canalizado jusante da Ribeira de Algés; -----

----- A manutenção do troço canalizado jusante da Ribeira de Algés; -----

----- E a monitorização do troço canalizado jusante da Ribeira de Algés. -----

----- Refira-se que estas propostas têm enquadramento no PAECO vinte e três, instrumento de gestão territorial. A saber: “Melhorar o sistema de drenagem e promover a retenção e/ou infiltração de águas pluviais” que por sua vez prevê a “Realização de um levantamento de necessidades de modernização, conservação e redimensionamento dos sistemas de drenagem de águas pluviais, assim como de instalação de bacias de retenção, criação de descarregadores de tempestade ou reservatórios”. -----

----- Senhora Presidente, a petição em causa, subscrita por quinhentos e trinta e quatro cidadãos traz-nos dupla responsabilidade. A de exigir que as obras sejam realizadas, monitorizadas e supervisionadas. -----

----- E a de exigir que a seriedade no tratamento dos cidadãos esteja sempre à frente de toda e qualquer ação de propaganda. -----

-----E por falar em propaganda... não compreendemos que perante a gravidade desta situação, não tenha havido resposta imediata perante os peticionários por parte da Senhora Vereadora Joana Baptista, pois como sabemos, não foram ouvidos nem recebidos. -----

-----Não aceitamos que no dia em que a Senhora Vereadora vem responder à comissão seja anunciado o esclarecimento público que já deveria ter havido. -----

-----Não aceitamos, pois, que agora... nos venham falar em liderar processo algum. -----

-----Só aceitamos que nos digam que garantem a execução das obras e que não as adiam por razões eleitoralistas, como parece resultar das datas que agora são conhecidas. -----

-----Afinal é de vidas que se trata! -----

-----Terminamos, com o mesmo apelo que já fizemos a dezassete de dezembro: urge um planeamento sério das medidas de monitorização único que garante neste momento o evitamento de qualquer tipo de tragédia. -----

-----Urge que deste planeamento seja dado conhecimento aos munícipes e a este órgão a quem compete fiscalizar a ação do Município. -----

-----Disse.” -----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte: --- -----

-----“Obrigado, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), tem a palavra.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente em substituição. -----

-----Relativamente a esta situação, não vale a pena dizer muito mais, porque penso que já foi aqui tudo dito. Só quero aqui mencionar, e para que fique para memória futura, que este caso é um caso grave, relativamente ao colapso e às consequências para as famílias. E que, todavia, os responsáveis pela gestão, fiscalização e requalificação do Caneiro, e suas obrigações legais neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contexto, pertencem, todavia, à Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Contudo, indago aqui uma situação: se já houve alguma solução técnica sustentável que tivesse sido aplicada noutros contextos semelhantes (isto, relativamente a algum estudo prévio que tivesse sido, digamos, praticado em situações análogas) e qual seria a viabilidade da sua implementação neste contexto? -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa,** disse o seguinte: -- -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente em exercício. -----

----- Compreendemos – como não fazê-lo – compreendemos a preocupação dos moradores de Algés. Mas nestas coisas há sempre uma história, porque nada nasce do acaso, nem de geração espontânea. E, por isso, é bom fazermos uma pequena retrospectiva desde dois mil e nove, quando a Ribeira de Algés colapsou pela primeira vez.-----

----- Governava então em Portugal o Partido Socialista. Aliás, com um primeiro-ministro do qual toda a gente hoje diz o que “Maomé não disse do toucinho”. -----

----- Mas, curiosamente, em dois mil e nove há o primeiro colapso e, em janeiro de dois mil e dez, esse mesmo Governo assina um protocolo com a Câmara de Oeiras para a resolução do problema do Caneiro de Algés, no valor de trinta milhões de euros, correspondendo quinze milhões ao INAG (Instituto da Água) e quinze milhões à Câmara de Oeiras. -----

----- Curiosamente também, a Câmara de Oeiras, de imediato, cativa no seu orçamento durante os anos de dois mil e onze e dois mil e doze, metade deste valor – quinze milhões de euros. Mas, entretanto, todos nós nos recordamos, tinha havido uma contingência internacional que tinha

provocado em Portugal aquilo que nós conhecemos como “a vinda da Troika”. E o novo Governo, em dois mil e doze, esqueceu-se completamente de que o Caneiro estava em risco de colapsar. Deixou de haver, na preocupação do Governo, esse problema.-----

-----E até podemos compreender que tal tenha sido entendido durante os anos da Troika, afinal, até “irmos para além da Troika” – pelo menos havia quem defendesse essa postura, nomeadamente o senhor primeiro-ministro de então. Mas até podemos entender que, nessa altura, um problema que era vital para os moradores de Algés pudesse ficar no tinteiro. Mas, entretanto, em dois mil e quinze, muda novamente o Governo. Muda novamente o Governo e passamos a ter novamente um Governo PS. E, não consta que um problema tão grave para os munícipes de Algés, voltasse a ser preocupação do Governo PS. Aliás, como tinha sido, engraçado, no Governo PS anterior.----

-----Mas sucede que, em dois mil e dezanove, pleno Governo PS, há um segundo colapso no Caneiro de Algés. Não houve qualquer preocupação nem do Governo da República PS, nem dos deputados nesta Assembleia, quer do PSD, quer do PS. Não consta – pelo menos nunca ouvi – nesta Assembleia que algum deputado do PS ou algum deputado do PSD tivesse invetivado os deputados nacionais das suas bancadas no Parlamento para colocarem, a nível nacional, um problema tão premente. Não consta. Nunca ouvi tal referência.-----

-----Mas continuemos. Em dois mil e vinte e dois, há uma cheia. É evidente que só existe quase exclusivamente, na versão de alguns deputados desta Assembleia, pela impermeabilização dos terrenos. É engraçado, novamente. Em mil novecentos e sessenta e sete, a impermeabilização dos terrenos era praticamente nula, era extraordinariamente reduzida. Mas foi em mil novecentos e sessenta e sete que houve a maior catástrofe em toda a Região da Grande Lisboa desde o terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco. E as inundações não tinham rigorosamente, ou melhor, não tinham nada a ver, ou muito pouco, com as questões de impermeabilização.-----

-----Mas, tão pouco o Governo Central de então – continuava a ser PS – se preocupou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muito. Aliás, a despesa em Oeiras, o prejuízo em Oeiras, orçado em cerca de dez milhões de euros, foi pago pela Câmara de Oeiras em oito vírgula oito milhões de euros, correspondendo à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) um milhão e duzentos mil. Mas também sobre isto não ouvimos nenhuma referência. -----

----- Novamente em novembro de dois mil e vinte e três – e não em dezembro de vinte e quatro, como a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) assume na sua intervenção na reunião da Comissão de Ambiente – voltou a haver novo colapso. Não sei se, de facto, a troca de datas foi simplesmente um lapso de língua, ou se teve a intenção de esconder alguma coisa. É que, tendo sido em novembro de dois mil e vinte e três, a resposta caberia ao Governo do PS, que não existiu. Resposta que não existiu. Houve, de facto, uma primeira resposta, e essa já foi do PSD. -----

----- Mas foi apenas após o terceiro colapso, e após a vistoria do LNEC. Vistoria do LNEC que foi pedida exatamente pela Câmara de Oeiras e não pelo Governo da República, a quem, em princípio, competiria, porque o Governo da República é o primeiro responsável pela segurança dos cidadãos portugueses. Esse é que é o primeiro grande responsável: é o Governo da República. Não é o Executivo Camarário. -----

----- Depois dessa vistoria do LNEC, gera-se uma onda de pânico – onda de pânico compreensível (eu, se morasse em Alges depois de ler aquilo que vinha no relatório do LNEC, provavelmente também entraria em pânico). Mas, às vezes, quase somos tentados a duvidar sobre o rigor com que alguns relatórios são redigidos. -----

----- Quando questionado sobre o orçamento para as várias inspeções no Caneiro... quando questionado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil pela Câmara de Oeiras, a resposta foi: “Quatro? Mas só basta uma...” ... Mas estão quatro pedidas no relatório... “Estão quatro? Deve ter sido engano...”. Eu admito que, às vezes, há uma tentação (não sei se terá sido o caso) mas admito que pode haver a tentação, em alguns relatórios, de se fazer “copy-paste” de relatórios

anteriores. Mas acho estranho que estejam pedidos no relatório quatro inspeções, quando, afinal, o próprio laboratório reconhece posteriormente que bastava uma. Aliás, a realização das quatro seria quase impossível. A não ser que fossem feitas por algum robô totalmente isolado, em termos de não poder ser prejudicada a sua função pela água da Ribeira. Duvido que alguém quisesse entrar dentro do Caneiro quando a ribeira corre, como corre agora, por exemplo. -----

-----Mas, é efetivamente um Governo do PSD – mas só depois de tudo isto – que, em janeiro de dois mil e cinco (deverá querer dizer dois mil e vinte e cinco) resolve, novamente por parte do Governo Central, por parte do Governo da República, assumir que a responsabilidade é também do Governo da República. -----

-----Mas, curiosamente, na assinatura desse protocolo entre a Câmara de Oeiras e a APA, não estava presente a Câmara de Lisboa. E não consta que o Grupo Parlamentar desta Assembleia Municipal do PSD se tivesse insurgido contra este facto. A não ser que presuma que a Câmara de Lisboa não tem responsabilidade nesta questão. -----

-----Face a isto, Senhores Deputados – sobretudo do PS e PSD, porque quanto aos extremismos não vou responder, porque não me preocupa a sua opinião – mas relativamente ao PS e ao PSD, estranho o rasgar de vestes depois de todo este historial. É que este rasgar de vestes fica muito mal, muito mal mesmo. Há hipocrisias que matam, e só não merecem uma gargalhada porque, de facto, estamos a tratar de uma questão muito séria que envolve a vida de muitos oeirenses, de muitos habitantes de Algés. -----

-----Mas lembrar também que, quando aqueles edifícios foram construídos, a ribeira já lá estava. E quem construiu, senhores deputados, sobre o leito de ribeira, presumo que o fez conscientemente e profissionalmente, instalando as infraestruturas em termos de estacas, que garantissem que a segurança desses edifícios era mantida. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre este ponto?-----

----- Eu penso que já estamos todos esclarecidos sobre a situação preocupante da Ribeira de Algés, mas... Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhores deputados, e, acima de tudo, senhores munícipes, que presumo que são as pessoas mais preocupadas nesta Assembleia. -----

----- Como podem constatar, não há nenhuma força política que não esteja preocupada com esta situação. E, desde logo, o Executivo da Câmara Municipal, esta Assembleia, o Presidente de Junta, os bombeiros e os moradores... Agora, desenganam-se, e eu venho aqui para vos dizer isto olhos nos olhos: sabem que é difícil fazer oposição em Oeiras ao Doutor Isaltino Moraes – é muito competente, é o melhor Município do país, e a educação... E aqui estamos a falar de trinta milhões (para terem uma ideia, este investimento representa três vezes o que vamos gastar em bolsas),.. constrói esquadras, constrói escolas, constrói quartéis de bombeiros... Mas que diabo, e não havia de reparar um caneiro? Isto cabe na cabeça de alguém? Que o Doutor Isaltino iria deixar uma obra essencial para o bem-estar dos algesinos e que não a fizesse? Isto não cabe na cabeça de ninguém. E, portanto, aquilo que vos quero garantir – e que vocês certamente sentem – é que a Câmara Municipal tem trabalhado de forma responsável e consciente neste assunto.-----

----- Agora, a oposição, e sobretudo a Coligação Evoluir Oeiras (há que dizê-lo) tem procurado manipular-vos e manipular este assunto, mobilizando moradores e difundido um clima de medo infundado. Que nós saibamos a APA não mandou evacuar Algés, e fá-lo-ia se houvesse razões técnicas para que isso fosse feito. Portanto, como já aqui foi dito, vou passar à frente deste ponto. -----

----- Desde dois mil e nove que a Câmara tenta resolver este problema. E, no atual mandato, a Câmara conseguiu finalmente chegar a um acordo com o Governo, e este é um dos pontos que

aqui ressalta – e eu tiro e dou os parabéns à CDU pela coragem e honestidade que mais uma vez aqui demonstrou. Este é um problema com responsabilidades partilhadas.-----

-----E, se estão à espera que o Governo resolva a vossa situação, senhores moradores, esperem sentados. Tem que ser a Câmara a resolver isto. Tem sido a Câmara a resolver isto. ----

-----E desculpe, Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, Anabela Brito, pode acusar a Vereadora Joana Baptista – com certeza ela tem muitos defeitos, presumo que nunca trabalhou com ela, e eu espero não estar a dizer nada de politicamente incorreto – mas é uma mouro de trabalho. Se há qualidade que esta Vereadora tem é que trabalha, trabalha, trabalha o melhor que sabe e pode. E é o que ela tem feito neste tema. E nunca a vi fugir, olhe, a temas muito mais difíceis. Sempre deu a cara. -----

-----Portanto, chegamos a um ponto em que a obra vai começar este mês – isto é que é a boa notícia. A obra vai começar este mês, e o verão está aí à porta, o bom tempo... -----

-----Portanto, esta manipulação para fins políticos procura criar um clima de insegurança.... Aliás, uma tática. A tática do medo é muito usada na política. E é fundamental que a população esteja ciente de que a Câmara tem trabalhado de uma forma diligente e transparente para resolver esta situação. E que as obras irão avançar conforme planeado, garantindo a segurança e o bem-estar de todos os munícipes. -----

-----E quero só terminar (porque o meu colega, líder de bancada, foi muito claro nisto) só fazendo aqui um pequeno resumo, para que fique clarinho como a água.-----

-----Quando ouvimos discursos alarmistas – que falam de “colapsos iminentes”, “prédios em risco”, “Câmara ausente” – isso é tudo circo, senhores moradores. É preciso responder com verdade: --- -----

-----Não há inação, há responsabilidade;-----

-----Não há silêncio, há obra; -----

-----Não há negação do problema, há uma solução em curso. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Executivo nunca escondeu relatórios, nunca empurrou responsabilidades, nunca fugiu à exigência técnica. Está a cumprir o que prometeu. E, ao contrário do que alguns querem fazer crer, a participação cívica – que é louvável, e é também uma grande nota para a nossa Democracia – a vossa mobilização, a vossa preocupação, e este requerimento que aqui é feito... Bem hajam. -----

----- Houve, de facto, reconhecemos, problemas de calendarização, que a burocracia institucional possa ter atrasado a audiência... Mas, segundo sei, já amanhã há uma exposição sobre o assunto, pública.-----

----- Portanto, apelamos a que deixem de lado o medo. O momento é de união institucional, de acompanhamento técnico rigoroso, e de responsabilização de todos ao nível do poder político – local, regional e nacional.-----

----- E, para não vos maçar mais, que é o que é mais importante, é falar das responsabilidades de cada um nisto: -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras: -----

----- Solicitou um relatório ao LNEC; -----

----- Elaborou projetos de intervenção; -----

----- Assinou um protocolo com a APA; -----

----- Adjudicou uma obra de cento e oitenta metros; -----

----- Prevê a duplicação da Ribeira; -----

----- Pressiona o Governo desde dois mil e nove; -----

----- Garantiu uma comparticipação de um milhão de euros na fase inicial. -----

----- Em relação à APA: -----

----- No cofinanciamento, na primeira fase, despendeu quinhentos mil euros; -----

----- Parceria que assinou connosco em janeiro de dois mil e vinte e cinco; -----

----- Impõe que a Câmara de Oeiras assuma a liderança da obra (pois não fosse assim) em

troços que abrangem vários concelhos. -----

----- E este é que é o ponto (e o Deputado Coutinho (CDU) disse, e muito bem), essa é a parte que não está aqui responsabilizada, senhores deputados: a parte do caudal da Ribeira de Algés que vem dos concelhos: da Amadora e de Lisboa, não assinaram o atual protocolo. Nós não temos nenhuma garantia que as obras vão ser feitas nesses dois concelhos. E a não participação destes concelhos, e a não responsabilização da Amadora e Lisboa – isso sim, como disse o Deputado Coutinho (CDU), pode-nos trazer problemas no futuro, por maior que seja a obra que nós façamos agora. -----

-----E, por último, mais um louvor final aos peticionários que: -----

-----Denunciaram o problema e a sua preocupação com base no relatório do LNEC; -----

-----Solicitam mais comunicação – e certamente que o Executivo está atento a isso, e nós também ficamos sensibilizados. Temos de comunicar mais;-----

-----E que pretendem estudos adicionais nas fundações e cronogramas transparentes. -----

-----Haja calma. Ninguém vai morrer. A obra está em curso... E o Doutor Isaltino nunca deixará os algesinos sem soluções. Dá o seu melhor, e neste assunto (vocês que o conhecem há muitos anos) sabem que ele não vai falhar. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa**, disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhor Deputado. -----

-----Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? -----

-----Senhor Vice-Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente em substituição, eu vou só fazer uma nota introdutória e passar a palavra à Vereadora Joana Baptista. Mas o que foi dito impõe que sejam ditas, por parte do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Executivo, duas ou três notas. -----

----- Em primeiro lugar: como é do conhecimento de todos, independentemente do que venha a ser dito ou que continue a ser repetido... eu já disse aqui que o princípio da loucura é dizer as mesmas coisas à espera de resultados diferentes. O Município de Oeiras teve um comportamento, ao longo das últimas décadas (década e meia) irrepreensível nesta matéria. Procurando que quem de direito assumisse as suas responsabilidades. -----

----- A verdade é que quem de direito reconheceu as suas responsabilidades, como foi dito pelo Senhor Deputado da CDU. E era nisso que todos nós nos devíamos centrar: em saber por que razão, nos governos sucessivos, há reconhecimento de quem é a responsabilidade maior. E por que é que essa responsabilidade depois não toma consequências. -----

----- Depois, dizer o seguinte: houve uma entidade, uma, que se preocupou sempre com a questão do Caneiro de Algés, com a questão das cheias de Algés, e chama-se Município de Oeiras. Ainda no Governo anterior – não neste demissionário, mas no anterior – aquando das cheias, foram realizadas umas visitas, nos dias subsequentes, pelos ministros da tutela. E nada mais aconteceu. Naturalmente que há governos, como o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) disse aqui, que têm as suas desculpas. Mas, da parte a Administração Central, houve sempre, até recentemente, um “sacudir da água do capote”. -----

----- Depois, dizer o seguinte: quando se instrumentalizam as pessoas... O populismo tem esta dimensão tremendista horrível de pôr as pessoas umas contra as outras, de instrumentalizá-las, falar do fim do mundo que aí vem... Quando se instrumentalizam as pessoas, isso causa tremendismo. É normal que a preocupação cresça de dimensão, como se o Município de Oeiras não estivesse a acompanhar esta questão desde sempre. Como se não fosse o Município de Oeiras que estivesse a monitorizar. Como se não fosse o Município de Oeiras que tivesse solicitado o dito trabalho do LNEC. Como se não coubesse ao Município de Oeiras e aos SIMAS, esse acompanhamento. -----

-----Portanto, este tremendismo é mais uma nota negativíssima da política atual, que põe as pessoas umas contra as outras.-----

-----E depois, perdoem-me que vos diga: fazer o julgamento da Vereadora que ainda não recebeu os peticionários, quando estava a preparar a obra para começar e poder ter o que dizer aos peticionários, é não saber o mínimo de como é que as coisas se sucedem. -----

-----E perdoem-me que eu faça este juízo de crítica a Vossas Excelências, porque estou habituado a ver, quando o público aqui vem, umas conversas muito simpáticas para as pessoas: “Muito obrigado por ter vindo”, “São sempre bem-vindas” ... Como a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, que eu até tomei nota: “Esta petição é um ato de cidadania e liberdade...” – como se enviar um e-mail com uma reclamação não fosse também um ato de cidadania e liberdade. Por favor, Senhora Deputada, deixe-se lá de lugares-comuns, deixem-se lá dos lugares-comuns. Como se tudo o que nós exercêssemos em exercício dos nossos direitos não fosse um ato de cidadania e liberdade numa Democracia... Por favor. -----

-----Agora, a Senhora Vereadora passou os últimos meses – com sacrifício pessoal, certamente – para poder resolver esta matéria, quando houve um Governo que esteve à altura das circunstâncias. Quando todos os outros não estiveram. Exceto o que caiu em dois mil e nove, exceto esse. Todos os outros não estiveram à altura das circunstâncias. Porque, se estivessem à altura das circunstâncias, esta questão não teria morrido de um momento... Não era urgente em dois mil e nove, e deixou de o ser em dois mil e dez/dois mil e onze. É assim. O estado acontece sucessivamente. -----

-----Portanto, o Município de Oeiras foi quem se preocupou com esta matéria, foi quem acompanhou, foi quem pressionou. E não teve, na maior parte dos casos, interlocutor que estivesse à altura das circunstâncias. -----

-----Por fim, dizer que é lamentável o tremendismo, o oportunismo e a instrumentalização das pessoas. Eu tenho muito respeito pelos peticionários. Certamente a maior parte deles são



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peças que estão efetivamente muito preocupadas e cuja preocupação foi altamente inflacionada pelo tremendismo e pela tentativa de instrumentalização. -----

----- Senhora Vereadora, por favor.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente pelas palavras, porque na realidade fazem aqui uma elucidação do enquadramento desta situação.-----

----- Nós hoje debruçamo-nos sobre uma petição subscrita por quinhentos peticionários – quinhentos moradores em Oeiras, na zona de Algés, suponho na baixa de Algés – mas petição essa que foi recebida neste órgão, no órgão deliberativo, no dia doze de fevereiro... há menos de dois meses. É do que estamos a falar: de uma petição recebida na Assembleia Municipal há cerca de dois meses. E eu estou a reforçar esta menção temporal, porque são dois meses, não são dois anos, são dois meses. -----

----- E ninguém está aqui a retirar o mérito do conteúdo subscrito pelos quinhentos peticionários. São questões legítimas e que legitimamente estão a ser respondidas com a habitual pronta resposta operacional de Oeiras, que é com obra. Menos conversa, mais ação. E é por isso que os cidadãos de Oeiras continuam a acreditar e a depositar confiança neste Executivo. Querem menos “blá-blá” e querem mais ação, mais obra. E é importante dizer isto, porque o primeiro e grande peticionário para a obra de reabilitação e duplicação da Ribeira de Algés é, indiscutivelmente, o Município de Oeiras. -----

----- Há cerca de quatro décadas que este é o maior – o maior, não vamos colocar o problema debaixo da mesa – este é o maior problema que temos no território. Em Oeiras. Na baixa de Algés. E que deve ser resolvido. -----

----- O Presidente Isaltino nunca, mas nunca, fugiu à responsabilidade de dizer que este é o problema mais crítico que existe em Oeiras. -----

-----Em dois mil e nove, quando acontece o primeiro colapso a montante do Largo Comandante Augusto Madureira, no Parque da Ribeira – e onde até uma funcionária da Câmara Municipal de Oeiras ficou soterrada – tivemos aqui a primeira tentativa de conseguirmos chegar a um acordo. -----

-----E eu recordo que ainda não fomos bem-sucedidos, no decurso destes dezasseis anos, na tentativa de diálogo e de concertação com os vários governos, seja de direita, seja de esquerda, porque esta ribeira é intermunicipal. Passa por três territórios: nasce no concelho vizinho, no Município da Amadora, na Buraca, passa pelo Concelho de Lisboa, em Monsanto, entra no Concelho de Oeiras – maioritariamente de forma canalizada – e volta ao Concelho de Lisboa, a sul do caminho de ferro... Por três territórios. Não é possível executar obra nesta ribeira sem a respetiva concertação com os três territórios.-----

-----E mais: a obra que vai ser agora feita, que é uma obra de reabilitação, não resolve definitivamente este problema. Este problema continua crítico. Esta obra é uma obra tão só de reabilitação. -----

-----E não é possível, porque não é correto, este Executivo aceitar tudo aquilo que se diz aqui: Informações? Esclarecimentos quanto a este assunto? Há quatro décadas que se esclarece, que se informa, que se reivindica esta obra. Não há nenhuma Reunião de Câmara, não há nenhuma Reunião da Assembleia Municipal, não há nenhuma comissão... Sessões públicas de esclarecimento, quantas houve nos últimos tempos? -----

-----Tivemos a reunião com a Senhora Ministra do Ambiente no dia vinte de dezembro. Deu-se conta pública imediata no órgão executivo, no órgão deliberativo, nos órgãos de comunicação social, sobre tudo aquilo que ficou decidido nessa reunião. -----

-----Celebração de um protocolo duas semanas depois, uma sessão pública... E eu pergunto: foi contada, nessa sessão pública onde se assinou um protocolo para a reabilitação da Ribeira de Algés, contou-se toda a história. Falou-se dos três colapsos. Falou-se das três tentativas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de resolução. Falou-se das várias reuniões com os Governos... E eu pergunto: quantos deputados que aqui estão hoje estiveram nessa sessão pública onde se esclareceu tudo, mas tudo? -----

----- No dia trinta e um de março, eu e a minha equipa dos Serviços Intermunicipalizados fomos convocados para estar aqui neste órgão, numa Comissão. Foram colocadas todas as questões. Todas as questões foram respondidas – nenhuma, mas nenhuma ficou por esclarecer. --

----- Portanto, é incorreto da vossa parte dizer que há alguma omissão, alguma lacuna, alguma dúvida sobre aquilo que é o posicionamento, e sobre aquilo que é a intervenção futura do Município de Oeiras. Mas se há, não há problema. Porque esta Vereadora tem total disponibilidade – manhã, tarde, noite, madrugada – para esclarecer.-----

----- “Se ainda não recebeu os petiçãoários?”. Não recebi os petiçãoários, tal como o Senhor Vice-Presidente acabou de esclarecer, porque é importante esclarecer com informação fidedigna. Há pouco o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) disse-me: “Ontem estive no local e não vi o início da obra, e a Vereadora disse que a obra se iria iniciar no dia sete de abril...”. Ora, a obra é decorridos que só são três meses... Eu hoje estava à espera de chegar aqui – e eu sou uma mulher com uma natureza muito positiva, de garra, de fazer acontecer – e estava à espera, depois de todos os esclarecimentos que têm sido dados, que os senhores deputados se sentissem suficientemente capacitados, suficientemente esclarecidos... e estvéssemos aqui todos para falar positivamente sobre a reabilitação da Ribeira de Algés... Ora, voltamos às mesmas questões. Quer dizer, em vez de andarmos para a frente, penso que a dada altura queremos andar para trás. Mas os senhores deputados não se sentem satisfeitos e motivados com aquilo que é a atuação e a concretização do Município de Oeiras? Mais: as reivindicações dos senhores petiçãoários estão a ser respondidas com obra. -----

----- Dia sete de abril, decorridos que são três meses tão só... Isto só é possível em Oeiras. Em trezentos e oito municípios não existe esta resposta a não ser no Município de Oeiras. Não tenham dúvidas.... Três meses após a assinatura do protocolo, temos a consignação. -----

-----Ora, eu ontem... tenho pena de não nos termos encontrado, Senhor Deputado, porque eu ontem estive com aquela equipa que está ali atrás: o Engenheiro Henrique Urbano e a demais equipa técnica, o Engenheiro Bernardo, o empreiteiro, no local. E, na realidade, quando se faz uma obra há sempre constrangimentos e vicissitudes que têm que ser ultrapassadas, porque, na realidade, nós não queremos diminuir a qualidade de vida a ninguém que reside naquela zona que vai ser alvo de intervenção. E, com a intervenção que vai acontecer em cento e oitenta metros – cento e dez metros em vala aberta, setenta metros em vala fechada que é por onde passa a Ribeira de Algés por baixo do trinta e cinco, do trinta e sete e do trinta e nove, três edifícios de habitação coletiva – mas essa intervenção vai implicar a interdição de cento e vinte e cinco lugares de estacionamento. Ora, é preciso encontrar uma alternativa, e essa alternativa já foi encontrada. Estamos a falar de um terreno, propriedade privada, mesmo ali encostado, a jusante do Quintalão, na margem direita da Ribeira de Algés, e onde estamos neste momento a iniciar (portanto, se for lá hoje já vê máquinas) a intervenção para acolher um estacionamento provisório durante este decurso de seis meses. Portanto, entre o mês de abril e o mês de outubro vai acontecer esta reabilitação da Ribeira de Algés. É uma obra que é crítica, é uma obra que foi recomendada com classe quatro, na sequência da vistoria do LNEC. Vistoria essa, e não vale a pena o Bloco de Esquerda, o Grupo Evoluir, estar aqui a reivindicar a autoria desta vistoria do LNEC, a reivindicar a autoria da concretização da Ribeira de Algés... Senhora Deputada, as suas palavras, depois de tanto esclarecimento dado, roçam a demagogia, mas a demagogia grosseira e exacerbada, e não lhe fica bem, decorridos que são quatro anos no exercício destas funções deliberativas. Eu gostava, como também cidadã, como também munícipe de Oeiras, ouvir algo construtivo, pedagogia, construção naquilo que é algo tão bonito como fazer política.-----

-----Todos nós estamos aqui reunidos em torno de um órgão, para construir, para valorizar o nosso território e as pessoas do nosso território. E não nos esqueçamos daqueles que estão aqui hoje presentes, e não nos esqueçamos de todos aqueles que nos estão a ouvir. É possível fazer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhor, é possível criticar construtivamente, e associarem-se ao Município. Porque oposição também é isto: é associarem-se ao Município naquilo que fazemos bem. Porque todos nós... só quem não faz é que não tem lacunas ou omissões. Portanto, eu que faço e que trabalho todos os dias, naturalmente assumo que tenho lacunas e omissões. Mas estou aqui a dar a cara por uma obra que é complexa, que é crítica e que se vai iniciar. Que, em qualquer município.... Mais: eu gostava que todos vocês tivessem testemunhado a reunião onde eu estive com a Senhora Ministra do Ambiente e com a Agência Portuguesa do Ambiente. Porquê? Como sabem há um troço, que é o troço jusante, que é entre o caminho de ferro e a foz do Tejo, que é território de Lisboa. E que, a seguir a esta reabilitação – e foi isso que foi explicado na sessão pública do dia sete de janeiro, quando assinámos o protocolo para a reabilitação, em que dissemos: “Atenção, a obra não fica por aqui. Este é o primeiro de vários protocolos. O protocolo que vem a seguir, tem que ser assinado...”, e aí sim, eu conto com a vossa participação, eu conto com a vossa pressão junto do Governo, que é: “Temos que assinar um protocolo com o Município da Amadora e com o Município de Lisboa...”” -----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Vereadora, eu peço que conclua. Já terminou o seu tempo.” -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... Sim... -----

----- “... E próxima obra é a obra da duplicação, que é em território de Lisboa”. E sabem o que é que a tutela nos disse? Sabem o que é que a Agência Portuguesa do Ambiente nos disse? Que quer rapidamente assinar o protocolo, porque quer que Oeiras, através dos Serviços Intermunicipalizados, continue a liderar este dossier. Significa confiança. Portanto, Oeiras transmite confiança com a concretização. -----

-----E, reparem, estamos a falar de um território que não é nosso. Portanto, estamos a falar de que, nos próximos tempos, com a validação da tutela, poderemos estar a executar a duplicação da Ribeira de Algés no território de Lisboa. E reparem, já estamos capacitados, porque já estamos a fazer um projeto. Estamos lá a desassorear. Estamos a falar de um investimento de quinhentos mil euros no território de Lisboa. Estamos a falar de trezentos e cinquenta mil euros num projeto de execução, para estar pronto em setembro. Para que, quando a tutela nos diga “podem avançar com a obra, porque o protocolo com os três municípios está assinado...”, Oeiras está capacitado.

-----E é isto, senhores deputados, que eu esperava que todos vocês sentissem: orgulho naquilo que é capacitação, naquilo que é a construção e naquilo que é a concretização evidente que Oeiras tem no nosso território e junto das pessoas. E não fugimos a ninguém. -----

-----Naturalmente, esta Vereadora vai receber todos os peticionários ou, naturalmente, quem lidera a petição, e irá esclarecer. De qualquer das formas, amanhã, eu e a minha equipa estaremos em Algés, na baixa de Algés, no Palácio Anjos, a fazer uma sessão pública de esclarecimentos para os moradores. E é importante enaltecermos aquilo que é informação, e não provocarmos desinformação. Portanto, esta sessão será para os moradores, para perceberem aquilo que são as vicissitudes e os constrangimentos, no Palácio Anjos, às dezoito horas... as vicissitudes desta obra que decorrerá nos próximos seis meses.-----

-----E eu digo-vos olhos nos olhos que me sinto profundamente satisfeita, profundamente orgulhosa de estar como Vereadora com o pelouro das Obras Municipais, e como Presidente dos Serviços Intermunicipalizados. Porque é possível, porque temos uma liderança firme e consistente nas últimas décadas de poder fazer. Porque muitos municípios.... Aliás, eu há pouco dei-vos um exemplo... há pouco, falava-se na questão das duas embarcações, em que houve um derrame no domingo, e passados que são dois dias o combustível continua a derramar-se perante a orla ribeirinha.... Seria impossível em Oeiras. Oeiras já estava em campo desde domingo, a limpar as águas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, é isto que significa a pronta resposta operacional, e é isto que os nossos munícipes continuam a sentir: confiança neste Executivo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Vereadora. -----

----- Penso que estamos esclarecidos... Mas os senhores querem intervir?-----

----- Sim, senhora. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), é a primeira.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Vou ser rápida...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Mas eu chamo-vos à atenção para o tempo.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... Vou ser rápida... senão estou a gastar o tempo... -----

----- Lamento que a Senhora Vereadora tenha gasto o seu tempo a responder às críticas políticas que lhe foram feitas nesta Assembleia pelos colegas...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Isso é com a Senhora Vereadora.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Diga?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Onde é que a Senhora Vereadora gastou o seu tempo é uma responsabilidade da Senhora Vereadora...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio dizendo o seguinte: ----

-----“Senhora Presidente, está a interromper o meu tempo de intervenção.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Estou, estou...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou dizendo o seguinte:---

-----“Não tem... Não pode interromper. A minha declaração é a minha declaração, eu faço a declaração que eu entender nesta Assembleia. Não estou a faltar ao respeito a ninguém. Portanto, agora peço tolerância para o meu tempo.-----

-----Vou voltar a repetir. -----

-----Lamento que a Senhora Vereadora tenha gasto o seu tempo a responder às críticas políticas que lhe foram feitas nesta Assembleia, em vez de responder às verdadeiras questões que interessam: as dos peticionários. Sabe o que fazem, Senhora Vereadora, com as propostas construtivas que apresentamos nesta Assembleia e em sede de Reunião de Câmara? São chumbadas pelo seu Grupo Político, pelo Grupo que lhe dá apoio e pelo seu Executivo. É isso que acontece às propostas construtivas do Grupo Político Evoluir Oeiras. E depois, é muito engraçado esse discurso demagógico de vir-nos acusar a nós de sermos demagógicos e populistas. -----

-----A Câmara não pediu o estudo do LNEC em sequência do colapso que houve no Largo Augusto Madureira, pediu seis meses depois, por pressão, e escondeu, sim, o estudo de setembro a dezembro. E só não foi mais tempo, porque não pôde evitar o acesso à informação da Vereadora da Oposição, Carla Castelo, que muito bem o divulgou pela população e pela comunicação social. E isso não é ser demagógica nem populista. -----

-----Eu gostava de convidar os senhores peticionários e moradores de Algés, que vissem no Boletim Municipal, as atas da Reunião de Câmara, reuniões que não são transmitidas, não são públicas. Lá estão todas as declarações que foram feitas sobre este assunto, da parte da Vereadora Carla Castelo, mas também da parte do Executivo. E, sim, o sacudir, muitas vezes, a água do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

capote. ----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Queria só relembrar que a obra que agora se vai realizar tem o valor de um milhão e meio, num protocolo de cinco milhões. E, portanto, pegando nas palavras do Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) que referiu que durante anos o Executivo cativou a verba de quinze milhões – e refiro-me aos anos dois mil e dez/dois mil e onze – a pergunta que se coloca é mais do que evidente: se cativou os quinze milhões, e se a obra hoje, vinte anos depois, custa um milhão e meio, porque é que não houve, logo na altura seria menos, porque é que na altura não fez? Essa é que é a questão.-----

----- E, portanto, dizer que se preocupou, quando podia ter efetivamente feito a obra, esta pelo menos, de mitigar o que estava a acontecer, não há dúvida nenhuma que podia. -----

----- Eu percebo que agora se tente aqui jogar o jogo de que “queremos todos liderar o Município, e somos todos muito bons, e temos todos que bater muitas palmas à Senhora Vereadora...”, mas temos também que perceber que este é o órgão onde se faz política. E, portanto, a crítica faz parte do jogo da Democracia. Nem consigo perceber como é que um defensor da Democracia como o Senhor Vice-Presidente fica espantado com o facto de nós questionarmos o Executivo. Não consigo perceber isso. Mas deve ser dificuldade minha. -----

----- Queria só também dizer que o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) falou em “gerar-se uma onda de pânico”, como se essa onda de pânico gerada tivesse sido causada por alguém propositadamente – pelo menos, foi essa a perceção com que eu fiquei, posso estar errada, que não era isso que queria dizer... E depois, pareceu-me também que punha em causa os técnicos

do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. -----

-----Bom, eu tenho imensa pena, mas quer dizer, faz-me imensa confusão que o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), sempre que se fala ou que se critica alguma coisa relativamente à Câmara, venha dizer que os partidos não podem acusar nem podem pôr em causa nenhum dos técnicos desta Câmara Municipal, e depois tem o descaramento de vir pôr em causa os técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. É que são todos técnicos, e são todos da Administração Pública. -----

-----Portanto, só pode ser uma brincadeira de mau gosto do Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) quando faz estas coisas, quando diz estas coisas. O que, aliás, diga-se de passagem, fica bastante claro: esta flutuação de humor do Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) está bastante clara até num “post” que fez ontem – bastante, diria, arrepiante – sobre o acidente que se deu em Caxias. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** faz a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu acho que a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) anda um bocado baralhado. Não só confunde as datas – eu espero que tenha sido confusão e não tenha sido intencional – da ocorrência dos colapsos do Caneiro de Algés, como acabo por não perceber muito bem aquilo que disse. Aquilo de que eu acusei o Partido Socialista e o Partido Social Democrata foi de uma inoperância absoluta desde dois mil e doze, para tentar resolver o problema do Caneiro de Algés. E quanto a isso, não há qualquer dúvida. São factos. -----

-----É evidente que, em dois mil e doze, tendo passado dois anos sem que o Governo da República – nomeadamente em dois mil e onze, e dois mil e doze, já com o Governo do PSD –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tivesse colocado à disposição os mesmos quinze milhões de euros para que a obra pudesse ser feita. Se a obra custava trinta milhões, não se resolvia com quinze milhões. A não ser que a Senhora Deputada pretendesse que a Câmara de Oeiras avançasse com a obra e depois deixasse ficar *ad aeternum* um buraco no meio de Algés, com a obra por concluir.-----

----- Quanto ao comentário que eu fiz sobre o relatório do LNEC, a Senhora Deputada ou não percebeu, ou quer colocar na minha boca coisas que eu não disse. Aquilo que eu disse, Senhora Deputada, e está gravado, foi que o próprio LNEC desdisse aquilo que tinha escrito. E a Senhora Deputada ouviu, aqui, exatamente na mesma reunião da Comissão, onde eu estive presente, quando essa afirmação foi feita: o funcionário do LNEC, ou o técnico do LNEC, a quem foi pedido um orçamento sobre as quatro vistorias, ficou muito admirado quando a pergunta lhe foi feita sobre quatro vistorias – “Mas o relatório refere quatro vistorias”, “Quatro vistorias? Mas só é preciso fazer uma”. Se isto é algum erro, algum desleixo de algum funcionário, de algum técnico do LNEC, confesso que não sei. Só sei aquilo que foi aqui dito. Agora, não ponha na minha boca, Senhora Deputada, afirmações que eu não fiz. -----

----- Quanto à última “boca”, digamos assim, da Senhora Deputada, sobre um comentário meu no Facebook, posso dizer, Senhora Deputada, não morro de pena por quem voa na Marginal a uma velocidade tal que mergulha no rio Tejo sem tocar em pedra nenhuma, em nenhum dos muros que bordejam a Marginal e o passeio marítimo...”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Que vergonha...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa, se faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo

o seguinte:-----

-----“... Senhora Deputada, não morro de pena por quem coloca em perigo...”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Muito bem, eu sou desumano por não morrer de pena por quem morre a colocar em perigo extremo...”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Desculpe, quem é que está a fazer um Ponto de Ordem à Mesa?”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** respondeu o seguinte:-----

-----“Eu, Sónia Gonçalves (PSD).”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Ah, a Sónia Gonçalves (PSD) está aqui escondida... Faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

-----“Senhora Presidente, eu pedia a intervenção da Mesa. Nós estamo-nos a referir a um oirense de trinta e um anos que ontem perdeu a vida.-----

-----Não se conhecem as condições ou as causas em que o acidente ocorreu. Não sabemos o que é que aconteceu. Sabemos que ele regressava do trabalho que tinha estado a fazer durante a noite, no Casino do Estoril, enquanto técnico de som e DJ.-----

-----E, portanto, eu acho que temos que respeitar a família e os amigos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, eu pedia que a Mesa interviesse e que não se fizesse qualquer tipo de comentário a respeito deste tema.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Com certeza, Senhora Deputada.-----

----- Muito bem, eu não sabia, nem sequer sabia do acidente, mas peço ao Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV), que realmente não se refira a essa situação.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu não me refiro, mas tenho o direito de não morrer de pena por quem circula...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Oh Senhor Deputado, tem o direito, tem todo o direito...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... por quem circula... não morro de pena por quem circula na Marginal a velocidades inimagináveis.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, isso não tem nada a ver com o ponto que estamos a discutir...”---

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Não fui eu, Senhora Presidente, que trouxe o ponto ao debate.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, abandonaremos a sala.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:----

-----... Não, desculpe, não tem a ver com o ponto que estamos a tratar. Estamos a tratar do Caneiro de Algés. -----

-----Eu agradeço-lhe que realmente a sua intervenção termine e sem comentários a acidentes que tenham havido da Marginal... Eu ia pedir...”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, posso concluir a minha intervenção?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, desculpe, ficamos por aqui, penso que é melhor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Senhora Presidente, é que eu ainda não acabei a minha intervenção.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor de terminar a sua intervenção, mas resuma-se à sua intervenção sobre o Caneiro de Algés, não sobre outras questões.” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Então, sobre o Caneiro de Algés, eu pedia à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) que, quando estamos com um debate, não traga à colação temas que são da minha vida privada e que não dizem respeito a esta Assembleia. Foi o que aconteceu, e foi isso que motivou o meu comentário. -----

-----E queria terminar a minha intervenção com uma pequena declaração: era dizer à Senhora Deputada do Evoluir Oeiras que hoje o sol voltou a nascer e não pediu autorização ao Evoluir. É que a vida continua, segue a sua normalidade, mesmo sem a iniciativa do Grupo Evoluir Oeiras. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada. -----

----- A Senhora Vereadora tinha pedido para fazer um esclarecimento, não sei se ainda pretende fazê-lo, dado que vários deputados já abandonaram a sala.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Fica registado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Fica registado... Faz favor.”-----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Retornando ao tema que foi alvo deste primeiro ponto, a Ribeira de Algés, e não obstante alguns deputados não estarem agora aqui nesta sala, é importante dizer o seguinte: eu recomendava que a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) tivesse tido o cuidado prévio de ler o protocolo que foi alvo de assinatura no dia sete de janeiro, porque, de facto, com as suas afirmações, acabou por aqui causar muita desinformação. -----

----- Do que estamos a falar é de uma obra de reabilitação que nos vai custar um milhão e oitocentos, comparticipados em quinhentos mil euros pela Agência Portuguesa do Ambiente. Obra essa de reabilitação que não vai terminar com a obra que termina em outubro. Seguir-se-á outra intervenção, portanto, estamos a falar de uma estimativa de cinco milhões de euros para a reabilitação. E outra coisa absolutamente distinta é a estimativa que temos para a duplicação da Ribeira de Algés, meus caros. A duplicação da Ribeira de Algés foi estimada, em dois mil e nove, em trinta milhões de euros, cabimentada pelo Município de Oeiras em cinquenta por cento, quinze milhões de euros, e hoje em dia essa obra, naturalmente, o valor aumentou para quarenta milhões de euros. É uma obra que estamos a tentar, junto da tutela, ser auxiliada com fundos comunitários através do PT vinte-trinta, com execução até dois mil e vinte e oito, mas é do que estamos a falar. Portanto, não baralhem, por favor, o valor que é da reabilitação do valor que é da duplicação. São

coisas distintas.-----

-----Outra questão é a vistoria do LNEC que recomendava inicialmente um relatório, ou uma inspeção trimestral. Os Serviços Intermunicipalizados solicitaram essa mesma inspeção ao LNEC. O LNEC, por questões de segurança, diz que não é possível eles efetuarem essa inspeção, só com vistoria a seco, naturalmente. O próprio empreiteiro ainda não iniciou a obra, porque o caudal da Ribeira ainda está muito intenso. Portanto, só a seco é que se pode inspecionar, monitorizar ou fazer uma obra. -----

-----Portanto, logo que o tempo esteja seco, o LNEC, que já foi contratualizado por via dos Serviços Intermunicipalizados, fará as necessárias inspeções.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----**APRECIADO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Meus senhores, vamos fazer um intervalo. Espero que regressemos dentro de quinze minutos.” -- -----

-----**INTERVALO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos recomeçar os nossos trabalhos e temos agora o ponto dois.”-----

**4.2. Apreciação do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras relativo ao ano de 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Eu vou pedir ao Senhor Presidente da CPCJ de Oeiras o favor de vir aqui, a esta mesa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para fazer a apresentação do Relatório. -----

----- O Senhor Doutor Rui Esteves, Presidente da CPCJ, faz-se acompanhar da Senhora Procuradora Leonor Magalhães, que é também membro da CPCJ. Podemos começar?” -----

----- **O Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras**, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Em primeiro lugar, cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora, o Executivo, os Senhores Deputados, as Senhoras Deputadas, os Presidentes de Juntas de Freguesia, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que também cá está, estão cá alguns elementos e todos os presentes que nos ouvem aqui presencialmente e também aos que nos ouvem em casa.-----

----- Portanto, já não é a primeira vez que eu cá estou. Reforçar que é um prazer estar aqui convosco. Estou a fazer-me acompanhar aqui da Senhora Procuradora Leonor Magalhães, que é um elemento chave na nossa atuação, porque a interlocução no que diz respeito à fiscalização da legalidade dos processos é feita pelo Ministério Público e agradeço também à Doutora Leonor por estar connosco e agradecer também ela estar aqui ao meu lado, nesta breve apresentação. -----

----- Portanto, o objetivo na minha apresentação, será falar um bocadinho sobre os dados como tem sido tradição aqui. Optámos por colocar alguns dos quadros que estão no relatório para podermos aqui refletir um bocadinho sobre alguns dos números com que nos deparamos, e alguns que nos preocupam um pouco, e depois podermos junto com a reflexão e a participação de Vossas Excelências abordarmos mais em detalhe, se assim entenderem, o conteúdo do relatório propriamente dito. Portanto, esta primeira parte será mais de, digamos, apresentação que me cabe a mim.-----

----- Portanto, coloquei aqui esta citação da Convenção sobre os Direitos da Crianças: “Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção

social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança”. É algo que, para vós, já é familiar, este princípio reitor da nossa intervenção e da nossa atuação, o interesse superior da criança. -----

-----Sublinhar também a importância da Convenção dos Direitos da Criança que atualmente, nos tempos que correm já, infelizmente, se prolongam esses tempos a nível mundial. Tem sido notório, não falando concretamente no caso português, mas falando globalmente, que têm sido desrespeitados em larga escala os direitos da criança, inclusive por países que ratificaram a Convenção que é um tratado internacional que, no fundo, acaba por... ou seja, os Estados que ratificaram acabam por estar... sim, vinculados, é exatamente esse o termo que eu procurava, obrigado, a essa Convenção. -----

-----Portanto, mas o que nos diz respeito aqui é concretamente ao Concelho de Oeiras. É isso que nos ocupa aqui o nosso pensamento e a nossa reflexão principalmente. Gostava de sublinhar aqui, porque é uma diferença em relação ao ano passado, que nós, atualmente, temos a composição a cem por cento na CPCJ, ou seja, como os senhores deputados sabem, mas eu relembro: -- -----

-----As Comissões têm autonomia funcional, são um órgão não judicial, mas oficial e depois têm duas modalidades de intervenção: a Alargada que trabalha na prevenção e a Restrita que trabalha o perigo. E depois existe uma composição, digamos, formal, obrigatória, mas que é verdade, e acho que é justo referir, que não é regra que as Comissões a nível nacional tenham a sua composição a cem por cento, porque, por vezes, existem dificuldades, até a nível de resposta por parte das instituições de garantirem os seus representantes. Aqui em Oeiras, devemos sublinhar e podemos também congratular-nos por este facto, de termos a composição a cem por cento. Só não temos elementos cooptados, mas os elementos cooptados são, digamos, um mecanismo que deve ser usado excecionalmente quando não há forma de suprir alguma competência técnica, seja jurídica, de psicólogo ou de assistente social. Não temos necessidade de ter cooptados atualmente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, temos quinze membros que têm poder deliberativo, que podem votar nas decisões quer da Alargada, e os da Restrita nas decisões que dizem respeito às crianças e jovens em perigo. ----

----- Relativamente à equipa técnica da CPCJ de Oeiras, temos a composição semelhante à do ano passado, temos um Presidente, que sou eu, a secretária que se mantém como no ano passado, penso que já era a Doutora Cláudia, depois, o representante do Município. Temos esta questão muito importante da multidisciplinariedade, que é algo que enriquece o espírito deliberativo e colegial das Comissões, mas também enriquece a própria reflexão técnica de cada um e da equipa como um todo. Isto porque a lei prevê e isso sucede e acontece na Comissão aqui em Oeiras, temos técnicos de várias vertentes com formação diversa (assistentes sociais, psicólogos, juristas, professores e um enfermeiro). Tivemos aqui uma baixa que é a questão da saúde, não temos a saúde a cem por cento na CPCJ, embora o elemento da saúde que está connosco, pertença ao núcleo, o que também é uma mais-valia, mas não temos o elemento da saúde a cem por cento, temos só dois dias por semana. -----

----- Depois, temos também aqui a diferença e para entenderem, os representantes pertencem àquela composição formal que eu referi, os apoios técnicos não. O que se entende é que têm um parecer técnico e também gerem processos, mas não têm aquela, digamos, a faculdade de poderem deliberar, embora nós consideremos os seus pareceres técnicos com a mesma validade do que qualquer outro técnico. -----

----- Temos também uma assistente técnica na secretaria. Tivemos um apoio de psicologia por parte da AJUDE, durante duas manhãs que terminou em setembro. Foi muito importante, porque temos esta lacuna, digamos assim, de elementos de psicologia na Comissão, só temos um a tempo inteiro. Estamos a tentar suprimir esta falta com estágio profissional de psicologia apoiado pela UFOPAC em primeiro tempo e pelo Município, e depois também a AJUDE que nos cedeu este psicólogo. Mas a psicologia digamos, que é a vertente que temos menos..., portanto, só temos um elemento a tempo inteiro. -----

-----Aqui a nível dos processos, os senhores deputados já terão visto, houve um aumento, mas eu penso que se pode também dizer que constataríamos um aumento, em primeiro lugar é de ficar um pouco, pronto, temos de refletir porque é que esse aumento acontece. Mas, ao mesmo tempo também é um bom sinal de que as entidades sinalizem as situações de perigo de que têm conhecimento. As entidades e não só, os próprios particulares, nós próprios enquanto cidadãos, temos o dever, claro que é importante conhecer em primeiro lugar, se calhar, não será para sinalizar diretamente à Comissão, poderá ser numa entidade de primeira linha de intervenção, digamos assim, mas, ainda assim, é importante termos esta consciência cívica de sinalizar situações de perigo que digam respeito a crianças ou a jovens. Temos este aumento, passou a mil duzentos e dezoito sinalizações no ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Temos os transitados, é um facto, os reabertos e instaurados, no total foram mil duzentos e dezoito. -----

-----Depois aqui, só para podermos ver também a questão do sexo, mais rapazes ou mais raparigas, crianças de sexo masculino ou feminino. Sem informação é que, por vezes, como temos as sinalizações anónimas e alguns desses processos até não conseguimos chegar ao contacto com os pais, alguns são remetidos diretamente até para o Ministério Público, porque temos a necessidade do consentimento para podermos intervir, porque nós não somos um órgão judicial, trabalhamos com o consentimento dos pais ou daqueles que tenham as responsabilidades parentais ou a guarda de facto. Portanto, aqui também os rapazes mantêm-se em relação aos anos anteriores e nota-se a ligeira subida, também, na verdade, aumentaram o número de sinalizações, também aumentam aqui estes parâmetros.-----

-----A nível das idades também se mantém mais ou menos esta regra. Há ali uma baixa, digamos assim dos nove aos dez, mas depois volta a subir, é quando começam mais os comportamentos desviantes e temos também as sinalizações dos meninos mais pequeninos, em que se mantem o número muito idêntico. Se bem que se fôssemos ver os dados de dois mil e vinte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e um, que não estão aqui, que é quando se verificava a pandemia de forma mais intensa e concreta, houve menos sinalizações porque os serviços também estavam fechados. Portanto, houve aqui também uma contenção, e que depois houve também um aumento por causa dessa contenção em relação ao período da pandemia. -----

----- A questão dos territórios, temos aqui as diversas Uniões de Freguesia e Freguesias do território que têm um número populacional diverso e isso depois também se reflete um pouco no número de sinalizações que existem. Temos tido um contacto também muito constante e permanente com as Juntas de Freguesia e com o Município em primeiro lugar, para tentarmos também ter ações e estarmos mais próximos do território, das escolas, dos serviços, para podermos dar resposta a estes casos em que os números ainda se podem considerar assinaláveis. -----

----- O que se mantém como nos anos anteriores é a questão da força policial a ser a entidade que mais sinaliza e, portanto, houve um aumento muito significativo em relação aos anos transatos. Portanto, seiscentas e oitenta e três sinalizações por parte da polícia. Já refletimos sobre esta questão até porque temos também a Polícia na nossa Alargada, e temos um contacto quase diário com a Polícia de Segurança Pública e uma relação muito positiva. Por vezes, também há aqui um ponto que eu devo alertar-vos que é a questão das escolas, por exemplo, vemos ali cento e quarenta, mas muitas das vezes as escolas, ou porque a situação de perigo se verifica à porta da escola, ou porque a situação de perigo é já de uma gravidade mais substancial, as escolas, por vezes, pedem para a ser a Escola Segura a sinalizar. Então, esse número acaba por estar englobado mais na PSP, na força policial, normalmente é a PSP, da GN não costumamos receber, da Polícia Judiciária também menos, mas, sobretudo PSP. -----

----- Depois temos a questão também dos anónimos, é um ponto também que dá que pensar. Penso que houve uma vez que nós conversámos com o Juiz Armando Leandro e ele disse que o benefício é maior do que, digamos, o prejuízo da possibilidade da sinalização anónima. O benefício é que, portanto, uma pessoa pode sinalizar anonimamente e está a proteger essa criança, o ponto

mais negativo poderá ser que a sinalização pode ser infundada, e nunca se chega a saber quem é que fez a sinalização. Mas de qualquer forma, caso a sinalização também seja infundada, quer dizer que não existe perigo para a criança e esse é o nosso objetivo e é aquilo que, no fundo, traz alento e satisfação. Portanto, acaba por o Juiz Armando Leandro, mais uma vez, ter razão.-----

-----O Ministério Público também aqui sinaliza porque, por vezes, neste princípio de intervenção subsidiária, e está aqui a Senhora Procuradora também sabe isto melhor do que eu, a intervenção deve ser, digamos, na base da subsidiariedade. Portanto, a intervenção deve primeiro ser só as Comissões e os tribunais é que podem aplicar medidas de promoção e proteção, mas se a intervenção ainda não foi feita pela Comissão deve-se respeitar, digamos, esta sequência e, por isso, às vezes a sinalização vem do próprio tribunal ou do próprio Ministério Público. Também a saúde, tivemos agora, nos últimos meses do ano dois mil e vinte e quatro, bastantes sinalizações dos hospitais, sobretudo do São Francisco Xavier, de bebês. Conseguimos, na verdade, dar resposta, são situações mais sensíveis, mas que a Comissão no geral, digamos, de um modo global, conseguiu encontrar soluções maioritariamente dentro da família, o que nem sempre é possível acontecer nestes casos mais delicados. Portanto, também a família, mãe, o pai, as instituições, os CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) e a própria CPCJ, no caso em que toma conhecimento de uma situação, ou tem um processo ativo de uma criança e depois percebe que existem irmãos e acaba por sinalizar a própria Comissão, portanto, as situações. -----

-----A tipologia do perigo sinalizado para vós que sabem que a CPCJ vir cá, estes temas são sempre estes, são temas densos, um bocadinho duros, mas a realidade também tem esta vertente e é importante. Portanto, o que nós continuamos a verificar todas as semanas é este aumento da violência doméstica que não se verifica só no caso de Oeiras, verifica-se a nível nacional como sabem, mas é frequente nós numa reunião instaurarmos ou pelo menos termos em lista para abertura de cerca de vinte/vinte e dois processos, hoje por acaso até foram mais, foram trinta e dois, e é muito frequente cerca de dez/doze serem de violência doméstica todas as semanas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, nós quando pensamos nesta questão das crianças, lembro-me da Senhora Vereadora numa reunião que tivemos de dizer que a preocupa a questão da saúde mental das crianças, nós pensamos que as crianças estão em perigo e, por vezes estão, embora estes dados sejam de situações de presumível perigo, nem todas de perigo, presumível perigo. Mas é importante pensar também que, por vezes, então, se calhar, o problema está muitas vezes nos pais e não tanto nas crianças, depois é o que se vem a verificar e refletir, digamos, os sinais de risco e os comportamentos de risco e de perigo, que dizem respeito depois às criança e aos jovens. Mas, por vezes o cerne da questão não se verifica nas crianças, mas sim nos seus cuidadores. -----

----- A violência doméstica destaca-se largamente em relação aos outros, pois aqui, no nosso Concelho de Oeiras, o absentismo existe, o abandono escolar, felizmente, não é tão... não se verifica tanto como noutros concelhos, felizmente, porque o direito à educação é muito importante, mas o absentismo cento e nove, a questão da negligência que está por vezes também relacionada com outros fatores de perigo, assim como a exposição a modelos de comportamento desviante embora ali, o número seja reduzido, porque muitas vezes nós aqui assinalamos o fator de perigo preferencial, ou aquele que se verifica em maior grau. Não quer dizer que não estejam outros associados. -----

----- Portanto, medidas protetivas, estou com a sensação que em dois mil e vinte e cinco este número vai aumentar, o que também é bom sinal, porque nós conseguimos as medidas quando terminamos a avaliação e consideramos que há necessidade de proteger a criança com uma medida, e essa medida tem de ser consentida pelos pais. Portanto, se nós considerarmos que os pais ainda que estejam dispostos e disponíveis a melhorar, ou a corrigir alguns dos seus pontos que não estão a conseguir garantir para os seus filhos, nós propomos uma medida com um acordo, com a intervenção, por exemplo, ou da escola, ou da saúde, ou de outras entidades, mas os pais têm de concordar com isso, portanto, estas medidas que aqui estão são... cinco minutos..., são medidas que têm o consentimento da família. Depois, quando são remetidos os processos a tribunal, aí

depois, o tribunal poderá dar continuidade à medida, ou optar por outra que se considere mais adequada.-- -----

-----Aqui em relação aos processos transitados, são processos trabalhados, este quadro não é tão relevante, digamos assim, mas é um bocado para terem ideia dos processos que foram efetivamente trabalhados. Também temos os arquivamentos liminares. Aqui são os processos arquivados, é isso. -----

-----Os que transitaram de um ano, os que reabriram, os instaurados. No total, em dois mil e vinte e quatro, foram arquivados oitocentos e dezasseis de um universo de mil duzentos e dezoito.

-----Portanto, aqui estão as tipologias do arquivamento. Também é importante verificar, eu não quero com as minhas palavras dar a entender aos senhores e às senhoras que não há motivos de preocupação, porque é evidente que há e também, digamos, temos de estar alerta e, sobretudo preparados para diminuir aquilo que consideramos preocupante, mas ainda assim também é importante referir que, no caso, por exemplo, ali da ausência de situação de perigo ou da erradicação, o ultrapassar da situação de perigo, são trezentas e setenta e quatro situações. Portanto, em trezentas e setenta e quatro situações nem se verificou o perigo, ou ele foi ultrapassado. -----

-----Depois temos a questão dos cento e noventa e sete da remessa aqui ao Ministério Público, porque os pais não concordam com a nossa intervenção, ou retiram o consentimento, ou nem sequer aparecem às convocatórias, que eu acho que é um mau princípio. Acho que deve haver uma sensibilização para que haja um princípio de colaboração, porque a nossa intervenção procura na verdade ajudar as famílias a ultrapassarem este tipo de dificuldades que têm na proteção e na educação das suas crianças. -----

-----E, portanto, deixo-vos só no final desta breve apresentação, que acho que é uma frase lapidar do Nelson Mandela: “Não há revelação mais nítida de alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças”. E fico disponível para questões que queiram colocar, se assim entenderem. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Eu vou ler os nomes dos senhores deputados que eu tenho aqui, agradecia se faltar algum que se tenha inscrito... Senhor Deputado David Ferreira (EO), Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV), Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV); Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), Senhor Deputado João Santos (CDU) e Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV). -----

----- Senhor Deputado David Ferreira (EO), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Começo por cumprimentá-la a si e na sua pessoa todas e todos os presentes e aqueles que nos acompanha nas plataformas.-----

----- Também por saudar a apresentação aqui feita, saudar o Doutor Rui Esteves e a Doutora Leonor Magalhães, e também saudar todos aqueles que trabalham em prol da CPCJ de Oeiras e que, em contextos muito difíceis, desempenham um papel que é fundamental na proteção das crianças em risco no nosso Concelho. -----

----- Como sabemos, todos os assuntos que envolvem a CPCJ são assuntos sensíveis. Pedia decência política desta Assembleia, que existisse uma comissão desta mesma Assembleia dedicada a realizar um parecer sobre este mesmo relatório que estamos aqui hoje a analisar.-----

----- O relatório que é às vezes confuso para quem não está dentro daquilo que são os procedimentos delicados da CPCJ. Os números alteram de tabela para tabela, às vezes, não batendo certo com números de tabelas anteriores, e praticamente todas as tabelas referem um total de sinalizações que é diferente e, portanto, é um relatório que detém várias questões técnicas que

merecem ser esclarecidas fora do âmbito político que este plenário traz. -----

-----É impossível no quadro dos tempos que temos eu colocar todas as questões que tinha a colocar, portanto, farei chegar um requerimento à Mesa da Assembleia, com o detalhe dessas mesmas questões -----

-----Soubemos também que na semana passada existiram eleições para os órgãos da CPCJ. Sabemos que na Comissão Alargada da CPCJ existem membros desta Assembleia Municipal, que nos representam e cujo mandato regimentalmente, ou já acabou, ou está por acabar muito em breve. -----

-----Sublinho que, desses mesmos representantes, não temos recebido qualquer tipo de feedback daquilo que se passa na CPCJ. Lamentamos, portanto, a tremenda surpresa do aumento considerável de sinalizações referentes a crianças e jovens no ano dois mil e vinte e quatro, números que nos indicam que algo tem de ser feito. -----

-----Vivemos numa crise de saúde mental generalizada num mundo ultra digitalizado, em que nenhuma classe social escapa. Os dados nacionais e internacionais apontam para o aumento do machismo, em particular, nas camadas mais jovens da população, algo que já foi aqui debatido numa das propostas anteriores que, em conjunto com a grave crise de habitação, aliada às escassas ferramentas de apoio a vítimas de maus tratos, forma um bolo de várias crises que potenciam casos que vão parar à CPCJ. Todos estes fatores colocam-nos desafios de futuro, precisamos de mais ferramentas. Assusta-nos olhar para os dados como os da violência doméstica e verificar um aumento claro das sinalizações: trezentas e setenta e seis em dois mil e vinte e dois, quatrocentas e doze em dois mil e vinte e três e quatrocentos e sessenta e duas em dois mil e vinte e quatro, um aumento de vinte e dois por cento em dois anos.-----

-----Sabemos que, segundo o relatório constam catorze profissionais de diversas áreas a trabalhar na Comissão Restrita da CPCJ e cinco destes são estagiários. Pergunto se a CPCJ tem as ferramentas de que necessita perante este aumento de casos, de aumento de processos? Se não é,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de facto, necessário aumentar este número de profissionais? E já aqui foi referido que a área dos profissionais da psicologia era uma lacuna, portanto, deixo aqui esta questão.-----

----- Outra questão: não necessita a CPCJ de ter uma viatura própria? Digo eu. Porque tem sempre a CPCJ de articular com a Divisão de Viaturas e Máquinas, e coordenar as suas ações com esta mesma? Que tipo de entraves pode causar o facto de não existir um veículo próprio para a CPCJ?-----

----- A última questão é muito simples. Não será a hora de dar estas ferramentas à CPCJ e facilitar o trabalho da CPCJ? Estes números merecem uma reflexão política detalhada para reverter e para que, daqui a uns anos não tenhamos aqui números tão escandalosos como estes ou piores e, portanto, deixo aqui estas sugestões. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Felicito toda a gente na sua pessoa e agradeço à CPCJ e ao seu Presidente o trabalho importantíssimo que estão a fazer em prol da sociedade e do futuro e das crianças neste momento, e o relatório que aqui nos apresentou. -----

----- Queria apenas fazer uma pergunta para meu esclarecimento...” -----

----- O **Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras** interveio e perguntou o seguinte: -----

----- “Pode só relembrar-me o nome do Senhor Doutor, por favor?” -----

----- O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Eu sou Domingos Santos, sou do Movimento IN-OV. -----

-----Nós estamos a viver em Portugal uma chegada em grande quantidade de migrantes. Eu sou profissional da educação também, estou aqui representando os munícipes que votaram em mim, com certeza, com este grupo, mas todos somos profissionais, não nos dedicamos a isto a tempo inteiro. E ontem, por exemplo, eu assisti na escola onde trabalho, a um pai de lágrimas nos olhos, falando muito mal o português, porque andou, diz ele, felizmente, não no nosso Concelho, foi fora, à procura de uma escola há oito meses e não tinha encontrado uma escola para a criança.

-----Nós temos no Agrupamento São Julião da Barra mais de catorze vírgula três por cento de alunos estrangeiros, não digo filhos de pais estrangeiros, digo estrangeiros mesmo. Temos trinta e cinco, com a nossa, nacionalidades. Trinta e quatro estrangeiras e a portuguesa. E eu queria perguntar se há já perceção ou não na CPCJ de sinalizações de crianças filhas de famílias humildes estrangeiras, que estão a trabalhar em Portugal, para nós, e cujas crianças não estão em nenhum estabelecimento de ensino, estando na escolaridade obrigatória em Portugal. Porque uma das formas, julgo eu, agora, de retribuirmos é darmos todas as condições às crianças para elas se projetarem no futuro, no planeta Terra que é aqui que nós habitamos todos e, portanto, valorizar também a sua passagem por Portugal. Mas gostava de saber se isto que sentimos nas escolas, que é a chegada de tantos migrantes, tantos estrangeiros, se há ou não sinalizações já relacionadas com estas crianças na CPCJ. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Começamos por agradecer também a presença do Senhor Presidente da CPCJ e também de outros elementos e a todos os que colaboram com esta entidade. -----

-----O relatório da CPCJ de Oeiras, no âmbito do Plano Local de Promoção dos Direitos e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Proteção das Crianças e Jovens vinte e três - vinte e seis, apresenta informação relevante e dados que justificam uma análise cuidada e construtiva. -----

----- Destacamos a aposta contínua na promoção dos direitos e o esforço de articulação com parceiros da rede social e educativa. O relatório evidencia o trabalho desenvolvido pelas Comissões Alargada e Restrita, com iniciativas de sensibilização, capacitação técnica e campanhas públicas. -- -----

----- Realçamos também o investimento na formação dos membros da comissão e o esforço na continuidade das equipas técnicas, num contexto cada vez mais exigente. -----

----- Merece ainda destaque o reforço da colaboração com os agrupamentos escolares, parceiros fundamentais para a sinalização precoce.-----

----- Apesar destes sinais positivos, há também um aumento na pressão sobre os serviços, com mais sinalizações e maior complexidade social. A negligência e a violência doméstica continuam entre os principais fatores de risco. -----

----- Contudo, o relatório não clarifica de forma suficiente de que maneira os dados mais recentes estão a ser integrados na reformulação de estratégias ou no ajustamento de prioridades da CPCJ. -----

----- Em complemento, apresentamos as seguintes considerações específicas: -----

----- Quanto às instalações da CPCJ, importa garantir que o espaço descrito - com salas de atendimento, gabinetes e “open space” - assegura condições adequadas de confidencialidade e também de segurança para o bom desempenho da Comissão. -----

----- O recurso a viaturas da frota da Câmara Municipal, sendo condicionado pela sua disponibilidade, pode limitar a capacidade de resposta da CPCJ e por isso mesmo deveria ser ponderada a afetação exclusiva de veículos para esta Comissão, tal como já foi dito aqui nesta casa. -----

----- A estabilidade e a permanência do corpo técnico são essenciais. Deveria ser

considerado o reforço de técnicos especializados, com maior permanência, nomeadamente através da contratação por parte do Município, nas áreas previstas na Lei. -----

-----Os técnicos da área da saúde mental estão, segundo o relatório, com horários reduzidos. Esta limitação pode comprometer a sua participação nas decisões mais críticas.-----

-----No que respeita à reabertura de processos, seria útil também perceber que medidas preventivas estão a ser adotadas para evitar reincidências. -----

-----É mencionada a “evolução de procedimentos” como medida de melhoria. Mas importa também especificar que medidas concretas estão em causa. -----

-----Foram realizados contactos de articulação relevantes, sendo recomendável intensificar ações de formação e sensibilização junto da comunidade educativa e familiar.-----

-----Apesar de reconhecermos o mérito da visão integrada deste plano, entendemos que o mesmo carece de maior rigor na sua operacionalização - nomeadamente na definição de metas concretas, cronogramas, recursos afetos e mecanismos de avaliação de impacto que permitam aferir a eficácia das medidas previstas. -----

-----À semelhança do ano passado, e voltamos novamente a referir, a bancada do PSD reitera a importância de incluir, nos próximos relatórios, uma análise SWOT que identifica pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades na atividade da Comissão Alargada e também da Comissão Restrita. Esta ferramenta permitiria apoiar decisões estratégicas e antecipar também desafios futuros. ---- -----

-----Por fim e para terminar, a bancada do PSD coloca, para além dos outros pontos que já aqui mencionou, quatro questões: -----

-----Estão previstas medidas para reforçar os recursos técnicos municipais que colaboram com a CPCJ, de modo a responder de forma mais eficaz às necessidades identificadas?-----

-----Que apoios estão a ser trabalhados para reforçar a intervenção junto das famílias em risco, nomeadamente nos casos mais recorrentes de negligência e de carência económica? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Que estratégias estão em curso para apoiar as escolas na resposta ao absentismo escolar, com enfoque nos territórios identificados como prioritários? -----

----- E, por fim, existe algum plano de ação específico para melhorar a articulação entre os diferentes serviços envolvidos na proteção de crianças e jovens, garantindo maior fluidez e continuidade nos acompanhamentos? -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu, tendo em conta o interesse superior da criança, eu gostaria de levantar três questões:-- -----

----- Primeira: tiveram alguma reunião de esclarecimento ou informações para com as assistentes operacionais ou assistentes técnicos em cada escola deste Concelho? Elas sabem como atuar, em caso de problema que detetem? -----

----- Segundo ponto: a quantas escolas se deslocaram neste último ano no Concelho de Oeiras? Quantas foram visitar, quantas vezes falaram com os assistentes operacionais e assistentes técnicos?-- -----

----- Questionava também se há algum número de telefone que esteja disponível vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano? Isto porque, muitas vezes onde os casos são mais graves, não é durante as aulas de segunda a sexta, é quando as crianças vão para casa ao sábado e ao domingo e vêm num estado, às vezes, lamentável. -----

----- Por isso, eu gostaria de saber se todas as funcionárias têm o número de telefone. Se podem falar convosco. Se vocês foram às escolas falar com elas, perguntarem como é que devem atuar. Se abriram para elas terem menos receio de denunciar. Isto é um trabalho muito grande, mas

que tem de ser feito nas escolas. -----

-----Aconselhava também é que fizessem um briefing pelas escolas e se mostrassem para elas também vos conhecerem. Certo?-----

-----Tenho dito.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Saudar o Doutor Rui Esteves, Presidente da CPCJ e a Doutora Maria Leonor Magalhães, que hoje o acompanha. -----

-----De acordo com o relatório e face ao exposto, a violência doméstica aumenta e destaca-se e, portanto, tenho um conjunto de questões que gostaria de ver respondidas:-----

-----Que obstáculos é que as vítimas de violência doméstica enfrentam ao tentar romper o ciclo de violência a que são sujeitas? -----

-----Como é que a CPCJ mitiga ou previne o impacto da violência doméstica nas crianças, especialmente como é que previne, que convivem nestes ambientes? -----

-----Depois há uma tendência para considerar apenas a agressão física como violência. E nós sabemos que isso não é verdade, todos sabemos, todos os presentes aqui sabem disso, mas a pergunta é como é que a CPCJ lida com casos de violência emocional e violência psicológica? --

-----E relativamente ao bullying e ao ciber bullying que hoje, aliás, já foi aqui sobejamente falado, como é que a CPCJ se tem vindo a adaptar aos desafios colocados pelo ciber bullying na vida dos jovens? Ao nível da prevenção, o que é que está a fazer para mitigar esta não nova realidade? Porque esta realidade não é nova. Está longe de ser nova e o bullying ainda menos. Na verdade, só já estamos a correr atrás e com algum atraso. Portanto a pergunta é: o que é o que é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que se está a fazer em termos de prevenção e se existe alguma colaboração entre as escolas e a CPCJ na deteção precoce de casos de bullying ou de exposição excessiva online? É isto. -----

----- Disse, Senhora Presidente. Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Em nome do PAN começar por agradecer a presença do Doutor Rui Esteves e da Doutora Leonor Magalhães. -----

----- Depois, reconhecer o trabalho notável e profundamente humano realizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras em dois mil e vinte e quatro. -----

----- Com mais de mil e duzentos processos acompanhados, o aumento das sinalizações é nesta perspetiva um sinal positivo. Reflete uma comunidade mais desperta, uma rede mais funcional e uma maior capacidade de detetar e atuar perante situações de risco e isso significa mais proteção e mais justiça para as crianças. -----

----- O relatório destaca também a forte articulação interinstitucional - Ministério Público PSP, saúde, educação, IPSS, juntas de freguesia, todos têm contribuído para uma resposta integrada. Esta rede ativa de cooperação devia ser considerada uma boa prática nacional.-----

----- Outro aspeto muito positivo é a mobilização da comunidade. A Comissão Alargada contou com mais de quarenta participantes por reunião e foram promovidas ações de sensibilização que o PAN valoriza muito, como o Laço Azul Humano, a conferência dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril: olhares sobre os direitos das crianças ou a conferência sobre a diversidade cultural. Estas iniciativas não são apenas simbólicas, são sementes de mudança estrutural e cultural. --- -----

-----O Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança de dois mil e vinte e três-dois mil e vinte e seis com eixos como a prevenção da violência, o bem-estar e a participação das crianças é um instrumento estratégico que merece ser amplamente divulgado, acompanhado e monitorizado.-----

-----Mas importa também alertar para as fragilidades que o próprio relatório reconhece. A insuficiência de apoio administrativo que sobrecarrega os técnicos, a falta de resposta plena da saúde com afetação de apenas dois dias por semana, a necessidade de reforçar o apoio psicológico em particular nas situações de saúde mental infantojuvenil são falhas críticas que precisam de solução urgente porque sem a equipa suficiente não há proteção eficaz.-----

-----Por fim, não podemos deixar de destacar o envolvimento de jovens em programas como ocupação de tempos jovem que os aproxima das causas sociais e lhes dá voz.-----

-----E é só. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Começo desde já por cumprimentar o Senhor Presidente da CPCJ, a ilustre Procuradora e quero aqui, todavia, fazer uma crítica construtiva e de alerta em nome do Partido Chega, e não depreciativa.-----

-----Analisando, e sendo também eu da mesma área, portanto, laboro na área do direito das crianças/famílias e sucessões, também tenho uma ideia da envolvimento. -----

-----Este relatório, a meu ver, é manifestamente omissivo e para que não tenha nenhum processo em cima, vou mencionar que há indícios, para não ter nenhum processo em cima, também de alguma falta de transparência.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu vejo, por exemplo, que no relatório, portanto, imputado a dois mil e vinte e três foi contemplada a sinalização das escolas, de algumas escolas, sendo que há aqui a omissão relativamente a dois mil e vinte e quatro.-----

----- Há aqui também um aumento de vinte e um por cento dos casos que o Senhor Presidente também referenciou, mas que não justificou. Eu, se calhar, tenho em mente o porquê, também há processos que estão em segredo de justiça, mas, todavia, podemos sempre ter uma noção de quantos são e quantos não são. -----

----- Um ponto essencial, uma vez que estamos aqui a falar de crianças, neste contexto, é o papel indiscutível do Ministério Público, que tem uma função nuclear de supervisão e de fiscalização perante a CPCJ. O Ministério Público deve atuar de forma diligente na promoção do interesse superior da criança, isto é manifesto, e muitas vezes falha nessa sua atuação, garantindo que as medidas tomadas pelas Comissões, cumpram, todavia, a legislação tendo em conta até que a legislação da criança em si, muitas vezes não é cumprida como sabem. Também, pode ser um fator determinante na aceleração de processos, quando necessário, pressionando até a CPCJ por vezes, é bom o Ministério Público estar em cima da CPCJ. Não é pondo em causa a vossa idoneidade, mas às vezes é bom termos alguém que está atento àquilo que estamos a fazer, e adotar uma postura mais ágil eficiente. Apesar do esforço que eu verifico e que verifiquei com a exposição do Senhor Presidente, a elevada carga de trabalho, a escassez de recursos humanos também por vezes, afetam a qualidade das intervenções, isto também é claro. E, em muitos casos, a Comissão lida também com uma quantidade excessiva e complexa de processos, e nós temos que individualizar, cada processo tem a sua complexidade e não podemos pensar que dez processos são iguais a mais dez processos. Tudo tem a sua complexidade e, às vezes, há um processo que, digamos, seja mais complexo do que os vinte em si, o que torna difícil dar a devida atenção a cada caso. A sobrecarga de processos pode resultar em uma resposta lenta, afetando diretamente a eficácia e a intervenção na proteção dos menores. É aqui que esta colaboração que eu menciono

entre a CPCJ e o Ministério Público tem que haver e que é essencial, porque se não houver esta cooperação, não vamos a lado nenhum. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Começo também por cumprimentar e agradecer a presença e o trabalho do Senhor Presidente da CPCJ e da Senhora Procuradora. Muito obrigado por estarem connosco. -----

-----E também valorizar o trabalho das múltiplas instituições que colaboram neste trabalho que, naturalmente, não poderia ser feito se não fosse em rede e com um empenho muito alargado. São temas, como já foi aqui dito, de grande sensibilidade. São histórias muito concretas de pessoas, indivíduos, crianças que vão muito para além daquilo que são números, estatísticas, daquilo que que é possível colocar num relatório desta natureza, mas, de facto, é importante termos estes dados um pouco mais “secos”, mas que percebemos que têm por trás toda uma complexidade muito dramática, por vezes. -----

-----Eu não vou, enfim, incidir muito nas questões mais logísticas, parece-me que o relatório identifica de uma forma bastante clara aquilo que são as condições e também as carências e, portanto, eu acho que a Câmara Municipal e todas as instituições têm um conjunto de informações importantes para perceber onde é que podem melhorar a sua atuação, onde é que se pode ainda trabalhar, por exemplo, um apoio administrativo, enfim, há aqui algumas situações muito específicas que identificam. E, portanto, fica naturalmente o desafio para colmatar essas carências, ou procurar colmatar essas carências. -----

-----E ia incidir um pouco mais numa reflexão a partir dos dois grandes fatores ou os tipos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as tipologias de incidência que prevaleceram: a violência doméstica, a negligência e a ausência de suporte familiar. Imagino que, para cada situação concreta, há fatores muito específicos. Porque é que acontecem situações de violência doméstica? Porque é que existe, concretamente, uma negligência ou ausência de suporte familiar? Portanto, cada caso é um caso, mas podemos debruçar-nos um pouco sobre, ou pelo menos uma reflexão sobre fatores de natureza mais estrutural, aquilo que é a estrutura da sociedade. E sabemos que as questões de carência económica, de vulnerabilidade do emprego, às vezes de volume de precariedade do próprio quadro de vida habitacional, levam a estas situações e, portanto, há este tema muito mais alargado que importa sempre não esquecer, não deixar de fora esse enquadramento. -----

----- E, também, porque o tema da violência foi aqui o mais presente, eu também fiquei particularmente sensibilizado pelo modo como o relatório é finalizado, com uma transcrição de uma das palavras de um Senhor Juiz, Armando Leandro que diz: É preciso cultivar a não-violência (estou a citar). Trata-se de uma tarefa muito árdua, sobretudo num mundo onde continuamos a assistir a guerras permanentes, ao uso da força desmedida, a ataques contra todo o tipo de direitos humanos. Isto é muito importante, isto é muito importante. Eu diria que estamos a viver um tempo em que a violência é uma marca deste tempo. Nos media, permanentemente, no consumo do entretenimento; naquilo que são, já há pouco falámos a propósito de um outro tema, das redes sociais e do modo como são utilizadas, e dos conteúdos que são partilhados e não só partilhados, promovidos, patrocinados com interesses económicos associados que levam e instigam a violência. - -----

----- Uma violência que também está presente no discurso político, xenófobo muitas vezes, que ataca, que responsabiliza o outro, o diferente, o estrangeiro, por situações que são de um âmbito que nada têm a ver com esse outro, com esse diferente, com esse estrangeiro. Um discurso que também promove e elogia uso da força, e estamos hoje a assistir a esse elogio, até do ponto de vista militar e das guerras. Estas palavras do Senhor Juiz, de facto, são muito, muito pertinentes.

Vivemos também num tempo e num conjunto de circunstâncias em que o sucesso individual - e quando aqui falamos de crianças, isto faz parte da sua matriz de formação - o sucesso individual sem olhar a meios, em que cada um está a lutar pelo seu sucesso, tem a ver com modelos culturais que são também incutidos, modelos culturais, sociais e, do nosso ponto de vista, também económicos.-----

-----Estamos perante dinâmicas de sociedade particularmente desafiadoras, em que as desigualdades continuam a acentuar-se. Temos novos desafios e, de facto, é nossa preocupação trabalhar neste enquadramento mais alargado, valorizando depois este trabalho que no terreno concreto vai ter de responder a todas estas insuficiências. Mas deixamos estas palavras de incentivo, mas também da nossa responsabilização coletiva e política, por trabalharmos nestes fatores que são fundacionais daquilo que são os desafios atuais.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Estava só aqui a tentar arranjar um ângulo em que conseguisse ver o Doutor Rui Esteves. Eu pedi ao Rui Pessanha (IN-OV) se podia se afastar um bocadinho só... Já para não falar do Deputado Ednilson (IN-OV) que foi jogador de basquete, não é? É verdade. -----

-----Boa tarde Senhor Doutor, Senhora Doutora, desde já os cumprimento, e agradeço a vossa, de alguma forma, obrigação de vir aqui apresentar o vosso Plano de Atividades. Eu vou tentar ser o mais diplomático que me for possível, procurando cumprir a minha obrigação para a qual fui eleito. E, portanto, qualquer crítica que certamente irei fazer que não a entendam como pessoal, como invasiva, aliás, não conheço o Senhor Doutor de lado nenhum, nem a Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Doutora, portanto, não há aqui nenhum interesse político, não há aqui nada. Mas fui eleito para representar uma visão humanista e este Município habituou-nos a um grau de exigência muito elevado. E eu vou começar com uma metáfora, e é o que valem as metáforas, sendo que neste mandato é a última vez que cá virá, que é eu no relatório do ano passado esperava um par de calças. Vossas Excelências entregaram umas bermudas, neste entregam uns calções. Só espero que no próximo não seja uma tanga. E vou concretizar. Naturalmente que há aqui uma preocupação que já foi partilhada pelos meus colegas, e que já foi questionada, apenas reforço, que é a explicação dos vinte e um por cento de aumento. E essa é uma questão central, porque Oeiras, nos indicadores positivos e de excelência está no top, e nos indicadores negativos está nos baixios. Isto é o padrão em Oeiras. Nos indicadores de qualidade de vida estamos nos melhores municípios, nos três primeiros. Olhe, por exemplo, na criminalidade, que há alguma correlação com isto, somos o município da Área Metropolitana de Lisboa com os indicadores mais baixos. Este aumento de vinte e um por cento é preocupante. Naturalmente que... E tenho aqui este apontamento que saltei e seria deselegante não o fazer, elogiar o vosso trabalho, porque sei que dão o vosso melhor, dos técnicos todos, da Comissão, em condições muito difíceis. -----

----- Mas agora, indo diretamente àquilo que me preocupa. Em dois mil e vinte e três tínhamos um documento muito mais robusto e ainda assim, eu na altura achei pouco. Mas era muito mais robusto agora comparando com este. Com dezenas de quadros, planos de ação detalhados, campanhas públicas, articulação com o território e um trabalho de proximidade com as universidades e juntas de freguesia. Em dois mil e vinte e quatro tudo isso desapareceu neste relatório. E eu apenas, repare Senhor Doutor, estou a comparar o que nos foi entregue em dois mil e vinte e três com o que nos foi entregue em dois mil e vinte e quatro. As estatísticas evaporaram-se. Os quadros não constam no relatório, os planos são vagos, a atividade dos grupos de trabalho que me pareceu muito importante (e também sei que tem sido) tornou-se invisível. A articulação com as escolas e o território diluiu-se. Eu vou concretizar:-----

-----Categoria quadros estatísticos: em dois mil e vinte e três eram extensos e detalhados, em dois mil e vinte e quatro estão ausentes. Plano de ação estrutural: os tais cinco eixos e ações em dois mil e vinte e três estavam detalhados e bem explicados, em dois mil e vinte e quatro são genéricos e pouco visíveis. Atividade dos grupos de trabalho: em dois mil e vinte e três estava detalhada, atividades com datas e temas, aqui não foram descritas em dois mil e vinte e quatro. Articulação com as juntas de freguesia: em dois mil e vinte e três aparecem reuniões com todas as juntas, em vinte e quatro isso não é mencionado. Campanhas de sensibilização: em dois mil e vinte e três várias campanhas (o Laço Azul, etc., etc.), em dois mil e vinte e quatro são referidas pontualmente. Muito importante, protocolos com universidades (com o ISPA, com o ISCTE, com o LHT e com ISCSP): esses estavam em dois mil e vinte e três, em dois mil e vinte e quatro estão omissos. Indicadores por tipologia (e eu este depois mais à frente passo a concretizar as questões): em dois mil e vinte e três eram apresentados por sexo, por idade, por agrupamento escolar, etc, em dois mil e vinte e quatro não estão incluídos. A presença do Presidente e, naturalmente, o Presidente aqui é uma figura importante, é aliás, eleito pelos seus pares, em dois mil e vinte e três tinha várias visitas e reuniões presenciais, em dois mil e vinte e quatro sem referência direta. O nono ponto, formação e supervisão técnica: em dois mil e vinte e três era registada e referida, em dois mil e vinte e quatro não é mencionada. -----

-----Depois, tenho uma pergunta para lhe fazer, que tenho que lhe fazer, não leve a mal, porque é factual. E desde já congratulá-lo pela sua reeleição recentemente, que foi reeleito, portanto, durante mais três anos, tem um mandato de mais três anos. E a pergunta é como é que interpreta o resultado dessa eleição, uma vez que teve oito votos em quinze, quando no mandato anterior teve quase uma unanimidade de votação e se, eventualmente, isto não é um sinal de algum descontentamento dentro da própria estrutura. Como é que você convive, o Senhor Presidente em concreto, com este resultado? Se sente confiança política para levar o mandato até ao fim? -----

-----Portanto, o relatório não nos diz porque é que houve este aumento e esta questão é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

central. Não diz o relatório, mas pode dizer o Doutor Rui Esteves. Qual é a sua perceção? Não apresenta segmentação por tipologia e risco. Não nos dá dados sobre negligência, violência, abusos, abandono ou saúde mental e, sem estes dados, os políticos não podem decidir convenientemente onde alocar recursos com critério, propor e apoiar o planeamento de respostas adequadas. Foi então eliminado o quadro que cruzava os casos com as escolas, com os agrupamentos escolares, com o argumento de que podia gerar estigmatização. Mas Doutor Rui Esteves, as crianças aqui são vítimas, não são criminosas. O problema não está em sabermos onde há risco, mas sim em ignorá-lo. Se há receio em identificar as escolas, eu dou uma solução. Use-se uma técnica simples: agrupamento número um, agrupamento número dois, agrupamento número três, e depois fornecer à Assembleia e aos deputados a correspondência entre os números e o real nome do agrupamento. O que não pode acontecer é sacrificar o rigor técnico e o dever de vigilância em nome de um excesso de zelo mal dirigido. Aliás, no anterior relatório vinha por agrupamento escolar. Isto é um ponto que nós, como deputados, não devemos abdicar. É importante para nós saber em cada agrupamento escolar, como é que se comportaram os indicadores. É importante. -----

----- Depois, há aqui uma questão que é, eu diria, permita-me, porque eu estive a consultar toda a lei que deriva da lei, avaliar estes números sem saber os prazos de resposta não tem qualquer valor. Como dizia há bocado um deputado, fica “seco”. Ou seja, segundo a lei, a Comissão deve concluir diagnósticos até seis meses (e corrija-me se eu estiver enganado), instruir processos até quatro meses e rever as medidas a cada seis meses. Ora, a ausência de referência a estes prazos no relatório é preocupante. Como é que vocês avaliam o vosso próprio desempenho? Que percentagem destes casos cumpre os prazos legais? Qual é o tempo médio de instrução de um processo? Segundo o relatório, ninguém sabe. Eu acredito que Vossas Excelências saibam, atenção. Eu acredito. Mas estes dados é que podem valorizar..., aliás, eu reparei, há aqui pontos positivos, aliás, quero salientar, por exemplo, o trabalho infantil está a zero, o que é uma conquista

civilizacional. Eu ainda me lembro de avós meus dizerem que começaram a trabalhar aos sete anos e orgulhavam-se disso. O trabalho infantil, segundo o vosso relatório, em Oeiras não existe. É fantástico, isto é fantástico. Aqui o Professor Domingos Santos (IN-OV) referiu que é um indicador que eu deixei o ano passado para reflexão e pedia também, em relação a estas sugestões, que tomassem nota, porque das sugestões que eu dei o ano passado (mas isso tudo bem) nenhuma veio plasmada aqui. Uma delas que eu dei o ano passado foi em relação aos dados de imigração, se poderiam de alguma forma incluir isso. Porque daqui também se pode concluir que não há uma relação entre a imigração e a criminalidade, ou os maus tratos, neste caso. Este é um tema muito importante agora em Portugal. Uma das sugestões que eu dei foi (e isso aí é um desperdício de recursos) ..., Oeiras investe, o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Justiça no Contrato Local de Segurança, que tem uma equipa multidisciplinar. Não há qualquer referência ao cruzamento entre o vosso trabalho e o Contrato Local de Segurança. Até poderá existir, no relatório não aparece. A sugestão que eu vos dou é que cooptem um membro do CLS, faz todo o sentido, porque o CLS está nos dois territórios mais problemáticos do Concelho. Assim como poderia, se calhar, haver aqui mais articulação com a parte da educação da Câmara. Neste momento, o Senhor Doutor falou, e bem, que registou melhorias no abandono escolar. Pois, a Câmara está a fazer um esforço extraordinário, por exemplo, na Outurela, através do CLS e de outras valências, e no Bairro dos Navegadores, em salas de estudo. Já há setenta jovens que têm um bolsas de estudo, portanto o elevador social está a funcionar em Oeiras. Aqui há que cooptar pessoas dessas duas áreas, é uma sugestão para que isto melhore.-----

-----Portanto, o que era importante para nós era ter dados sobre: destes dados que aqui estão, quais tiveram um diagnóstico até seis meses? Quais tiveram uma instrução até quatro meses? A revisão da medida obrigatória a cada seis meses e a resposta inicial que deve ser de cinco a dez dias úteis? E, por último, a decisão sobre a medida instaurada que deve ser até trinta dias após o diagnóstico. Portanto, não me parece que seja possível avaliar o funcionamento de uma comissão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sem saber se cumpre ou falha os prazos legais de intervenção. E vou admitir que vocês cumprem, mas aqui no relatório não surge, e era importante que surgisse. -----

----- Por último, porque acho que não se deve só criticar construtivamente, deve-se também contribuir, para além disto que eu vos pedi, darem estes dados, fornecerem à Assembleia os dados por agrupamento escolar e, de alguma forma, tentar ir ao encontro do relatório anterior, pelo menos manterem o que estava no relatório anterior. Eu vou fazer um repto a todos os meus colegas deputados, e o repto é muito fácil: é que vamos para o terreno ajudar-vos. Vamos para o terreno ajudar-vos, esta é uma das conclusões. Este é um assunto tão importante, que eu faço aqui um pedido a todas as bancadas que façamos uma visita à CPCJ, uma visita ao Ministério Público, uma visita ao tribunal, uma visita à Segurança Social, a todas as entidades que convosco trabalham para vos tentar apoiar. Eu tenho mais uma colega que está para falar e tenho que lhe deixar tempo, havia aqui mais uma série de questões, mas acho que o espírito da minha intervenção ficou por aqui. Não entendam isto como uma crítica, digamos, à pessoa, nada disso, é apenas a exigência que eu entendo que este cargo comporta. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV), faça favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Então boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhora Procuradora. -----

----- Vamos então... Eu tinha uma quantidade de coisas escritas, mas segundo diz ali o Senhor Deputado David (EO), olhe, eu só lá estou há cinco meses, mas se quiser um relatório de tanto em tanto tempo, eu também lho posso fazer relativamente ao trabalho da CPCJ. -----

----- Primeiro, CPCJ são pessoas a trabalhar com crianças e outras pessoas, e isso é muito importante. Quando falamos de recursos, até hoje, a equipa da CPCJ com a qual nós estivemos sempre juntos e nós tanto na Alargada como na Alargada Restrita, falamos muito uns com os

outros, nunca se queixaram muito de falta de recursos. Temos debilidades? Temos, sim senhora. Mas também temos a certeza que até hoje, segundo me diz a equipa, porque nós quando lá entramos é para coscuvilhar e para ouvir, a Câmara dá tudo aquilo que é preciso até à data. Portanto, isso é muito importante. Portanto, a CPCJ de Oeiras tem trabalhado para garantir que os nossos jovens e crianças têm acesso a serviços de apoio e proteção sempre com o objetivo de promover o seu bem-estar e desenvolvimento saudável. Aqui o ponto fundamental é o trabalho que fazemos diretamente com as crianças, porque com os adultos eu já lá vou. -----

-----Há uma questão muito importante e tem a ver com números. A primeira é que Oeiras tem um universo de dezanove mil quatrocentas e cinquenta e três crianças da rede pública, mil oitocentas e sessenta e uma de creche e jardim de infância da rede solidária e mais mil quinhentas e vinte e duas crianças e alunos da rede privada. Isto creio que dá um total de vinte e dois mil oitocentos e trinta e seis alunos. Podemos considerar, tal como disse ali o Senhor Presidente Rui Esteves, temos mil duzentas e dezoito sinalizações, são cinco por cento. Seiscentas são o quê? Violência doméstica, não há dúvida nenhuma, perpetrada, ou não, à criança. Chamo então a atenção para uma coisa muito importante: saiu há cerca de duas semanas um relatório que é o RASI. E antes de as pessoas falarem daquilo que é a CPCJ, também deviam ler e começar aí pela página quarenta e seis até à cinquenta e uma, e por aí além, sobre aquilo que é o RASI, o Relatório Anual de Segurança Interna. E o que é que nós podemos constatar? Realmente a principal preocupação que devemos ter aqui em Oeiras é a violência doméstica que se reflete nas crianças, e que é uma prevalência em todo o território nacional. Cresceram estes números. Depois, também segundo o RASI, que é o tal Relatório Anual de Segurança Interna, que convém que leiam, tem havido uma subida das ocorrências na criminalidade grupal e delinquência juvenil. Eu sei que o Senhor Presidente apresenta ali no segundo ponto o absentismo, mas o que é que as escolas fazem? Mal uma criança esteja sem vir à escola durante três semanas, quatro semanas, é logo sinalizada e depois recupera novamente o seu rumo. Não há abandono escolar. Abandono escolar é uma coisa,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o absentismo que está ali focado é outra totalmente diferente. O que nos tem que preocupar realmente, são as questões de violência juvenil. Apesar dos dados aqui ainda serem baixos, não podemos baixar as guardas, porque é a terceira tipologia referida, e estarmos alerta. Como? Não sabemos, não temos ainda respostas precisas, mas esta evolução acompanha a evolução a nível nacional. E o relatório é muito objetivo relativamente a estas questões da violência. -----

----- Tenho a dizer que os nossos grupos de trabalho na CPCJ do pouco que ouvi, eu só fui para aí a umas dez ou onze sessões, os grupos são críticos, muito críticos. Nem sempre estamos de acordo com o Senhor Presidente. São construtivos, tanto a Comissão Alargada como a Comissão Alargada Restrita cumprem os seus objetivos, quer muitas das vezes, vá contra aquilo que é politicamente correto. E temos sempre uma reflexão constante das problemáticas que são vivenciadas no Concelho e uma preocupação crescente pelas medidas que podem ser adotadas de modo a minorar situações de risco. E quanto a estas medidas, nós temos de ver quais são as medidas de carácter social, local, e aquelas que têm a ver com a escola. Porque as medidas que têm a ver com a escola não são políticas que a CPCJ tem de abraçar, são políticas que o Estado e o Poder Central têm também de abraçar. Porque a CPCJ não se pode meter em questões de política de insucesso escolar. Pode dar algumas dicas à família, ao aluno, não se pode imiscuir dentro daquilo que são os agrupamentos. -----

----- Este ano e a propósito dos agrupamentos, optou-se por seguir o modelo dos outros municípios e do relatório nacional, onde não se faz referência a agrupamentos de escolas e ao número de ocorrências e caracterização das mesmas nesses mesmos agrupamentos. Considerámos em Alargada Restrita por maioria (claro que houve um ou dois dos membros que não concordaram com isso) que a exposição de dados pode levar a que agrupamentos de escolas, com dados mais significativos, fiquem estigmatizados pela população residente que lhe pertence, sendo que esse estigma acompanha determinado agrupamento por muitos anos, não se alterando a relação que a comunidade tem com as escolas. O objetivo deste relatório é dar a conhecer o trabalho que se faz

e as problemáticas com que se trabalham, e de modo algum pode servir para estigmatizar de acordo com zonas residenciais, origem da população, etnia, etc. Não podemos fazer isso. Se algum dos grupos políticos, já tinha dito o Senhor Presidente, quiser tomar conhecimento dos dados, basta solicitar que lhes vão ser dados. -----

-----Tenho agora duas questões que gostava de dizer, que é o seguinte: o bullying é trabalhado nas escolas, em formação, e em relação direta com a Polícia de Segurança Pública. São feitas ações anuais de bullying e até mesmo havia, e há também, dentro da saúde, da “Cuidar Mais” quem as faça a um nível de crianças mais jovens. Portanto, as ações do bullying, como estava a dizer ali a Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), esta formação é uma formação que cabe às escolas, não é à CPCJ. Por outro lado, a formação dos funcionários. A CPCJ tem ido às escolas, de vez em quando fazem-se umas formações, mas creio que este tipo de formação direcionada para casos e tipologias especiais devia de ser formação creditada e dada aos trabalhadores pela Divisão de Educação. Eu acho que era preciso envolver a Divisão de Educação na área da formação para a formação destes funcionários, para de forma mais ágil saberem acolher este tipo de situações que podem ocorrer.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, peço-lhe que seja breve, já terminou o seu tempo ...”-----

-----A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Pronto... Eu queria também dizer aqui uma coisa que depois o Senhor Presidente irá dizer, que tem a ver com o acolhimento hoje em dia, e que temos cerca de meia dúzia de crianças em acolhimento. E uma das práticas que nós temos, que é o direito à habitação, faz com que esse acolhimento não seja tão premente ter de recorrer a residências externas. O facto de, a qualquer momento, haver por parte do Município a disponibilização de uma casa para uma família que esteja desprotegida, que de repente ficou sem casa, e que tenha crianças menores, não vai ter de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

viver nem debaixo da ponte, nem num vão de escada, porque o Município vai favorecer esta situação. -- -----

----- Disse.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias.”-----

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento a Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente, a Mesa e a Senhora Vereadora presente, bem como os colegas, e também o Senhor Presidente da CPCJ e a Doutora do Ministério Público.-----

----- Eu quero só esclarecer duas ou três coisas, porque obviamente que o Senhor Presidente da CPCJ terá, com certeza, oportunidade de esclarecer todas as outras. Mas eu só quero dar duas ou três referências. Primeira, a CPCJ tem as competências que tem, tem orientações da Comissão Nacional e a Comissão Nacional tem um reporte ao Ministério da Justiça. O segundo esclarecimento que eu quero dar, é que foi aqui falado por alguém que não havia diálogo com as juntas de freguesia, eu estou a falar em nome de todos os colegas. Isso não é verdade, está explícito no relatório e tem havido recorrentemente, quer das juntas de freguesia com a CPCJ, quer do Presidente da CPCJ connosco, ao longo deste ano, houve diversos contactos e diversas iniciativas que promovemos em conjunto.-----

----- Por último, queria dizer que vivemos em Democracia, por um voto se ganha e por um voto se perde, e eu quero dar os parabéns ao Doutor Rui Esteves e à equipa que o acompanha, e felicitar todos os profissionais que, de forma abnegada, sem receber qualquer quota, senha, o que for, trabalham na CPCJ a proteger as nossas crianças, particularmente aquelas que estão em situação de mais fragilidade.-----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente. Muito obrigada, Doutor Rui Esteves.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faça favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Em nome do Partido Socialista quero agradecer a presença do Senhor Presidente da CPCJ de Oeiras e da Senhora Procuradora, e a apresentação feita do Relatório de Atividades de dois mil e vinte e quatro. -----

-----À semelhança dos relatórios anteriores fazemos uma apreciação crítica do relatório apresentado, porquanto consideramos que a relevância do documento estará cada vez mais na informação qualitativa sobre as crianças e jovens em risco no Concelho de Oeiras, e menos nos aspetos de organização e da logística da Comissão. Aliás, o meu querido amigo João Viegas (IN-OV) fez aqui um diagnóstico com o tempo que tem, e que consegue fazer, muito preciso sobre aquilo que são também as nossas preocupações em relação à qualidade dos dados. E retomando, Oeiras tem também neste aspeto de estar na vanguarda da modernidade, adotando medidas transversais mais eficazes no combate a esta realidade. Mas para que se obtenham resultados há que ter a exata noção da realidade, se relacionem as ocorrências e sinalizações com os contextos de risco e de perigo onde as crianças e jovens se encontrem, se identifiquem os fatores que influenciam negativamente as estatísticas e em que aspetos concretos. Para que se obtenham resultados, repito, temos que agir e reduzir os riscos. -----

-----Por isso mesmo, não compreendemos a razão do relatório não apresentar dados sobre, por exemplo, a contextualização dos agregados familiares que a CPCJ acompanha: tipo de família, a escolaridade, os rendimentos, e também informação muito relevante que constava nos relatórios anteriores (e que já foi aqui referido) quanto a dados concretos por escolas e agrupamentos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

escolas. Não pega o argumento da estigmatização, pega termos dados que nos permitam olhar para a realidade e compreendê-la. Neste caso em concreto das escolas, ambicionando-se que Oeiras tenha os melhores alunos e as minhas escolas do país, há muito a fazer junto da comunidade escolar de forma informada, séria e assertiva, encarando o tema com a mesma prioridade, e ao mesmo nível que todas as demais prioridades do sistema educativo. Custe a quem custar.-----

----- Senhora Presidente, o mundo mudou. A realidade em que vivemos é hoje muito diferente da que conhecemos no passado recente. Prova disso, são as mudanças no comportamento social dos cidadãos, na fragilização da família como porto de abrigo das crianças e jovens, no recrudescimento da influência das redes sociais no comportamento infantojuvenil, na degradação da saúde mental. As CPCJ, é preciso recordar, foram criadas em janeiro de dois mil e um e, desde então, as alterações da legislação centraram-se essencialmente, em questões orgânicas. Mais de vinte anos depois (e apelo a todos), valeria a pena que cada um de nós como cidadãos com responsabilidades na *res publica*, fizéssemos a nossa avaliação do que está bem, do que está mal, das novas realidades e da natureza dos novos contextos sociais como contributo individual e coletivo, para que as diferentes formas de violência doméstica e parental, as violações no seio da família, o bullying, o cyber bullying e todos os demais perigos que impendem sobre as crianças e jovens mais vulneráveis e expostos a atos de violência pudessem ser combatidos de forma eficaz com os contributos de todos os agentes sociais e por todos nós, como cidadãos responsáveis.-----

----- Obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Doutor, terminaram as questões. Como vê, há doze intervenções... Veja se consegue responder.”-----

----- O Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Vou tentar responder. -----

-----Portanto, agradeço as questões colocadas e o interesse manifestado por estes temas tão importantes. Vou tentar responder de forma, portanto..., justamente a todas as questões, ou pelo menos, à maior parte delas. Aquelas que digam respeito diretamente ao Ministério Público, se a Senhora Presidente permitir, depois darei a palavra à Senhora Procuradora para fazer essa ponte, a interlocução com o Ministério Público, fiscalização, prazos, legalidade. Parece-me que a Senhora Presidente permite, no final, passar-lhe a palavra. -----

-----Mas em relação, aqui começando pelo Doutor David Ferreira (EO), a questão dos números, portanto, do total das tabelas não ser sempre o mesmo. Há razões diversas consoante as tabelas. Por exemplo, o Senhor estava aqui a ver, a tabela das freguesias é, pelo facto, que é pontual, mas nós não trabalhamos só processos que digam respeito a crianças e jovens que estejam em Oeiras. Pode acontecer nós trabalharmos processos de crianças e jovens que já não se encontram, ou que não se encontram no território de Oeiras, mas que no momento da sinalização cá se encontravam ou que, entretanto, o processo seja remetido para cá. Porque há um prazo que tem a ver com as medidas e tem a ver com o tempo de mudança da família de residência, em que se considera que só ultrapassado esse tempo é que o processo deve ser remetido a outra área territorial. É como o caso de, deixe-me ver... Há aqui um também que não integra os arquivamentos liminares, porque nos arquivamentos liminares os processos nem sequer chegam a ser trabalhados. É arquivado liminarmente porque não se verifica a situação de perigo, e isso também afeta depois o total. É como a questão também das sinalizações. Nós elencamos as entidades que mais sinalizam, mas isto não é cem por cento exaustivo. Portanto, se fôssemos colocar todas as entidades que sinalizam, o número não seria de mil cento e sessenta e nove, mas seria sim de mil duzentos e dezoito. Portanto, estes são alguns dos pontos que servem para justificar que nem sempre o número do total é coincidente com o global das sinalizações que foram mil duzentas e dezoito por ano. --

-----A nível da CPCJ se tem as ferramentas que necessita. Aquelas questões que eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responder no caso aqui ao Doutor David Ferreira (EO), e que já depois são colocadas novamente por outros deputados, eu faço só uma resposta evidentemente. Esta questão das ferramentas de que necessita, nós não estamos aqui para falar de outros territórios, mas, infelizmente e como os senhores e as senhoras têm muitos de vós responsabilidades até políticas, também eventualmente com conexão a outros territórios, devo dizer que nas Comissões a nível nacional (e não falo pela Comissão Nacional, mas falo como técnico de uma Comissão e presidente de uma Comissão) observo nas reuniões onde estou que grande parte delas têm muito mais dificuldades do que aquelas que a CPCJ tem. Muitas delas têm dificuldades a nível de recursos básicos. -----

----- Portanto, colocaram também aqui a questão da viatura própria, também foi pelo próprio, pelo Senhor Deputado, eu considero - mas isso pode haver algum colega meu que tenha outra opinião - que isso não é necessário, porque eu prefiro ter os carros disponíveis a horas, e isso acontece de forma exímia, muito adequada e atempada, prefiro assim do que ter um carro que temos de utilizar e que, por vezes, se calhar precisamos de fazer duas visitas urgentes e só temos um carro. Depois o carro só pode ser conduzido pelos elementos da Câmara, portanto, algumas Comissões a nível, até aqui limítrofes, têm problemas desta índole e outros, muito mais sensíveis do que os que nós temos aqui em Oeiras. Claro que nós nos devemos pautar por baixo, aprendi isso aqui também convosco, mas ainda assim é bom fazer a comparação e perceber que esta área, infelizmente, não tem sido dotada em muitos dos territórios com a importância e com a dedicação que necessita. -----

----- Em relação também à questão dos migrantes. Isto é sempre uma controvérsia, porque a fatia maior, acima dos oitenta por cento são crianças portuguesas ou de pais. Depois podemos destringir porque os pais, por vezes não têm a nacionalidade, as crianças já têm e seria outra tabela. Nós dificilmente poderemos ter um relatório exaustivo a todo o nível, portanto optou-se aqui por não especificar, mas nós sabemos que a nível nacional houve um aumento da imigração e que também (respondo já a fazer a ponte com o Senhor Deputado do PSD), de que isso também se

verifica nos processos. Nota-se algumas, ou várias situações que dizem respeito aos imigrantes, mas se pensarmos na questão da Convenção dos Direitos das Crianças, as crianças são todas iguais, independentemente da sua nacionalidade, sexo, religião, cor, por aí fora. -----

-----Portanto, a questão das instalações, a questão do recurso às viaturas, a questão dos recursos técnicos. Devo sublinhar, que já sublinhei o ano passado e que de viva voz..., e que, na verdade, essa lacuna até se adensou, tenho de dizê-lo, a lacuna a nível dos recursos propriamente ditos por via da saúde. Nós tínhamos um complemento de um elemento médico na Comissão dois dias, depois tínhamos o elemento da enfermeira que é representante também dois dias e, depois, tínhamos estes apoios de psicologia que eu referi, que um deles agora foi colmatado através de um estágio profissional. Mas o recurso médico saiu, portanto, ficámos com a lacuna da saúde mais acentuada. E esse ponto eu realcei o ano passado e realço este, e a questão também dos recursos a nível de formação em psicologia. Porque muitos dos processos que nós recebemos têm, nitidamente, a necessidade de um olhar atento do ponto de vista da saúde, e acho que seria importante, aqui em Oeiras temos essa faculdade e temos esses técnicos, mas estão em número reduzido os da psicologia e da saúde. São esses os que eu posso apontar como necessidade de melhoria, é esse aspeto sobretudo, não a questão dos recursos e a questão dos equipamentos, porque isso o Município garante de forma total e adequada. -----

-----Portanto, os grupos de trabalho, penso que não se focou aqui, pelo menos não verifiquei, talvez o relatório possa estar mais específico e detalhado em relação a esse aspeto, mas parece-me que houve aqui uma evolução que nenhum dos senhores deputados, pelo menos diretamente, elencou, que é o desenvolvimento das atividades dos grupos de trabalho. Penso que os grupos de trabalho são uma mais-valia atualmente na Comissão. Não quer dizer que no passado não existissem, mas conseguir que a Alargada participe, se envolva nos grupos de trabalho que são de prevenção, alguns deles fazem a ponte também com a Restrita, como é o caso da educação. O grupo da educação é uma parceria que temos com o Departamento de Educação, nós temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

autonomia funcional, mas nada nos impede de ter parcerias. Então temos idas às escolas de forma muito regular, quer seja falar da parte da prevenção, quer seja, eventualmente, em casos específicos, discutir casos concretos. A Senhora Deputada Celina (IN-OV) também tocou esse ponto e, pronto, faço só também essa analogia. O grupo da saúde, o grupo da família, o grupo da educação e o grupo da justiça têm feito atividades. O grupo da justiça com as juntas de freguesia de formação às entidades; o grupo da educação, as idas às escolas, penso que vai completar, muito em breve, a ida a todas as escolas da rede pública do Concelho, e também já fez iniciativas de formação com o privado. Portanto, eu acho que esse ponto é uma mais-valia do relatório da ação, sobretudo da CPCJ, que poderia (e penso que deveria) ter sido sublinhado por Vossas Excelências.

----- Em relação aos apoios a casos mais graves, penso que é de reforçar, mas que existe uma boa articulação com os serviços, nomeadamente com a saúde, com os hospitais, com a ULS (Unidade Local de Saúde) aqui do território de Oeiras no geral. E acho que é de afinar ainda mais essa ligação e essa articulação, porque, como disse, não quer dizer que é cem por cento, mas grande parte dos casos mais sensíveis estão relacionados com as sinalizações dos hospitais.-----

----- Portanto, estratégias das escolas, já referi a importância do grupo da educação e da sua estratégia. O plano específico nós delineámos com o apoio também do Município e de outros parceiros. O Plano Local de Promoção e Proteção dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e seis foi concretizado para um triénio, ainda não terminou, mas já tenho data para uma reunião futura para voltar a tratar os tópicos que aqui estão nos cinco eixos que nós delineámos, que são enquadrados também nos grupos de trabalho e são desenvolvidos pelos próprios grupos de trabalho que são compostos, quer pela Restrita, quer pela Alargada. -----

----- Em relação aos obstáculos, a Doutora Paula (IN-OV), que as vítimas enfrentam, como a Doutora Leonor também trabalhou com SEIVD (Secção Especializada Integrada de Violência Doméstica) vocês depois já vão perceber melhor o que é a SEIVD, portanto, e também agora trabalha casos que estão ligados à violência doméstica, depois dou-lhe a palavra também neste

aspeto. Gostava de dizer que o desafio é muito grande, porque eu mostrei-vos factualmente que o número de sinalizações de violência doméstica é muito acentuado. Nós temos de fazer uma reflexão individual, coletiva, humana, consciente, de pensar a questão da violência e, sobretudo a reflexão para a não violência. Isso é um tema que nos diz respeito individualmente, nos diz respeito coletivamente aqui no nosso Município de Oeiras, mas também a nível nacional e até a nível global. Porque parece-me, concordo com as palavras dos elementos, ou do elemento da CDU, de que esta cultura da violência não nos está a beneficiar e não está a beneficiar as crianças e os jovens. Basta ligar a televisão, eu tenho esse hábito, até porque o meu pai trabalha nessa área, e eu ligo a televisão, é um hábito que eu tenho, só vejo violência. Portanto, quase não é possível já absorver outro tipo de informação que não seja a violência. E acho que isso pode não ser o ponto, eu sublinhei muito isso no relatório anterior, neste aqui optei por não o fazer, porque aqui estamos a falar a nível local e não a nível global, mas parece-me que esse fator indiretamente influencia negativamente a nossa ação, o nosso pensamento, o nosso comportamento e a nossa forma de nos relacionarmos uns com os outros. Porque eu penso que estas questões, algumas delas que dizem respeito às crianças e aos jovens, também dizem respeito aos adultos. Acho que os adultos estão mais também..., algumas questões do bullying, da rivalidade e até da violência, como eu referi também no início da minha apresentação estão relacionadas com as crianças, mas o cerne do problema e a fonte do problema, parece-me que não são as crianças, que são os adultos. Portanto, sobre a Doutora Paula (IN-OV) ainda, marcas de violência. Nós tempo temos agora, e aproveito para convidar todos os que tiverem interesse, alguns já estão convidados, no dia vinte e nove temos uma conferência. Procuramos refletir nestes momentos algumas das temáticas e este tema também é um tema muito atual. até por via da série que estive aqui muito em voga (e está), “Adolescência”, mas também porque é um problema real. Porque nós verificamos isso quando falamos com a comunidade escolar e também com as famílias que acompanhamos, que são as marcas não visíveis da violência. Portanto, nós temos uma conferência no dia vinte e nove de abril na Escola Luís



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Freitas Branco só de manhã, e também vamos tentar pensar em conjunto e com especialistas nesta área estas formas de violência não visível, digamos assim, e a forma como os próprios agressores têm atualmente de se esconderem por trás da violência que praticam. São os desafios colocados, o bullying, as redes sociais, temos de estar alerta e tentarmos também aprender com os especialistas estes desenvolvimentos preocupantes em relação a estas problemáticas.-----

----- Voltando à Doutora Celina Mendonça (IN-OV), os assistentes operacionais e assistentes técnicos, nós estamos a fazer isto por fases, por etapas. Nós com o grupo da educação estamos a dirigir-nos mais aos professores, à comunidade escolar, mas, sobretudo aos professores. Pretende-se que num futuro muito próximo também alarguemos esta iniciativa formativa, de consciencialização e de partilha de boas práticas às IPSS, mas também registo com muito apreço esta sugestão dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, porque, na verdade, são o primeiro olhar muitas vezes, e o mais próximo muitas vezes, em relação aos problemas das crianças e àquilo que as afeta negativamente.-----

----- Quantas escolas visitámos? Estamos, como eu disse, a fazer este périplo que eu diria que vai ser a cem por cento pelas escolas do Concelho. E em relação ao telefone, existe um telefone da Comissão, mas adotou-se esta prática de que direciona fora do horário para a Polícia de Segurança Pública. E se a Polícia de Segurança Pública necessitar de falar com algum de nós, em primeiro lugar será comigo, ou com a secretária em minha substituição, ligar-me-á. E também temos os procuradores de turno. Portanto, comunidade mais..."-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- "Peço atenção ao seu tempo, está praticamente a terminar, faltam dois minutos."-----

----- **O Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras**, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- "Está bem. Então vou tentar... Falta de transparência. A questão dos agrupamentos de escolas foi uma discussão que tivemos internamente. A Comissão Nacional optou por não o fazer,

considera que é mais adequado retratar por território. Nós fizemo-lo o ano passado, este ano não o fizemos. Acho que é uma questão a refletir, mas a própria Comissão Nacional que tem, digamos, a tutela neste aspeto, segue este princípio de colocar por território e não por agrupamentos de escolas. ----

-----O aumento dos casos. Eu penso que há dois fatores, respondendo a todos vós. De forma abrangente, um dos fatores é as instituições também estarem mais alerta e sensibilizadas para a necessidade de sinalizar, outro dos fatores é que vivemos atualmente num mundo em que não podemos dizer que não seja um mundo com muita violência, digamos, no dia a dia. Portanto, isso também se reflete depois no comportamento das pessoas e dos cidadãos. -----

-----Uma resposta mais eficaz, eu depois deixarei a parte dos prazos para a Doutora Leonor para lhe dar a palavra. Mas queria responder também ao Doutor João (IN-OV) que também volto a tomar nota dos seus comentários, a importância do trabalho em rede.... Só ver se há aqui alguma coisa mais.... Eu penso que esta parte dos prazos...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

-----“O Senhor Doutor quer deixar a palavra à Doutora Leonor?” -----

-----O **Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**, respondeu o seguinte: -----

-----“Sim, deixo. Está bem.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“É porque tem um minuto...” -----

-----A **Senhora Leonor Magalhães, Procuradora do Ministério Público**, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito rapidamente... Muito boa tarde a toda a gente.” -----

-----O Ministério Público, relativamente aqui à posição da violência doméstica, e sobretudo à legalidade, aos prazos e à avaliação, eu, na qualidade de interlocutora da CPCJ – este é o terceiro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ano que estou a fazer essa atuação no âmbito do exercício das minhas funções – posso dizer que atualmente esta Comissão respeita os prazos legais. Isso não é espelhado no relatório e é impossível espelhá-lo porque seriam mil e duzentos casos a dizer que têm que ser avaliados em seis meses, que passa aos dezoito meses, comunica... ou seja, quem faz esse trabalho será o Ministério Público no âmbito do exercício das suas funções. Mas posso garantir aqui a toda a Assembleia, à Presidente da Assembleia, que poderão ficar tranquilos relativamente a esta situação. Aliás, a nossa articulação é contínua. O Ministério Público vai lá todos os meses fazer a fiscalização, os processos são vistos, é feita uma triagem, uma listagem, está tudo por listagens. Aliás, esta procuradora é bastante persistente, exigente, exige trabalho, ao qual estes senhores técnicos respondem adequadamente. Que estão na primeira linha – o Ministério Público não é de políticas, mas está cá hoje por solidariedade e como agradecimento – porque são eles que protegem estas crianças neste Concelho e são os olhos do Ministério Público no terreno. Eu estou lá no tribunal e na sala. Não estou no terreno. Mas é com eles que eu falo constantemente e me articulo, e que eles atuam de acordo com as minhas orientações e em articulação. Ou seja, é uma estrutura musculada (por isso é que eu decidi hoje vir aqui, não faço política, mas eles merecem isso). Tenho outra experiência profissional, já trabalhei com outras Comissões, com um nível populacional maior – e está aqui o Doutor Rui Esteves, que sabe que fui interlocutora das duas maiores comissões a nível nacional – e posso garantir que a CPCJ de Oeiras, para mim, do meu ponto de vista profissional e da minha experiência, é uma das melhores. Desde a nível da Comissão Alargada, bastante pró-ativa, desde os nossos técnicos, como eu estou a referir relativamente à tramitação processual dos nossos processos... E penso que isso só é possível devido a esta articulação de todos, do empenho do nosso... eu não estou aqui a defender ninguém, que eu não tenho nada com isso.... É só mesmo, realmente, agradecer a estas pessoas que estão e trabalham para este Município. -----

----- Eu percebo a preocupação de toda a Assembleia quando fala da violência doméstica,

quer maior transparência, quer números. Para quê? Para poder trabalhar, e atuar, e dirigir as suas políticas. Contudo, eu penso que isso não será assim tão fácil para quem está no terreno. -----

-----Peço desculpa pela demora.-----

-----O certo é que o problema da violência doméstica tem que ser visto num todo a nível nacional, e os números são estes. Não é porque vivemos num concelho rico, de pessoas com dinheiro que isso não é verdade. Não é verdade, porquê? Eu estou no tribunal, e lido com vários tipos de processos, seja da regulação das responsabilidades parentais, seja de promoção e proteção. E este tribunal.... É o país que, se calhar, tem o maior nível de conflitualidade. Violência doméstica não é só em atos, mas sim, como disse, em violência psicológica. Violência psicológica é nos processos de regulação das responsabilidades parentais, em que há violência psicológica, e desses processos resultam processos de promoção e proteção. Resultam processos de promoção e proteção que o Ministério Público comunica à Comissão, por exemplo. Por vezes, as pessoas desconhecem isso, só conhece quem está na prática e na realidade. -----

-----Portanto, não é em função do município, porque tem melhores condições de vida, porque são pessoas com dinheiro, que nós podemos realmente dizer assim: “Não pode existir violência doméstica... Temos que trabalhar mais nesta junta de freguesia, ou naquela, porque é mais problemática...”. Esses dados, que eu percebo que queiram, e é legítimo pedir, eu penso que, segundo a minha perspetiva profissional, e vejo pelos processos em si, acho que não é possível irmos tão longe. Não é possível. Eu acho que é possível numa política...”.-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Leonor Magalhães, Procuradora do Ministério Público, disse o seguinte: --- -----

-----“Ah, pronto. Peço desculpa...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A Senhora Leonor Magalhães, Procuradora do Ministério Público, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “.... É verdade. -----

----- Pronto, era só dizer que... Mas estão convidados para ir à nossa Comissão, e ao tribunal. --- -----

----- Pronto, é só isso. -----

----- Obrigada, e peço desculpa.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Terminámos, portanto, este ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **APRECIADO** -----

**4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 269/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Alguém pretende pronunciar-se sobre isto? -----

----- Vou passar à votação.”-----

**4.3.1. VOTAÇÃO**-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da

Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algués (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados António Rita Martins Caro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 50/2025** -----



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS**

### **----- PROPOSTA Nº. 269/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TURISMO E GESTÃO DE EVENTOS -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e sessenta e nove barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/três mil quatrocentos e doze, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. --- -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 270/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe da Unidade de Inovação e Projetos Especiais (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----**

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vou passar à votação.” -----

#### **4.4.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias ( Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados António Rita Martins Caro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmiento, do Partido Social Democrata, Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 51/2025** -----

----- **PROPOSTA N.º. 270/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE INOVAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e setenta barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Unidade de Inovação e Projetos Especiais nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/mil duzentos e cinquenta e oito, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. --- -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, não deixem a sala. Há três pessoas do público inscritas, a quem vou dar a palavra.”-----

## **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“O primeiro é o Senhor Rui Amaral. -----

-----Senhor Rui Amaral, o senhor tem cinco minutos para fazer a sua apresentação. -----

-----Faz favor.”-----

### **5.1. O Senhor Rui Amaral, Município de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Boa tarde a todos os elementos, viva. -----

-----Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, obrigado pela oportunidade. -----

-----Senhor Vice-Presidente, viva, boa tarde.-----

-----Senhores deputados e Senhora Vereadora, viva.-----

-----Boa tarde a todos.-----

-----É a segunda vez que me sento nesta cadeira nos últimos dois meses, mas o tema é exatamente o mesmo, tem a ver com Caxias, com o pulmão de Caxias, e com a reserva que temos em Caxias, todos os oeirenses.-----

-----Não satisfeito com a resposta que levei do Senhor Presidente, que não se encontra hoje presente... E não satisfeito por dois motivos: o primeiro tem a ver com a consciência. Nós, à noite, quando nos deitamos, deitamo-nos numa almofada e temos de estar bem de consciência. E os fortes e os corajosos são aqueles que defendem. Ora, os fracos são aqueles que atacam. E, neste momento, a natureza (e eu não sou ambientalista) em Caxias está a ser amplamente atacada por máquinas... e vivem ali falcões. Ou seja, é uma evidência que os falcões são uma ave protegida. No mundo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

civilizado ocidental, e em Portugal desde mil e setecentos, com o Tratado de Avis. -----

----- E, portanto, eu já não faço o apelo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, eu deixo o apelo aos ilustres burocratas que se encontram aqui nesta sala, independentemente da cor política, e confesso que não tenho nenhuma... Mas agora este não é o caso, o caso é o apelo que vos deixo, porque a reserva, do ponto de vista morfológico, ainda existe. Independentemente do negócio que existe, subjacente àquilo que vai ser feito no futuro, no presente ainda existe uma reserva.-----

----- Recordo também que, em janeiro de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente foi até aos Unidos Caxienses para fazer uma consulta pública de fachada, porque na realidade, os caxienses manifestaram-se contra, e a consulta pública não serviu para absolutamente nada, porque o processo continua. Fico responsável por aquilo que são as minhas palavras, mas eu estive lá presente e verifiquei que, desde chamar aos caxienses de “pessoas de barracas”, que ele tinha salvo Caxias... enfim, de viverem em barracas, etc. Um conjunto de artimanhas e de argumentos que diria algo falaciosos.-----

----- Mas este é o primeiro ponto. Ou seja, não existe uma crise de habitação que justifique a destruição de uma reserva, até porque, contas feitas, não vai ser para fins de habitação. Se bem que ele, em Caxias, dizia que trinta por cento era para habitação de utilidade pública. Confesso que, na altura, fiquei bastante admirado. Mas, porquê em cima de uma reserva com falcões? Perguntei-lhe.... Mas é verdade que não vai ser feita ali habitação pública. Já sabemos todos para que serve e qual é o propósito da utilidade daquele terreno com cerca de cinquenta hectares. Também sei que existe aqui um vizinho que veio dizer que ali fazem atividades de jipe, etc. É verdade. Mas o património ambiental se for protegido e bem gerido, ficará melhor entregue. -----

----- Ora, o segundo motivo que me traz aqui, e que tem a ver com o mesmo motivo, basicamente, e desculpem a redundância.-----

----- Fiquei perplexo quando escutei do Senhor Presidente – e que pena que ele não esteja

aqui hoje, mas não altera em nada aquilo que vou dizer – fiquei perplexo, quando ele refere: “Não se preocupe, porque ainda no outro dia, encontrei meia dúzia de perdizes na rua...”. Ora, quando falamos de falcões, isto é incrível. Ou seja, eu não sou da área ambiental, a minha área é outra. Vou lendo uns livros de vez em quando e compreendo a importância na pirâmide do bioma e do ambiente, a importância dos falcões. Ou seja, dos falcões depende tudo o resto, porque eles, como aves predatórias, têm de estar em ecossistemas munidos de muito alimento, água, etc.... Enfim, vocês saberão isto, é de senso comum. -----

-----Outra coisa que escutei foi que ele referiu que eu estava indignado com a situação porque a construção era à minha porta. No outro dia, entrei no site das Finanças, na Autoridade Tributária, e verifiquei (já não me recordo bem) não sei se são nove ou onze artigos que tenho em posse. Ainda não herdei nada, portanto, quando herdar, se calhar, duplica ou triplica, mas o certo é que, se calhar, tenho nove a onze moradas diferentes. Dá-se o caso de que a minha habitação própria permanente é em Caxias... Mas isso não invalida a preocupação de ver uma Reserva Ecológica Nacional a ser abatida, onde foi alterada em via PDM por diversas vezes (isto, creio que é do conhecimento das pessoas que estão aqui presentes). Compreendo que vocês estejam muito entusiasmados e muito focados em outros temas, se calhar, de maior dimensão...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Eu peço-lhe que termine. Já esgotou o seu tempo...” -----

-----O **Senhor Rui Amaral, Município de em Oeiras**, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“Senhora Presidente, agradeço-lhe a oportunidade. E obrigado a todos os presentes. -

-----Obrigado. -----

-----Cumprimentos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pela sua exposição. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor José Henrique Bandeira.” -----

**5.2. O Senhor José Henrique Bandeira, Município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----**

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras. -----

----- Muito boa tarde, Senhor Vice-Presidente da Câmara de Oeiras. -----

----- Muito boa tarde a todos os representantes dos moradores oeirenses. -----

----- No passado dia dezoito de fevereiro, tive a oportunidade de intervir nesta mesma Assembleia, dando conta das preocupações dos moradores da zona do Espargal e Moinho das Antas. -----

----- Na altura, tive a oportunidade de solicitar a distribuição aos grupos políticos presentes nesta Assembleia do parecer da Provedoria de Justiça que tínhamos recebido. Mais do que um grupo político me fez chegar que não tinha recebido esse documento. Eu, hoje, tive oportunidade de falar com o secretariado, que me confirmou o envio. Solicitava o esclarecimento se todas as forças políticas receberam, ou não, esse documento proveniente da Provedoria de Justiça.-----

----- Nesse mesmo dia, no fim da Sessão, tive a oportunidade de interpelar o Doutor Rocha Gonçalves sobre a possibilidade de recebermos um exemplar do parecer da Doutora Fernanda Paula Oliveira. Ainda hoje estou a aguardar. Contactei duas vezes por e-mail o Doutor. Não recebi resposta, agradecia também o esclarecimento desta situação. -----

----- É tudo. -----

----- Muito obrigado.”-----

**5.3. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----**

----- “Então, eu vou-lhe já dar o esclarecimento. -----

----- Foi recebido no dia dezoito do dois, na Assembleia Municipal, uma carta da Associação de Moradores pedindo para ser divulgado o parecer do Provedor de Justiça. -----

----- Este parecer, portanto, a carta que o senhor escreveu, foi enviada para o Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia vinte do dois. E foi distribuído por todos os grupos

políticos, conforme sugere, e conforme solicita, nesse mesmo dia... Está aqui e, portanto, nesse mesmo dia, todos os grupos políticos receberam o mesmo parecer. -----

-----Não lhe posso dizer se as caixas de e-mails estavam cheias, ou o que aconteceu.-----

-----Está aqui tudo o que foi distribuído pelos grupos políticos, e toda a documentação que o Senhor enviou, e também o que enviámos para a Câmara Municipal. Portanto, faz parte, tudo fica arquivado nos serviços da Assembleia Municipal. E está aqui tudo com as datas. -----

-----Se o Senhor quiser confirmar, durante as horas de serviço, marcamos e o Senhor vem e vê esta documentação que aqui está.-----

-----Portanto, todos os grupos políticos receberam. -----

-----Muito obrigada. -----

-----Ora, devo chamar a Senhora Dona Maria Helena de Abreu... Não está?... Pronto. ----

-----Então, meus senhores, damos por fim..."-----

-----**O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----"Como?" -----

-----**O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----"Ah, só um minuto. -----

-----Têm a palavra os grupos políticos e o Senhor Vice-Presidente. -----

-----Senhor Vice-Presidente, faz favor." -----

**5.4. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:**-----

-----"Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados... Eu sei que hora já vai adiantada em relação ao início dos trabalhos, mas a vida é assim mesmo. Portanto, o Senhor Rui Amaral veio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui e esperou este tempo todo, portanto, tem direito a ser respondido. -----

----- Senhor Rui Amaral, na sequência do que o Senhor Presidente informou, eu creio que Vossa Excelência saberá.... Estamos a falar da Pedreira Italiana, não é? A pedreira não era REN. Tinha sido mal classificada como REN, conforme foi reconhecido pela CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), porque era uma pedreira. Tinha sido mal classificada. O levantamento da classificação do solo tem a mão da CCDR. Portanto, não consigo entender por que razão é que se eterniza esta questão da Reserva Ecológica Nacional. Já se sabe quem levantou, ou quem concordou que aquele solo não era, todo ele, Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Depois, também se levantou no mesmo terreno..., eu aproveito para dizer isto porque gosto muito de falar sobre este tema, que havia uma ribeira antiga. Que até a antiga CCDR tinha mandado voltar a colocar a ribeira. A única forma de o Município de Oeiras o fazer era assim, com muitos tubos... porque essa ribeira, aquele curso de água teria sido cortado pela construção, veja-se, da ACinco, há algumas décadas. Portanto, como é que o Município iria repor aquele curso de água? -----

----- O que aconteceu é que, provavelmente, alguns técnicos jovens, ou com pouca experiência, classificaram mal, ou trataram mal aquele processo, e olharam para ele de forma leviana. E conseguiram enganar uma série de gente durante muito tempo. Esta questão está toda esclarecida. Não há ali Reserva Ecológica Nacional, ou o Município de Oeiras, nós da parte do Executivo, e estes senhores que estão aqui, teriam problemas para resolver, porque teríamos aprovado construção em Reserva Ecológica Nacional, o que não é possível. -----

----- Quanto ao Senhor José Bandeira. Eu dei instruções para ser enviado o parecer – entretanto, eu fiz uma visita a três cidades brasileiras – não sei se já foi enviado, se não foi. Vou verificar. Aliás, eu por norma, vou voltar a repetir isto: os documentos do Município não são do Município. São do povo, é público. É um parecer que o Município contratou, é suporte às nossas decisões, portanto, é do conhecimento geral. Não tem qualquer segredo. É um parecer de uma

Douta Professora de Direito do Urbanismo, a Professora Fernanda Paula Oliveira. Portanto, a única coisa que nós podemos fazer é orgulharmo-nos da qualidade técnica daquele parecer.-----

-----Portanto, é para ser conhecido por todos. -----

-----Senhora Presidente, muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

**5.5. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----**

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para agradecer aos munícipes que estiveram aqui presentes. E pedir-lhe que o parecer da Doutora Fernanda Paula Oliveira seja distribuído também pelos grupos aqui presentes nesta Assembleia. -----

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Foi distribuído pelos líderes dos grupos políticos.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) perguntou o seguinte: -----

-----“O parecer da Professora?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

-----“Não. A resposta da Provedora.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Eu por acaso, por algum motivo não recebi... Mas não é esse parecer que eu lhe estou a pedir. Eu estou a pedir da Professora...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“... O da Professora...”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Exatamente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Então podemos dar por encerrada esta nossa Sessão. -----

----- Uma boa noite.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----

----- A Presidente, -----

----- O Primeiro Secretário, -----

----- O Segundo Secretário, -----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

